

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Fatores de risco da delinquência juvenil e a intervenção reeducadora:
um estudo num Centro Educativo.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação no domínio Educação, Comunidades e Mudança Social, sob a orientação do Professor Doutor Tiago Guedes Barbosa do Nascimento Neves

Sandra Raquel da Costa Rodrigues

Porto, 2016

Aos meus avós,
que onde quer que estejam, estão orgulhosamente a sorrir por mim!

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Tiago Neves: por mais do que um orientador ser um companheiro de trabalho. A sinceridade e o constante incentivo fizeram deste um trabalho melhor. Foi um privilégio trabalhar do seu lado!

À Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto: porque será eternamente a minha Casa e a todos Professores que marcaram o meu percurso académico.

Ao Centro Educativo: pela forma excecional como me acolheram. A todos os profissionais que enaltecem o trabalho da instituição e, em especial, aos jovens que, ainda que inconscientemente, me deram a oportunidade de aprender com eles.

Ao meu porto seguro: aos meus pais e aos meus irmãos! Por ao longo da minha vida, em todas as dúvidas e incertezas, fazerem-me acreditar que sou capaz! À minha sobrinha Ema: que na sua ternura me inspira todos os dias para ser um exemplo!

Às minhas amigas de sempre: Helena e Ana Filipa, por serem o meu equilíbrio, por serem o meu esconderijo nos meus apertos e por, a cada dia que passa, me provarem que é para sempre!

À melhor conquista que a faculdade meu deu: à Raquel, à Paula, à Maria, à Carolina, à Joana, à Mariana, ao Francisco, ao Paulo e ao Rui, por fazerem destes os melhores anos da minha vida, não há palavras que descrevam a profundidade deste sentimento!

Ao Valter, à Melo, à Carla e ao André, porque me abraçaram de laranja e me deram a mão enquanto estive de preto. Porque vos levo comigo para a vida!

RESUMO

Este trabalho trata da intervenção com menores delinquentes e da procura de inverter os comportamentos antissociais desta população. Cientes que um número significativo dos jovens regressa ao crime depois da intervenção em Centro Educativo, pretendemos verificar a existência de correspondências entre as estratégias de intervenção definidas na literatura e as estratégias usadas no Centro Educativo e, ao mesmo tempo, fornecer pistas para resultados mais eficazes.

Para tal, optamos por, através de uma análise qualitativa, identificar os fatores de risco associados ao ingresso no crime para, assim, refletir sobre o modo como são planeadas e direcionadas as intervenções. Desejavelmente, estas ser capazes de os anular ou, pelo menos, suavizar, invertendo assim as trajetórias existenciais dos jovens. Depois da intervenção, espera-se que o Centro Educativo crie condições para que o jovem se consiga reintegrar socialmente.

Verificamos que este processo de integração está relacionado com a inversão do comportamento do menor durante o internamento, assim como com outras variáveis que identificamos. Nomeadamente, a falta de apoio familiar, o regresso ao grupo de pares desviante, a ausência de um projeto de vida e a falta de oportunidades que parecem contribuir para o regresso ao crime e, consequentemente, para a dificuldade de reintegração.

Palavras-chave: delinquência juvenil; centros educativos; reincidência criminal.

RÉSUMÉ

Ce travail concerne les délinquants mineurs et la recherche a inverser les comportements antisociaux de cette population. Conscients qu'un nombre significatif de jeunes effectue un retour au crime suite à une intervention en Centre Educatif, nous prétendons vérifier l'existence de correspondances entre les stratégies d'intervention définies dans la littérature et celles utilisées dans le centre éducatif, et ainsi proposer des solutions pour des résultats plus efficaces.

Pour cela, nous tenterons, à travers d'une analyse qualitative, identifier les facteurs de risque associés à l'entrée dans le crime pour, ainsi, réfléchir à la façon dont sont planifiées et dirigées les interventions. Idéalement, celles-ci devront donner une réponse aux facteurs de risque, et au même temps, être capables des les annuler, ou du moins, les radoucir, inversant ainsi les trajectoires existentielles des jeunes. Suite à l'intervention, il est attendu du Centre Educatif que des conditions de réintégration sociale soient créées pour les jeunes.

Nous vérifierons que ce processus d'intégration soit relié au changement comportemental du mineur pendant l'internement, ainsi qu'à d'autres variantes identifiées. Notamment, le manque d'appui familial, un retour vers de mauvaises fréquentations, l'absence d'un projet de vie et le manque d'opportunités qui semblent contribuer à un retour au crime, et, par conséquence à la difficulté de se réintégrer.

Mots-clés: délinquance juvénile; centres éducatifs; récidive.

ABSTRACT

This dissertation deals with intervention in juvenile delinquency and the search to effectively reverse antisocial behaviors. Aware that a significant number of young people return to crime after the intervention in the Educational Center, our goal is to probe the existence of parallels between intervention strategies defined in the literature and the strategies used in the Education Center. At the same time, we aim to provide clues for more effective results.

Thus, through a qualitative analysis, we identified the risk factors associated with criminal behavior in order to then discuss the ways in which interventions are planned. Desirably, these interventions should be capable of eliminating or, at least, attenuating their effect, thereby reversing the young people's existential trajectories. After the intervention, it is expected that the Educational Center can create conditions for the social reintegration of the youngsters.

This integration process is related with the inversion of adolescents' behavior during detention, as well as with other variables that we identified. In particular, the lack of family support, the return to the deviant peer group, the lack of life goals and opportunities seem to contribute to recidivism and, consequently, to difficulty in reintegration.

Keywords: juvenile delinquency; educational centers; recidivism.

ABREVIATURAS

CE – Centro Educativo

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DICAD/ARS – Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências/ Administração Regional de Saúde

ENT – Entrevista

EFA – Educação e Formação de Adultos

LO – Lei Orgânica

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

PEP – Projeto Educativo Pessoal

PIE – Projeto de Intervenção Educativa

PII – Projeto de Intervenção Imediata

RI- Regulamento Interno

TPRS – Técnico Profissional de Reinserção Social

TSRS - Técnico Superior de Reinserção Social

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

YLS – Youth Level of Service

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 2 |
| CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO | 4 |
| 1 - DELINQUÊNCIA JUVENIL | 4 |
| 1.1. Transformações Sociais e Legais | 4 |
| 1.2. Delimitação Concetual | 7 |
| 2 - FATORES DE RISCO | 9 |
| 2.1. Fatores de Risco para a transgressão | 9 |
| 2.2. Reincidência Criminal | 11 |
| 3. INTERVENÇÕES COM RESULTADOS MAIS EFICAZES | 14 |
| 3.1 Os Sistemas de Justiça Juvenil na Europa | 15 |
| CAPÍTULO II- CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO | 21 |
| 1. CENTRO EDUCATIVO | 21 |
| 1.1 Acolhimento dos jovens | 21 |
| 1.2 Internamento | 22 |
| 1.3. Oferta Educativa e Formativa | 27 |
| CAPÍTULO III – FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA | 31 |
| 1. RECOLHA DE DADOS | 32 |
| 1.1. Análise Documental | 32 |
| 1.2. Observação | 33 |
| 1.3. Entrevistas | 34 |
| 2. ANÁLISE DOS DADOS | 34 |
| CAPÍTULO IV – RESULTADOS | 37 |
| 1. Caracterização dos jovens internados | 37 |
| 2. Fatores de Risco para a transgressão | 39 |
| 3. Fatores de Proteção da transgressão | 43 |
| 4. A intervenção no cumprimento da pena | 45 |
| 5. Casos com maior sucesso vs. Casos com menos sucesso | 48 |
| 6. A reinserção Social do Jovem | 50 |
| CAPÍTULO V – DISCUSSÃO DE RESULTADOS | 54 |
| 1. Fatores de Risco | 54 |
| 2. A intervenção durante o internamento | 55 |
| 3. A Reinserção Social do Jovem | 57 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 61 |

| | |
|--|----|
| Limitações e pistas para futuras investigações | 62 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 64 |

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice I – Guião das Entrevistas

Apêndice II- Termo de Consentimento Informado

Apêndice III – Análise de Conteúdo

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi realizada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Foram várias as motivações que determinaram a escolha do objeto de estudo. Primeiramente, a questão da delinquência juvenil aborda uma área de interesse pessoal que engloba duas temáticas cujo estudo nos dá especial satisfação: a problemática do crime e a faixa etária que aqui trabalhamos. Para além disso, em termos da formação profissional, este é um trabalho que ajudava a perspetivar intervenções futuras. A acrescer a isto, a relevância social do tema conduziu-nos à procura de um maior conhecimento sobre a problemática, sendo este o principal motivo para conduzir pesquisa no campo da intervenção com jovens delinquentes.

Assim, no Capítulo I - Enquadramento Teórico -, exploramos literatura que nos ajuda, por um lado a clarificar este conceito de difícil definição e, por outro, a explorar os fatores de risco da delinquência juvenil, assim como as intervenções que têm sido apontadas como as mais eficazes. Seguidamente, o Capítulo II - Caracterização da Instituição – reflete, de uma forma geral, as dinâmicas da instituição e a sua oferta educativa e formativa por considerarmos que esta informação era essencial para se entender alguns dados que explicitamos ao longo do trabalho. No Capítulo III - Fundamentação Metodológica – damos conta das opções metodológicas efetuadas para a recolha e tratamento dos dados. Os Resultados são apresentados no Capítulo IV – Resultados –, sendo a discussão dos mesmos exposta no capítulo seguinte – Capítulo V - Discussão de Resultados. No final explicitamos, sinteticamente, as principais conclusões deste trabalho, as limitações do mesmo e fornecemos pistas para investigações futuras.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 - DELINQUÊNCIA JUVENIL

1.1. Transformações Sociais e Legais

A partir do século XIX, essencialmente nos EUA e em alguns países da Europa, o desvio e a delinquência juvenil começaram a ser objeto de estudo de algumas investigações vindo, desta forma, a constituírem-se como áreas específicas de intervenção (Cario, 1999:20 cit. in Carvalho, 2003:26). No entanto, só no século XX, começam a surgir dispositivos legais em vários países com o propósito de conduzir os Estados a soluções jurídicas que fossem capazes de estabelecer normas de intervenção, constituindo-se, assim, os primeiros sistemas de justiça juvenis.

Em Portugal é a 27 de Maio de 1911 que se estabelece a Lei de Proteção à Infância (LPI) que, se por um lado reflete a preocupação relativa à proteção da infância, por outro, é encarada por alguns autores como uma lógica paternalista repressiva (Castro, 2009: 295). As transformações legais que foram ocorrendo durante este século a nível internacional conduziram Portugal à eliminação das conceções punitivas do direito de menores (Neves, 2008: 21). É nesta conjuntura que, a 20 de Abril de 1962, os decretos-leis nº 44287 e nº 44288 instituem a Organização Tutelar de Menores (OTM) que se compromete com um novo regime jurídico para os menores delinquentes e menores em risco. Segundo Neves (*idem*) “um elemento central da OTM é a perda de relevância da distinção entre menores delinquentes e menores em risco”.

Consciente disto, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou um conjunto de Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça de Menores em 1985 denominado “Regras de Beijing” por reconhecerem que “os jovens, por se encontrarem ainda numa etapa inicial do desenvolvimento humano, requerem uma atenção e uma assistência especiais, com vista ao seu desenvolvimento físico, mental e social, e uma proteção legal em condições de paz, liberdade, dignidade e segurança”. Os critérios presentes neste documento devem orientar as políticas de cada país quer na sua formulação como também nos modos de atuação. De acordo com isto e, sobretudo devido ao mediatismo de alguns casos de delinquência juvenil, a partir dos anos 90 do século XX houve uma crescente preocupação com este problema (Sousa Santos et al., 2004). Tudo isto levou a que os jovens fossem, nesta altura, colocados no centro das agendas políticas e encarados como uma geração que carregava consigo ameaças para a restante sociedade mas, principalmente, para os restantes jovens que não se encaixassem nos parâmetros da delinquência.

Em parte, devido a estas pressões internacionais, em Portugal é a 1 de Janeiro de 2001 que entram em vigor duas leis: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) e a Lei Tutelar Educativa (LTE) que procuravam separar o modelo de proteção do modelo de justiça, ou seja, sentiu-se a necessidade de separar os menores em perigo dos menores infratores. Assim, a LPCJP foi criada para promover o bem-estar e o desenvolvimento absoluto das crianças e dos jovens que, por estas ou mais razões, se considerem em perigo: “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.” (LPCJP, Artigo 3.º).

Com outro propósito, a LTE prevê a intervenção tutelar “na prática, por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de facto qualificado na lei como crime” (LTE; Artigo 1.º), educando-o “na interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam (...) conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável” (Decreto-lei 323-D/2000. Artigo 1). A intervenção tutelar rege-se por dois conjuntos de medidas tutelares educativas que podem ser aplicadas. Dentro das medidas não institucionais podem ser aplicadas: a) admoestação; b) privação do direito de conduzir ciclomotores; c) reparação ao ofendido; d) realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; e) imposição de regras de conduta; f) imposição de obrigações; g) frequência de programas formativos; h) acompanhamento educativo. Sendo esta a última medida a tomar por ser a mais grave, encontramos a única medida institucional que é o internamento em Centros Educativos (CE), o que “implica o afastamento temporário do jovem do seu meio natural de vida e a utilização de programas e métodos pedagógicos” (Art.º 4 da LTE). Caso exista um comportamento qualificado pela lei como crime, os jovens poderão ser, então, encaminhados para um CE que “se revela a superfície mais saliente das estratégias de reeducação de jovens” (Neves, 2006). No entanto, “o recurso a medidas de acolhimento institucional deve ocorrer apenas quando a permanência da criança ou jovem no seu

meio natural se revela incomportável e quando não existem condições para a remoção do perigo, tendo assim, a criança/jovem de ser afastada temporariamente do seu agregado” (Fernandes, 2009:11), pelo que se deve ter em conta que esta deverá ser a última medida e que o contacto com a família deve ser mantido (*idem*).

A execução de uma medida tutelar de internamento pode ocorrer em três Regimes diferentes: aberto, semiaberto ou fechado. No Regime Aberto os jovens residem no CE mas frequentam, preferencialmente no exterior, as atividades formativas e socioeducativas. Podem sair sem acompanhamento e passar fins-de-semana e férias com os progenitores, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto. No Regime Semiaberto os jovens residem no CE e frequentam as atividades formativas e socioeducativas no interior daquele. Apenas podem passar férias com os progenitores, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto. No Regime Fechado os jovens residem e frequentam as atividades formativas e socioeducativas no CE, estando as saídas, sempre sob acompanhamento, estritamente limitadas ao cumprimento de obrigações judiciais, à satisfação de necessidades de saúde ou a outros motivos excecionais (Decreto-Lei 323D/2000).

De acordo com a LTE os CE são estabelecimentos dependentes dos serviços de reinserção social e a intervenção realizada com os educandos está, obrigatoriamente, presa a um regulamento geral que pretende regularizar, uniformemente, os princípios fixados pela lei. No entanto, cada CE deverá dispor de Regulamento Interno – documento que define as regras do CE – previsto no art. 18.º de forma “a garantir a convivência tranquila e ordenada”. Deverá também garantir um Projeto de Intervenção Educativa (PIE) – documento que contém um conjunto articulado de programas educativos, formativos, terapêuticos e ocupacionais e que é elaborado tendo em conta as necessidades educativas dos jovens - previsto nos artigos que compõem a Subsecção III – Programas Educativos e Terapêuticos. Por último, o Projeto Educativo Pessoal (PEP) – previsto no art. 21.º - consiste num plano individualizado de intervenção com um conjunto de atividades específicas tendo em vista a modificação do comportamento do jovem e a sua condução para um modo de vida social e juridicamente responsável e deverá ter em conta “a participação do educando na preparação e avaliação do seu projeto educativo pessoal deve ser incentivada de forma a favorecer o seu empenhamento na execução do mesmo.”

De facto, parece-nos que a LTE trouxe para o sistema de justiça juvenil respostas concretas para os menores infratores. O internamento em CE apesar de ser revelar com a última medida a ser aplicada é, em alguns casos, indispensável desde que seja potenciadora para a modificação dos comportamentos. Para tal, parece-nos claro que

as medidas deverão ser adotadas com o objetivo de reeducar os jovens, tendo em conta as razões do internamento, as características de cada um e as vivências anteriores.

1.2. Delimitação Concetual

A discussão em torno do conceito de delinquência é extensa e cruza várias problemáticas, dado que “enquanto conceito socialmente construído por referência a normas, valores e representações encontra-se imerso em grande controvérsia” (Carvalho, 2003:27). Por este motivo exploramos literatura que nos ajuda a clarificar este conceito de difícil definição por se considerar que legalmente o termo não é suficiente para se compreender o fenómeno.

Importa, antes mais, clarificar dois conceitos frequentemente relacionados. O termo comportamento antissocial, que como o próprio nome nos indica, trata-se de um comportamento que está associado às infração de regras e normas estabelecidas pela sociedade, ou seja, que se afasta significativamente de normas padrões de conduta. No entanto, nem todos os comportamentos antissociais traduzem comportamentos delinquentes, uma vez que o conceito de delinquência impõe um contacto oficial com a justiça, podendo este ser caracterizado por uma grande diversidade e heterogeneidade de manifestações. Considera-se ainda que, mais do que um ato desviante, trata-se de um “comportamento que os jovens estabelecem com a família, os amigos e outros adultos no espaço onde a delinquência emerge” (Ferreira, 1997:167). Assim, a delinquência juvenil é, na sua maioria, entendida como “todos os comportamentos problemáticos que se manifestam no decurso de transição dos jovens para a vida adulta, sendo entendidos como comportamentos de quebra de condutas sociais convencionais que o indivíduo manifesta decorrentes de um processo de socialização juvenil” (Carvalho, 2003: 27).

Em relação a isto, Moffit (1993) apresenta-nos duas modalidades de comportamentos que nos ajudam a clarificar este conceito. O comportamento antissocial persistente tende a revelar manifestações antissociais precoces que, habitualmente, se prolongam na idade adulta. Apesar disto, estes constituem uma fração reduzida dos atos antissociais, acreditando-se que estes comportamentos possam incluir uma base biológica, como por exemplo défice nas capacidades neuropsicológicas. Por outro lado, o mesmo autor apresenta-nos a delinquência limitada à adolescência que se traduz num fenómeno temporário que tem o seu início na fase inicial da adolescência, tendendo a desaparecer na idade adulta. Este tipo de comportamento está frequentemente relacionado com fatores ambientais e com a influência do grupo de pares e, geralmente, caracteriza-se por ganhos associados a esta

etapa. Tal como nos refere Cusson (1995:34) na grande maioria dos casos, os adolescentes cometem crimes para atingir determinados objetivos e satisfazer necessidades, utilizando a delinquência como uma forma de oportunidade de integração

Esta análise permite-nos perceber que o período da vida em que ocorrem os primeiros comportamentos desviantes ajuda-nos a identificar determinados tipos de trajetória e, possivelmente, a refletir sobre a evolução desses comportamentos. Loeber (1988) identifica vários tipos de trajetórias, sendo que estas visam captar diferentes mudanças na forma, produtividade e intensidade da atividade antissocial ao longo da vida do indivíduo com o objetivo de identificar diferentes cursos da evolução do comportamento transgressivo (Serra, 2006). Assim, acreditamos que identificar o tipo de trajetória ajudar-nos-á a adequar a intervenção com delinquentes de acordo com cada situação, dado que nos ajuda a diferenciar e agrupar os indivíduos de acordo com o seu percurso de desenvolvimento e transgressivo (idem). A trajetória agressiva/versátil associa-se, geralmente, a problemas de comportamento na infância, a fracas competências sociais, ao insucesso escolar e ao consumo de drogas. Esta é adotada, maioritariamente, por indivíduos do sexo masculino e caracteriza-se por uma taxa de inovação do crime elevada e com uma taxa de desistência reduzida. Pelo contrário, a trajetória antissocial não agressiva apresenta uma percentagem maior de elementos do sexo feminino do que a trajetória anterior, uma taxa de inovação mais baixa e de desistência mais elevada. Os indivíduos que integram este tipo de trajetória tendem a iniciar a sua atividade delituosa mais tarde, não apresentando problemas comportamentais do tipo violento, tendo competências sociais adequadas. No entanto, nem todas as trajetórias integram problemas comportamentais. A trajetória de consumo de drogas é exemplo disso na medida em que apenas integra os indivíduos com consumo de estupefacientes. Uma outra trajetória comum na delinquência juvenil é a de conflito com a autoridade. Esta revela-se normalmente antes dos 12 anos e desenvolve-se numa sequência caracterizada por se iniciar com comportamentos obstinados, seguidos de comportamentos de desafio da autoridade e, mais tarde, por evitamento da autoridade. Com o seu início mais tardio, a trajetória coberta incorpora uma escalada dos atos cobertos, podendo adotar esta ascensão: mentiras, pequenos furtos, vandalismo, fogo posto, fraude, furto com arrombamento, etc. Da mesma forma, a trajetória aberta apresenta a mesma escalada mas desta vez ao nível da agressão, podendo iniciar-se apenas com ameaças e, a partir daí, ascender para intimidações, ataques ou mesmo violações.

2 - FATORES DE RISCO

2.1. Fatores de Risco para a transgressão

Investigações neste âmbito e nas quais nos apoiamos assentam na ideia de que não há uma causa, que por si só, seja responsável por todo o tipo de delinquência, assim como, não existe uma trajetória que, sozinha, conduza o indivíduo à prática de crimes (Loeber & Farrington, 1998).

Já no século XIX foi reconhecido que a propensão para o crime pode variar com a idade a que este se manifesta. A partir destas conclusões, muitos pesquisadores iniciaram investigações onde relacionam a idade e com o crime (Piquero; Farrington; Blumstein, 2007). Assim, as evidências científicas começaram a atribuir bastante importância a esta questão. Estatísticas evidenciam que a atividade criminal inicia-se por volta dos 12 anos, atingindo o seu pico entre os 15 e os 19 anos (Snyder, 1988). Diversos autores (e.g., Moffitt, 1993; Patterson, 1989; Moffitt et al. 1996; Patterson e Yorger, 1997) mostram que a atividade delinquente com início precoce é um fator preditor de uma carreira criminal com maior duração, sendo que esta poderá ser mais heterogênea e diversificada. A este processo, Negreiros (2008) denomina de estabilização, que se refere ao modo através do qual a atividade se torna persistente e durável dado que “estes indivíduos tendem a envolver-se em condutas antissociais mais graves, mais versáteis e mais frequentes, durante mais tempo; desistem mais tarde e tendencialmente apresentam contactos mais frequentes com o sistema e justiça” (Castro, 2015:22). Associado a este conceito aparece a especialização no crime dado que os infratores tornam-se cada vez mais versáteis na atividade delituosa quanto maior for o contacto e a duração com o crime (Cohen, 1986; Piquero et al., 1999 cit. in. Piquero; Farrington; Blumstein, 2007).

Para além disto, os comportamentos delinquentes podem ser resultantes de relações complexas entre variáveis biológicas e ambientais. Quando falamos em variáveis biológicas referimo-nos a aspetos que resultam de posturas individuais que, normalmente, os indivíduos têm dificuldade em controlar por muitas vezes estarem inscritas no seu quadro genético. Pelo contrário, as variáveis ambientais emergem do próprio meio de vida do indivíduo, podendo ocorrer em vários contextos. No entanto, como foi apontado por Christiansen e Knusmann (1987) os fatores ambientais têm um papel mais importante na determinação das condutas agressivas do que os biológicos. Por este motivo interessa-nos explorar com maior profundidade os fatores de risco de tipo ambiental.

O ingresso no crime é, assim, entendido como uma junção de fatores de risco que, em conjunto, aumentam a probabilidade de desenvolverem desordem comportamentais (Mzarek & Haggert, 1994:127 cit. in Shader, 2004), promovendo a sua frequência e persistência (Kazdin et al., 1997 cit. in Piquero; Farrington; Blumstein, 2007). Identificar os fatores de risco é por nós encarado como uma das estratégias mais importantes para detetar e prevenir fenómenos como o da delinquência juvenil e, conseqüentemente, determinar o tipo de intervenção (Farrington, 2008).

Desta forma, são vários os tipos de fatores (Farrington, 2008) que nos ajudam a entender esta problemática. Por este motivo, o foco de atenção não se deve centrar só no indivíduo por se tratar de um comportamento que resulta de uma rede de fatores. Importa, assim, referir que a delinquência juvenil não se trata de um conjunto de causas individuais mas, ao abordá-la, é necessário ter em conta uma perspetiva ecológica, na medida em que esta é determinada pela interação dos sistemas sociais do jovem, como a família ou o grupo de pares. (Tarolla, Wagner, Rabinowitz & Tubman, 2002).

Relativamente aos fatores individuais, como já foi referido, estes parecem assumir um papel menos influente do que os restantes fatores. Apesar disso, o stress, défices a nível temperamental e de autorregulação e a impulsividade, aliados a outros fatores, constituem vulnerabilidades no controlo de comportamentos agressivos.

Diversas pesquisas apontam para que estes comportamentos emergem a partir de fatores de risco familiares. Um seio familiar com relações inadequadas e uma escassa supervisão parental são apontados como aspetos que podem propiciar comportamentos desajustados. Para além disso, muitos dos jovens que apresentam condutas desviantes convivem, no seio familiar, com altos níveis de violência e, em muitos casos, há a existência de pais criminosos. Winnicott (1999) defende que a delinquência tem origem em ligações familiares disruptivas sendo que é nesta fase que a criança “põe à prova o seu poder de desintegrar, destruir, assustar, cansar, manobrar, construir e apropriar-se” (idem:129). Quando o quadro de referência não lhe concebe o apoio apropriado esta tende a recorrer à sociedade “a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios do seu crescimento” (idem).

Vários autores (Loeber & Dishions, 1983; Dornbush & Wood, 1989; Herman et al., 1997; Lamborn et al. 1991; cit. in Claes et al., 2005) referem-nos que o estabelecimento de uma supervisão desajustada na adolescência, ou seja, a permissividade ou até a incapacidade de estabelecer limites, são preditores, quer do fraco desempenho escolar, quer da delinquência e do uso de drogas. Sendo esta supervisão atribuída à responsabilidade dos pais, quando estes são os principais cuidadores dos jovens, tende-se a responsabilizá-los quando existe um comportamento desadequado dos seus filhos. Este vazio deixado pelos progenitores é, normalmente,

ocupado pelo grupo de pares dando suporte à existência de um quadro de referência de atitudes e comportamentos considerados desviantes.

Os adolescentes em conflito com a lei caracterizam-se, normalmente, como pessoas com dificuldades em competências sociais e na resolução de problemas (Straus, 1994). Normalmente, residem bairros sociais com baixo nível socioeconómico que são caracterizados pela existência de episódios de violência e de criminalidade, assim como tráfico e consumo de drogas. Os fatores socioeconómicos parecem, muitas vezes, constituir um embalo na prática de crimes para a obtenção de bens que não conseguem adquirir por vias normais.

Um estudo realizado na Costa Rica (Villa & Rodríguez, 2000) refere-nos que os amigos exercem uma influência importante na vida dos jovens e, da mesma forma que partilham vivências positivas, também é neste seio que iniciam o consumo de drogas e a prática de delitos. Esta identificação com o grupo de pares acaba por se refletir a nível escolar. Tendencialmente estes jovens são vistos de forma negativa, como figuras de ameaça e portadores de atitudes agressivas e, sabendo que são assim etiquetados, estes acabam por preferir assumir a identidade de bandido, muitas vezes, como forma de resistência. Ao sofrerem de um sentimento de inferioridade, estes mantêm-se fiéis a uma conduta de comportamentos diferindo daqueles que respeitam a lei. Nesta linha, residir num sítio com baixo nível socioeconómico implica uma maior probabilidade de se envolverem em conflitos.

2.2. Reincidência Criminal

Sendo a principal objetivo da medida de internamento em CE a transformação do comportamento do menor e a sua ressocialização, porque é que, para muitos jovens, o ciclo não termina? Ainda que a maioria dos jovens desista “naturalmente” do crime na passagem para a vida adulta, a preocupação social com os que persistem nas carreiras criminosas revela-se compreensível (Castro, 2015), dado que “acentuam-se cada vez mais as dificuldades adaptativas à vida em liberdade e reforça-se o apego às atividades desviantes (...) perpetuando-se assim o ciclo da reincidência” (Gonçalves, 1999:211).

O tratamento penitenciário é definido por Pinatel como “a ação levada a cabo junto do delinquente, com vista a tentar modelar a sua personalidade com o objetivo de o afastar da reincidência e favorecer o seu enquadramento social” (cit. in. Barroso, 1992:55). Os números da reincidência são dados ainda escassos que não nos permitem fazer uma avaliação total dos fatores que levam os jovens a voltarem ao mundo criminoso. Ainda assim, vários autores (Andrews et al., 1990;. & Kurz Shumacher, 2000

cit. in. Mulder; Brand; Bullens & Marle, 2010) relatam que a reincidência, sendo esta a persistência no comportamento delituoso, pode ser evitada quanto maior conhecimento existir sobre os fatores de risco associados a esta. Desta forma, a compreensão destes fatores é essencial para calcular e retificar o trabalho que é realizado com os menores.

Um estudo da Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais realizado em parceria com a CESPU (Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário) em Portugal entre 2009 e 2012 permitiu avaliar o risco de reincidência e das necessidades de intervenção. O instrumento utilizado – Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI¹) – permitiu identificar que os fatores de risco mais relevantes da amostra são a utilização de tempos livres, a família e as práticas parentais, a relação com os pares e a frequência escolar/emprego. Com base neste estudo, verificamos que 85% dos jovens avaliados apresenta um risco baixo ou moderado de reincidência, 14,5% um risco alto e apenas 0,3% um risco muito alto. Em conformidade com isto, um estudo follow-up de 2012 certificou que de 95 jovens, 62% não reincidiram e 31% acabaram por voltar ao sistema de justiça.

Um outro estudo, realizado nos Países Baixos com 728 participantes, revelou que a reincidência global ocorreu em 79.9% dos casos, sendo que a maior parte ocorreu durante os 2 primeiros anos de libertação (Mulder; Brand; Bullens & Marle, 2010). Os autores revelam alguns fatores de risco que aparentam justificar estes dados. Assim sendo, parece que a adesão ao tratamento, a capacidade de resolver problemas e o comportamento criminoso na família foram os principais originadores destes resultados. Constatam ainda que os jovens que reincidiram iniciaram a sua atividade delituosa muito precocemente, possuíam um número elevado de crimes praticados e não conheciam as vítimas dos seus crimes passados.

Por sua vez, Cottle, Lee e Heilburn (2001) reuniram, numa meta análise de 23 estudos, oito grupos de preditores: a) informações demográficas; (b) antecedentes criminais; (c) a família e os fatores sociais; (d) fatores educacionais; (e) o nível intelectual; (f) história do uso da substância, (g) fatores clínicos e (h) avaliação de risco de reincidência. Concluíram que os fatores para reincidir se relacionavam, essencialmente, em problemas familiares, no uso incorreto dos tempos de lazer, na convivência com pares delinquentes e em problemas de conduta.

Ainda que em Portugal não representem a maioria, os jovens que voltam a cometer delitos representam um número expressivo que deve ser contrariado. Assim, a fase de saída do CE constitui uma fase decisiva no processo de integração e, como tal, deve ser merecedora de uma atenção especial como forma de prevenção de uma

¹ Cit in. Hoge & Andrews, 2006

possível recaída. Durante a institucionalização o jovem assimila um conjunto de “tradições, valores, atitudes e costumes impostos pela população carcerária [que] são aprendidos como forma natural de adaptação ou até mesmo de sobrevivência (Barreto, 2006:587), levando o jovem a criar uma identidade prisional que não se coaduna com a vida em liberdade. Depois da execução da medida não há acompanhamento e o jovem vê-se livre da privação que até ali estava sujeito, admitindo-se a hipótese da reincidência. Este fica entregue ao destino e sujeito aos mesmos fatores de risco que o levaram ao seu internamento. As instituições devem ser capazes de preparar o jovem para lidar com situações de risco e a sentir-se amparado no contacto com o exterior. Gomes et al. (2003) mencionam que esta falta de acompanhamento depois da saída acaba por ser um fator de risco para reincidência.

A desistência do crime poderá acontecer no momento de transição para a vida adulta (Moffit, 1993), no entanto isto dependerá “do grau de penetração numa progressão de comportamentos antissociais de tal maneira que, quanto mais o indivíduo progredir na sequência de comportamentos delinquentes, maior será a tendência pra persistir nesses comportamentos” (Negreiros, 2001:88). Assim, a hipótese de reincidência é maior nos casos em que se trata de comportamento com características antissociais persistentes.

3. INTERVENÇÕES COM RESULTADOS MAIS EFICAZES

As intervenções na área da delinquência foram, ao longo do tempo, influenciadas por certas orientações ideológicas e políticas, de acordo com os momentos sócio históricos, que foram modificando o modo de conceber e intervir nesta área (Negreiros, 2001). Se no início do século XX, aquando da implementação dos primeiros tribunais de menores, preconizava-se uma filosofia de intervenção baseada em medidas de proteção, foram longos os tempos em que se acreditava que o modelo de justiça seria o mais adequado na intervenção de menores. Esta crença, que se aproximava ao sistema de justiça de adultos, admitia que os menores eram responsáveis pelos atos praticados e que, por isso, as medidas aplicadas deviam ser punitivas e não socializadoras.

No entanto, em oposição às medidas de carácter repressivo, verificou-se que o modelo de proteção se revelava o meio mais eficaz para prevenir a reincidência (idem). Apesar da crença neste modelo ter sofrido um declínio na década de 70 nos EUA, mais tarde vários estudos (Macallair, 1993; Andrews et al. 1990 cit. in. Negreiros, 2001) vieram comprovar a eficácia da prática do modelo de reabilitação ao invés do modelo de justiça por se comprovarem “diminuições significativas no número de detenções após a saída do jovem da instituição” (idem:124). Os modelos de reabilitação referem-se a “programas psicossociais e serviços que são designados para assistir os delinquentes em relação a um conjunto de necessidades relacionadas com o seu comportamento bem como na aquisição de um estilo de vida mais produtivo e satisfatório” (Wormith, J. Stephen, et al. 2007). Assim, as intervenções no âmbito da justiça de menores, de uma forma geral, evoluíram, pelo menos a nível legislativo, numa lógica protecional ancoradas às ideias do modelo welfare. Tratam-se de políticas sociais que, através da intervenção pública, são destinadas à promoção e garantia do bem-estar e dos direitos sociais (Castro, 2009).

A eficácia das intervenções no âmbito da delinquência juvenil tem sido especialmente apoiada por “estudos avaliativos de intervenções específicas, ou seja, de «programas de prevenção/tratamento» do comportamento delinquente, quer durante a execução de medidas institucionais quer durante a execução de medidas não institucionais” (e.g. Lipsey, 2009 cit. in Castro, 2015:28). Lipsey (2009) desenvolveu uma meta análise onde reconhece que as intervenções terapêuticas que se orientaram pelo aconselhamento e pelo treino de aptidões foram mais eficazes do que as intervenções baseadas em estratégias de coerção, de controlo e de dissuasão. Dentro das abordagens de aconselhamento, seja ele individual ou em grupo, as reduções médias de reincidência foram superiores a 20% e nas abordagens de treino de aptidões, as

intervenções comportamentais e cognitivo comportamentais parecem especialmente mais eficazes do que quando relacionadas com o trabalho. Desta forma, os programas com abordagem terapêutica refletiram mudanças de comportamento através da melhoria de comportamentos e de relacionamentos. Estes programas focaram-se na justiça restaurativa, no treino de competências a nível social e académico, no aconselhamento individual, em grupo e familiar e em intervenções que estava de acordo com as necessidades individuais dos delinquentes (Lipsey & Howell, 2012).

As intervenções no âmbito da delinquência assumem, normalmente duas funções: a função educativa e a função de segurança. Se por um lado, pretendem “responsabilizar o menor face ao dano social que provocou”, por outro a intenção máxima deve ser a de “educar para a interiorização de normas e de valores”. (Castro, 2009:298). Castro (2009) alerta-nos para os projetos educativos dos CE que são desenvolvidos de acordo com as orientações legais e administrativas o que limita as intervenções e condiciona a adequação das medidas às necessidades concretas de cada jovem.

Para resultados mais eficazes deverá ser pensada uma “intervenção individualizada e antecedida de uma auscultação e observação do contexto e dos sujeitos” (Ferreira, 2013:21), considerando que cada caso é diferente do outro e que o tempo em que os jovens se encontram institucionalizados seja uma oportunidade de reflexão e de mudança. Conscientes disto, para uma intervenção mais eficaz, os CE deverão procurar estar orientados para a maior especialização possível, de acordo com as necessidades de cada menor. Neste sentido, a adesão do jovem à intervenção é necessário para que este se ligue emocionalmente às pessoas dado que, só na base da empatia, da confiança e da honestidade se vai conseguir uma intervenção de qualidade.

3.1 Os Sistemas de Justiça Juvenil na Europa

A delinquência juvenil tem sido, sobretudo nos tempos modernos, uma das grandes preocupações sociais pelo que tem convocado vários órgãos a debater os problemas que a ela estão associadas. Assim, o crime juvenil chama particular atenção dos órgãos de justiça juvenil que, se por um lado têm centrado as suas respostas na conceção do menor vulnerável que necessita de cuidado e de proteção, por outro, aborda-o como uma ameaça precoce que necessita de controlo e de correção (Hendrick, 1994 cit. in. Golson, 2002:120). A revisão que realizámos sobre os sistemas

de justiça penal de menores de vários países² permitiu-nos chegar a uma conclusão muito clara: a ideologia implícita na maioria dos documentos legais coloca a responsabilidade no indivíduo retraindo, portanto, as garantias do Estado Social. Esta erosão foi constada através dos discursos sobre as causas da delinquência que se sucedem numa visão consensual, explicando o fenómeno à luz da responsabilidade do indivíduo e da sua família. Os princípios comuns da evolução dos diferentes Estados foram notavelmente identificados por Bailleau et. al. (2009) e auxiliaram-nos na realização de um retrato da justiça de menores.

A viragem do milénio representou, para vários países, múltiplas revisões aos documentais legais que definiram novas orientações na justiça penal de menores: - Bélgica: Lei Relativa à Proteção da Juventude, ao cuidado dos menores que tenham cometido um facto qualificado como crime e à reparação dos danos causados por este facto de 2006; Inglaterra e País de Gales: Lei Crime e Desordem de 1998 e Lei Justiça de Menores e Evidência Criminal de 1999; Portugal: Lei Tutelar Educativa de 2001; Espanha: Lei Orgânica (LO) 5/2000; França: Lei Perben I de 2002 e Lei Perben II de 2004.

Genericamente, os sistemas de justiça juvenil europeus, apesar de algumas divergências entre si, têm fixado, aparentemente, as suas raízes no modelo de proteção relacionado com as ideias de bem-estar e de proteção social – Modelo Welfare (Bailleau et. Al. 2009). As políticas apresentam-se sob olhar compreensivo do fenómeno cujo objetivo é responder às necessidades dos jovens através de medidas educativas que sejam capaz de o prepara para a inserção social. Apesar disto, muitas tem sido as causas para a queda desta abordagem assistencialista. A lógica soft do modelo protecional aliada à opinião pública têm contribuído para o declínio deste modelo (Cartuyvels, Christiaens, Fraene & Dumortier, 2009: 272). A voz que é dada a estes jovens e às suas comunidades ocorre através dos meios de comunicação social sempre que algo negativo acontece. A construção da realidade da opinião pública é construída através destes discursos que induzem o medo traduzindo-se em sentimentos de insegurança em relação a estes jovens. O pânico que é causado por este sentimento leva à interrogação das práticas do Estado e dos meios policiais em resposta a estas questões. A pressão social, que proclama segurança, parece desacreditar na reabilitação e na eficácia da justiça como forma de reintegração social, forçando os Estados a substituírem estas medidas pelo endurecimento das sanções, encarada como a forma mais eficaz e célere de combater a delinquência (Hastings, 2009:352).

² A nossa análise incorpora os sistemas de justiça juvenil em Portugal, Bélgica, Inglaterra e País de Gales, Espanha, e França.

A primeira evidência deste endurecimento reflete-se na idade de imputabilidade estabelecida em cada país. A este nível, a França e a Inglaterra mostram ser os mais intransigentes sendo que é possível aplicar uma sanção penal a partir dos 10 anos de idade, ainda que não seja a privação de liberdade. Segue-se Portugal que acompanha estes países por uma diferença de apenas dois anos na idade mínima de imputabilidade. Em Portugal é possível aplicar uma medida dos 12 aos 16 anos. Não muito distante, Espanha tem previsto medidas que deverão ser aplicadas quando o delito é cometido entre os 14 e os 18 anos. Finalmente, e um pouco mais distante, a Bélgica prevê que os jovens sejam julgados a partir dos 16 anos (idade que em Portugal já o são como adultos) até aos 18.

Ao nível das sanções os diferentes países, ainda que apresentem lógicas semelhantes, diferem no tipo de medidas aplicadas. Todos eles apresentam um conjunto de medidas alternativas ao internamento.

A Bélgica, desde os anos 80, tem vindo a desenvolver um conjunto de medidas alternativas tendo em conta a gravidade do ato e a adequação da sanção. Estas são aplicadas a jovens até aos 12 anos e permitem que este continue no seu ambiente habitual de vida. Podem passar pela repreensão, pela vigilância por um serviço social competente, pelo acompanhamento educativo intensivo, pela prestação de um serviço comunitário ou pelo acompanhamento psicológico, sendo que não devem exceder as 150 horas (Cartuyvels, Christiaens, Fraene & Dumortier, 2009). A intervenção não se limita aos jovens mas poderá ser proposto um “estágio parental” para pais que manifestem “desinteresse caracterizado” (idem). Em França, o jovem é desafiado a participar num projeto, assinando um contrato, onde passa a ser responsável pela medida que lhe é proposta ou imposta. Este processamento em “tempo real” passa, em conformidade com a Bélgica, pelo serviço comunitário, pela mediação ou pela reparação à vítima (Bailleau, 2009). Em Inglaterra e no País de Gales as estratégias alternativas às sanções são baseadas, sobretudo, em intervenções restaurativas. A Lei de 1998 *Crime and Disorder* introduziu um elemento reparador no sistema de admoestação através de recursos educacionais de acompanhamento. Em Espanha o cenário é semelhante. Apesar do esforço em desenvolver sanções alternativas à detenção as decisões continuam a centrar-se em duas medidas: a prisão preventiva (22.1%) e o serviço em favor da comunidade (26.1%) (Beneitez, 2009:430). Ainda assim, a Lei 5/2000 prevê sanções em benefício da comunidade e a realização de tarefas socioeducativas, assim como, medidas que se relacionam diretamente com a vítima, como a compensação monetária.

Parece-nos claro que o mapeamento das medidas aqui descritas se baseia de uma forma geral num paradigma de justiça restaurativa. Ao mesmo tempo que procura

satisfazer os objetivos da lógica welfare - educação e reabilitação do jovem -, centra-se na segurança e na reparação dos danos à vítima e das exigências da comunidade. A responsabilidade social da produção da desviância reenvia a responsabilidade para o indivíduo (Cartuyvels, Christiaens, Fraene & Dumortier, 2009) que, nesta lógica, terá de recompensar as vítimas pelos danos causados. Este movimento do direito de proteção e de segurança é a base de reorientação atual das políticas judiciais juvenis que recorda que o principal objetivo é o de gerir melhor os riscos públicos, garantindo a segurança dos bens e das pessoas (Bailleau, 2009). Mais do que uma preocupação (re)educativa que possa recuperar o delinquente para uma vida adequada socialmente trata-se de reparar, ao nível da comunidade, as consequências dos comportamentos antissociais.

Aliado a isto, as medidas alternativas surgem com a preocupação em reduzir e controlar os custos da justiça. A hegemonia do modelo paternalista e de proteção vai-se, assim, diluindo de país para país dependendo do impacto diferenciado da dominação do paradigma neoliberal e neoconservador (Bailleau, 2009). É verificável, na maioria dos países, um declínio deste modelo, em virtude das práticas neoliberais, que preocupados com as exigências fiscais e financeiras tendem a delegar as responsabilidades noutros atores sociais. A tendência atual é a de entregar os casos menos graves às medidas alternativas, economizando os recursos técnicos e financeiros, e endurecer as sanções para os casos mais graves.

Relativamente às políticas mais severas, a medida de encarceramento está presente em todos os sistemas. Na Bélgica a separação do menor do seu meio é realizada com a colocação do menor numa instituição. A partir dos 12 anos o jovem é colocado em regime aberto e só a partir dos 14 anos poderá ser colocado em regime fechado (exceto se o caso for muito grave, o menor pode ser colocado desde os 12 anos). As instituições de internamento são compostas por pequenas estruturas com capacidade para acolher 20 a 50 jovens. Neste caso, não se verifica uma preocupação com a duração das medidas, sendo que o juiz deve aplicar a sanção de acordo com a duração dos projetos educativos a decorrer nas instituições. Na prática, a duração das medidas em regime aberto é de 37,9 dias e de 88,6 dias em regime fechado. (Cartuyvels, Christiaens, Fraene & Dumortier, 2009:279). Em França, as alterações políticas desde 2002 parecem traduzir um endurecimento das medidas e das penas aplicadas relativas à privação de liberdade (Bailleau, 2009:443) através de um sistema completo de estabelecimentos cujo funcionamento se baseia na privação e na restrição de liberdade (idem:448). Estão previstos 3 tipos de estabelecimentos: os Estabelecimentos Educativos de Supervisão Reforçada (CER), os Centros Educativos Fechados (CEF) e os Estabelecimentos Penitenciários para Menores (EPM). Apesar disto, as penas relativas à prisão fechada têm vindo a diminuir desde 2002 (9.9.% em

relação a 2006 com 6.90%) a par do crescimento das medidas alternativas, nomeadamente das sanções educativas (0.40% em relação a 2006 com 1.95%) e do trabalho comunitário (4.30% em relação a 2006 com 5.35%) (Bailleau, 2009:451). Em relação a Inglaterra e ao País de Gales, os dados produzidos pelo Conselho Europeu mostram que são os países que aprisionam mais jovens, à exceção da Ucrânia e da Rússia (Lewis, 2009:337). As medidas privativas de liberdade são aplicadas em casos de crimes graves, cingindo-se à detenção e formação num centro fechado. Estas medidas (ABSO - Anti social behavior order) podem ocorrer numa pena máxima de 2 anos, sendo que uma parte ocorre num centro fechado e outra na comunidade. Durante o período em que a medida é cumprida no exterior podem ainda ser admitidos a participar num programa reforçado de supervisão e vigilância, arriscando-se ainda a estarem sujeitos ao impedimento de frequentarem determinadas áreas específicas. Entre 1991 e 2008, o número de jovens detidos em estabelecimentos fechados mais do que duplicou, sendo que em 1991 haviam quase 1400 jovens internados e em 2008 um pouco mais que 3000. À semelhança de Inglaterra, em Espanha as medidas de internamento da LO 5/2000 são compostas por dois períodos. O primeiro ocorre num centro de internamento, podendo ocorrer em vários regimes, e o segundo em regime de liberdade sob vigilância. Entre os anos de 2002 e 2006 verifica-se um decréscimo acentuado da delinquência (Benitez, 2009), sendo que um relatório³ de 2005 mostra que as intervenções em regime aberto representam 53.5%, as medidas privativas de liberdade 25.9% e os internamentos em regime fechado apenas 5.1%.

³ Relatório do Boletim Estatístico do Conselho Geral de Poder Judiciário (CGPJ) in Benitez, 2009:428

CAPÍTULO II- CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1. CENTRO EDUCATIVO

Regido pela Direção Geral de Reinserção Social, este CE acolhe jovens do sexo masculino, que cometeram um ou mais factos qualificados pela lei como crime, sendo constituído por Unidades Residenciais, duas destinadas ao regime semiaberto e uma destinada ao regime fechado, com uma lotação para 34 jovens. No decorrer desta investigação o Centro acolhia 25 jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos. Os principais motivos de internamento são diversificados havendo especial incidência em crimes qualificados como furtos, roubos e tráfico de estupefacientes. No entanto, há ainda referência a crimes mais graves como sequestro, ofensas à integridade física qualificada e de abuso sexual.

1.1 Acolhimento dos jovens

Na receção o jovem é informado sobre os direitos e deveres e é-lhe apresentado o Regulamento Interno (RI), assim como é realizada a revista e a entrega de objetos e valores pessoais. Nos 7 dias seguintes (pode prolongar-se até 15 dias se a avaliação final obrigatória do seu cumprimento for desfavorável) é realizado o Programa de Intervenção Imediata (PII) sendo este um conjunto estruturado de ações que visa suportar e responder à reação do jovem ao internamento, assim como, apoiar a sua gradual inserção no seu novo quotidiano. A elaboração do PII deve contemplar a avaliação e diagnóstico dos recursos, riscos e necessidades do jovem de forma a sustentar o Projeto Educativo Pessoal (PEP) que irá determinar a intervenção educativa dirigida ao jovem durante a execução da medida.

| PII | Objetivos e Ações | Período |
|-----------------|--|----------------|
| 1ª Parte | Vinculação preferencial aos agentes educativos; Entrevistas de Diagnóstico, de avaliação das necessidades específicas, designadamente ao nível da saúde, pelo TSRS Tutor; Enquadramento da medida e avaliação da receptividade do jovem à intervenção tutelar educativa, atitude face aos factos e à medida aplicada; Sessões de informação/esclarecimento sobre os elementos estruturantes do CE (Entrega de documentos síntese | 1ª às 72 horas |

| | | |
|-----------------|--|-------------------------------|
| | do PIE e RI); Apresentação e entrevista com o diretor do CE; Execução pelo jovem de tarefas a favor do CE | |
| 2ª Parte | Integração no grupo de pares e nas rotinas do internato com especial vigilância, avaliação/orientação do comportamento e acompanhamento de proximidade; Entrevistas de diagnóstico e motivacionais diferentes e nas áreas formativas constantes do PIE do CE - Formação de base dos cursos EFA - Formação tecnológica dos cursos EFA - Atividades de animação de Sócio recreativas | Após 72 horas e até ao 7º dia |

1.2 Internamento

O quotidiano do CE é bastante organizado e, com a articulação e colaboração de todo o pessoal técnico, é cumprido de forma rígida e cuidadosa. Tal como verificamos no quadro seguinte o dia-a-dia do internamento dos jovens, entre refeições e pausas, é essencialmente dedicado aos Programas de Formação Profissional.

| Horas | Dias úteis | Sábados | Domingos e Feriados |
|--------------|---|---|---|
| 07.30 | Levantar/higiene pessoal e das instalações | | |
| 08.30 | Pequeno-almoço e planeamento das atividades | | |
| 09.00 | Atividades formativas | Levantar/Higiene pessoal | Levantar/Higiene pessoal/Faxinas |
| 09.30 | | Pequeno-almoço e planeamento das atividades | Pequeno-almoço e planeamento das atividades |
| 10.00 | | Limpezas Gerais | Atividades desportivas e socio educativas programadas |
| 10.30 | Intervalo/Lanche | | |
| 11.00 | Atividades Formativas | Atividades Socioeducativas | |

| | | | |
|------------------------------|--|--|--|
| 13.00 | Almoço e Reunião de Avaliação | Almoço e Reunião de Avaliação | Almoço e Reunião de Avaliação |
| 14.30 | Início da Formação | Visitas/atividades desportivas e socio educativas programadas | Visitas/atividades desportivas e socio educativas programadas |
| 15.45 | Intervalo/Lanche | Intervalo/Lanche | Intervalo/Lanche |
| 16.15 | Formação | Atividades Socioeducativas | Atividades Socioeducativas |
| 17.30 | | | |
| 18.30 | Banhos | | |
| 19.00 | Jantar e Reunião de Avaliação | Jantar e Reunião de Avaliação | Jantar e Reunião de Avaliação |
| 20.00 | RECOLHA AO QUARTO | RECOLHA AO QUARTO | RECOLHA AO QUARTO |
| | | | |
| 20.00 20.30 | Atividades Socioeducativas concedidas a título de prémio em função da avaliação diária | Atividades Socioeducativas concedidas a título de prémio em função da avaliação diária | Atividades Socioeducativas concedidas a título de prémio em função da avaliação diária |
| 22.30 | Silêncio/Fecho da luz | Higiene pessoal/Deitar Silêncio/Fecho da Luz | Silêncio/Fecho da luz |

Diariamente, os jovens são sujeitos a uma avaliação permanente e quantitativa das atitudes e comportamentos sendo esta realizada em 2 períodos do dia (final da manhã e final da tarde) tendo por base uma escala de 0 a 5 (0 – Sinaliza o agir hostil; 1 – Sinaliza o agir negligente; 2 – Sinaliza o agir pró-social inconsistente; 3 – Sinaliza o agir pró-social elementar; 4- Sinaliza o agir pró-social evoluído; 5 - Sinaliza o agir pró-social admirável) que é atribuída segundo diferentes indicadores (Higiene e Cuidados Pessoais; Normas e Regras; Relações Interpessoais com Adultos; Relações Interpessoais com Colegas; Formação de Base; Formação Tecnológica).

Durante o internamento o jovem deve passar por quatro fases onde cada passagem de fase implica uma avaliação prévia e rigorosa do percurso do jovem, com

a realização de uma tutoria-chave, nos termos do sistema de faseamento e progressividade do PIE. A progressão de fase deve, ainda, contemplar uma breve cerimónia solene, na Unidade Residencial, com entrega do respetivo Certificado.

| Designação e Unidade | Objetivos | Critérios de Mudança | Regalias |
|---|--|--|---|
| FASE 1 – INTEGRAÇÃO Duração mínima: 3 meses: medidas até 12 meses 4 meses: medidas superiores a 12 meses e até 24 meses 5 meses: medidas superiores a 24 meses | <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer que os factos que determinaram a aplicação da medida constituem um problema para o próprio; - Compreender os motivos do internamento; - Participar na elaboração do PEP; - Conhecer as principais regras de funcionamento do CE e cumpri-las, ainda que com ajuda; - Adquirir e/ou exercer hábitos de higiene pessoal; Adquirir e/ou exercer hábitos de limpeza e organização do espaço pessoal (quarto, unidade) | Ter atingido os objetivos desta fase, sem que tenha tido participações de ocorrência que correspondam a uma infração disciplinar grave ou muito grave no último mês. | <ul style="list-style-type: none"> - Não tem saídas do CE exceto as estritamente necessárias por razões de saúde ou por imperativos judiciais; - Possibilidade de utilização de roupa pessoal nas saídas obrigatórias |
| FASE 2 – AQUISIÇÃO (Unidade de Acolhimento) | <ul style="list-style-type: none"> - Compreender as motivações para a prática dos factos; - Adquirir competências pessoais e de relacionamento interpessoal em função dos contextos; | Ter atingido os objetivos desta fase, sem que tenha tido participações de ocorrência que correspondam a uma infração grave ou muito | <u>Regime Semiaberto:</u> Possibilidade de usufruir de saídas com enquadramento do CE e beneficiar de curtos períodos de férias. <u>Regime Aberto:</u> Possibilidade de usufruir de saídas com |

| | | | |
|---|---|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> - Adquirir hábitos de trabalho (investimento nas atividades) Ser autônomo relativamente a hábitos de higiene pessoal; - Ser autônomo relativamente a hábitos de limpeza e organização do espaço pessoal | grave na última metade da Fase 2. | <p>enquadramento do CE; de beneficiar de fins-de-semana com regularidade mensal e curtos períodos de férias;</p> <p>Possibilidade de utilização de roupa pessoal nas saídas obrigatórias e facultativas</p> |
| <p>Fase 3 – Consolidação</p> <p>(Unidade de Progressão)</p> <p>Duração mínima: 1/3 do tempo remanescente</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar as aquisições anteriormente efetuadas; - Identificar e reconhecer valores que inibam ou evitem a prática de factos ilícitos; - Apresentar sentido de responsabilidade e adequação nas saídas/atividades a comunidade; - Apresentar hábitos de trabalho: Apresentar indicadores de adesão a um projeto de mudança corporizado no PEP | Ter atingido os objetivos desta fase, sem que tenha tido participações de ocorrência que correspondam a uma infração grave ou muito grave na última metade da Fase 3 | <p><u>Regime Semiaberto:</u></p> <p>Possibilidade de usufruir de saídas com enquadramento do CE;</p> <p>Possibilidade de beneficiar de fins-de-semana com regularidade mensal a título de prémio e curtos períodos de férias.</p> <p>Regime Aberto:</p> <p>Possibilidade de usufruir de saídas com enquadramento do CE;</p> <p>Intensificação das licenças de fim-de-semana e dos períodos de férias;</p> <p>Possibilidade de utilização de roupa pessoal no CE</p> |

| | | | |
|---|---|---|---|
| <p>FASE 4 – Autonomia (Unidade de Progressão) Duração mínima: 1/3 do tempo remanescente</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Manutenção das aquisições anteriormente efetuadas; - Aprender a estruturar o quotidiano revelando autonomia e responsabilidade; - Identificar e usar estratégias que previnam a reincidência, nomeadamente no que respeita a fatores/situações de risco; - Consolidar hábitos de trabalho. Constituir-se em referência para os jovens que cumpram a Fase 3 | <p>Ter atingido os objetivos nesta fase; Não ter participações de ocorrências</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de saídas com e/ou sem acompanhamento de pessoal do CE para fins formativos, desportivos ou outros; - Intensificação das licenças de fim-de-semana e dos períodos de férias; - Possibilidade de utilização de roupa pessoal no CE |
| <p>-Possibilidade de elaboração de proposta de revisão da medida de internamento para medida não institucional: -Duração mínima: ¼ do tempo total da medida aplicada (Unidade de Acolhimento)</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Ensaio na comunidade das competências adquiridas em contexto institucional; - Permitir uma transição gradual e supervisionada para a vida em meio livre | <ul style="list-style-type: none"> - Os requisitos para esta flexibilização da medida estão plasmados no Guião para a Intervenção Tutelar Educativa; - Carece de articulação prévia com a Equipa da DGRS da área de residência e Parecer favorável da DSATE | |

1.3. Oferta Educativa e Formativa

Caracterizada por uma sequência de atividades planificadas, suportadas em modelos teóricos e/ou evidências empíricas, tendo em vista a mudança positiva de atitudes, crenças e comportamentos do jovem, a oferta educativa que o CE dispõe recai sobre quatro áreas fundamentais: *Tutoria, Formativa, Sócio- Educativa e Terapêutica*.

A *Tutoria* é da responsabilidade do Técnico Superior de Reinserção Social responsável pelo jovem (Tutor) e é um instrumento técnico privilegiado de intervenção e avaliação por parte do técnico superior. Esta assenta numa entrevista semiestruturada, centrada na relação individualizada do técnico-tutor com o jovem, visando auxiliá-lo na procura de soluções para a adoção de comportamentos mais ajustados no contexto institucional e na comunidade, reforçando a sua motivação para não cometer novos crimes. É efetuada com periodicidade mínima quinzenal e duração média de 45 minutos para cada sessão.

Relativamente à *formação*, este CE dispõe de *Programas de Formação de Base e Tecnológica* onde procuram assegurar uma dupla certificação – escolar e profissional – através dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e de formações modulares de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações que lhes permitem obter o 6º - EFA-B2 - ou o 9º ano de escolaridade – EFA-B3.

| | |
|---------------|------------------------------------|
| <i>EFA-B2</i> | Operador de Manutenção Hoteleira |
| <i>EFA-B3</i> | Pintor da Construção Civil |
| <i>EFA-B3</i> | Eletromecânico de Eletrodomésticos |
| <i>EFA-B3</i> | Eletricista de Instalações |

No entanto, sendo a principal missão a de proporcionar aos jovens sujeitos a medida tutelar de internamento a aquisição de conhecimentos, competências e valores sociais com vista ao sucesso da sua reinserção social, o CE oferece um conjunto alargado de programas que procuram garantir uma intervenção alargada.

Os *Programas Terapêuticos e de Satisfação das Necessidades Educativas Especiais associadas ao Comportamento Delinquente* procuram responder a necessidades específicas, desenvolver competências pessoais e sociais facilitadoras do ajustamento social e apoiar o jovem no processo de mudança.

| | |
|--|--|
| <i>GPS25 – Gerar Percursos Sociais</i> | Visa intervir no comportamento delinquente, com vista à adoção de uma postura pró-social consentânea com as normas vigentes; |
|--|--|

| | |
|---|--|
| <i>TCRPS – Treino de Competências para Resolução de Problemas Sociais</i> | Assente numa intervenção grupal, aplicando-se estratégias como o role play, a autoinstrução e o treino de competências de resolução de problemas sociais, que visam melhorar o relacionamento interpessoal e desenvolver competências pró-sociais |
| <i>ERECC – Estratégias de Regulação Emocional e de Controlo da Cólera</i> | Intervenção grupal que pretende ajudar a diminuir a ativação da cólera em jovens agressivos, assim como guiar nos passos para lidar com a cólera, ensinando-os a autocontrolarem-se; |
| <i>ERSM – Estimular Recursos Sociomorais</i> | Dinâmica de grupo que visa a estimulação e desenvolvimento de uma tomada de decisão sociomoral mais madura; |
| <i>ERC – Estimular Recursos Cognitivos</i> | Visa desenvolver um conjunto de competências só nível cognitivo, com influência na linguagem, na psicomotricidade, na perceção e descodificação, na memória, na organização perceptiva, categorização e no raciocínio |
| <i>Próxima Paragem</i> | Pretende-se que os jovens consigam criar uma relação empática, compreensiva e de confiança que favoreça a exploração emocional e cognitiva, bem como o treino de competências em áreas como a comunicação, cooperação e resolução de conflitos, tendo como objetivo ultimo a definição de um projeto de vida |
| <i>Eu e os Outros</i> | Intervenção sustentada em dinâmicas de grupo, que aborda questões relativas a comportamentos aditivos e dependências, desenvolvimento das relações interpessoais, questões escolares, contextos recreativos e expectativas para o futuro (implementado pela DICAD/ARS Norte). |
| <i>Artways – Políticas Educativas e de Formação contra a Violência e Delinquência Juvenil</i> | Intervenção grupal que tem como objetivos principais o empoderamento de jovens para a mudança comportamental a atitudinal e prevenção da violência (implementado pela UMAR) |

Para além disto, os *Programas Socioeducativos de Educação para a Saúde* caracterizam-se por proporcionar atividades estruturadas e programadas para

sensibilização dos jovens para a adoção de um estilo de vida saudável e de ocupação dos tempos livres.

| | |
|--|---|
| <i>Medicina Geral e Familiar</i> | Acompanhamento pelo médico de família |
| <i>Programa Nacional de Vacinação</i> | Visa a sujeição aos esquemas de vacinação aconselhados com vista à redução da morbilidade e da mortalidade pelas doenças infecciosas |
| <i>Pneumologia</i> | Rastreio profilático de tuberculose pulmonar |
| <i>Estomatologia</i> | Diagnóstico e tratamento na área da medicina dentária |
| <i>Pedopsiquiatria</i> | Acompanhamento especializado na área da saúde mental juvenil |
| <i>Psicologia</i> | Intervenção individualizada que visa apoiar o jovem a superar os problemas do seu processo de desenvolvimento, em especial os relacionados com a adoção de comportamentos socialmente desajustados |
| <i>Educação pelos Pares</i> | Intervenção de natureza grupal que tem como objetivos principais promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, a formação específica no âmbito da educação para a saúde e a prevenção de comportamentos de risco |
| <i>Identities</i> | Desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Saúde Escolar, é baseado em sessões informativas abrangendo temáticas relacionadas com Alimentação Saudável, Higiene Corporal e Primeiros Socorros |
| <i>PIVS – Programa para a Inclusão e Vida Saudável</i> | Rastreio e ação de formação sobre higiene oral |
| <i>Treino de Competências de Vida Diária</i> | Estruturado com o intuito de facultar ao jovem capacidades práticas e de planeamento ao nível da vida diária, nas áreas de alimentação e vestuário, promovendo autonomia que permita o crescimento e a entrada na vida adulta de modo independente. |

CAPÍTULO III – FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Os objetos de estudo em Educação, habitualmente, apresentam-se de uma forma complexa, apostando num “conhecimento científico [que] vai resultando de um esforço de compreensão onde os elementos (...) se interligam na tentativa de encontrar fórmulas explicativas, credíveis e adequadas à realidade que se quer compreender” (Boavida & Amado, 2008:114). No nosso entender, as investigações nas áreas sociais e humanas não são uma sucessão de etapas rígidas mas antes assentes numa adequação ao objeto de estudo que se pretende estudar.

A problemática do que é ou não científico levanta um problema epistemológico importante acerca do modo como se concebe o objeto de investigação, ou, por outras palavras, do modo como se concebe a participação do sujeito e do objeto na produção do conhecimento, a participação da teoria e dos factos, ou ainda, a participação dos conceitos e da observação (Santos, 1989 cit. in. Almeida, 1996:617). Cientes da importância de encontrar um fio condutor para a investigação analisamos diferentes opções epistemológicas que nos ajudassem a criar relação e a descodificar o objeto de estudo.

Associa-se, frequentemente, a utilização do método qualitativo a estas áreas enquanto o quantitativo é mais utilizado em ciências exatas. No entanto, “não pode, porém associar-se o «quantitativo» a «científico» e o «qualitativo» a «intuitivo»” (Pardal & Correia, 1995:19), nem anular um face ao outro dado que as diferentes naturezas das investigações implicam a necessidade de utilizar diferentes métodos. Sendo o método “um corpo orientador de pesquisa, obedecendo a um sistema de normas [que] torna possíveis a seleção e a articulação de técnicas” (idem:10), desde logo compreendemos que esta investigação em particular obteria melhores resultados através do método qualitativo. Com o objetivo de “chercher à atteindre les vérités qu’elles poursuit, les démontre, les vérifie” (Grawitz, 1986:360), esta investigação é, assim, suportada por um modelo de análise construído com referência ao método selecionado (Pardal & Correia, 1995:11).

Pretendemos entender de que modo as intervenções realizadas em CE contribuem para a reeducação/reinserção e, para isso, consideramos que através do método qualitativo conseguiríamos utilizar técnicas mais interativas e mais humanistas. Por isto, procuramos usufruir do ambiente natural dos acontecimentos de forma a conhecer a realidade mais de perto e, ao mesmo tempo, dando voz aos sujeitos através de entrevistas.

1. RECOLHA DE DADOS

1.1. Análise Documental

A escolha das técnicas para a recolha de dados foi feita de acordo com a natureza do problema a estudar. Acreditamos que “um discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião; ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados” (Charlot, 2006:10). Por este motivo, dedicamos parte do tempo que tínhamos previsto para a recolha de dados para uma análise documental que, para além de nos ajudar num melhor conhecimento do tema, fosse capaz de nos ajudar a chegar a algumas conclusões através do cruzamento de dados.

Assim, foram analisados várias leis e decretos-leis - a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP); Lei Tutelar Educativa (LTE); Decreto-lei 323-D/2000 – que nos clarificaram acerca do estado jurídico e penal de menores que praticam factos qualificados pela lei como crime. Para além disto, e por se verificar que o sistema de justiça juvenil em Portugal se encontra influenciado por pressões internacionais, optamos por rever os sistemas de alguns países de forma a perceber até que ponto se distanciam ou, pelo contrário, se aproximam do modelo português e de que forma este é influenciado pelos restantes. Pretendemos, através de uma comparação das intervenções, compreender as que produzem melhores resultados na inversão de comportamento antissociais.

Estreitando a nossa pesquisa ao contexto português, por se considerar a importância do contexto e das influências que aí ocorrem, pensamos na produção de conhecimento a partir do local. Esta recolha de dados deverá resultar depois de múltiplas observações visto que ao longo do tempo “vai-se formando uma noção do real do que é verdadeiro ou falso, do que é relevante ou não” (Boavida e Amado, 2008:105). Assim, o caminho metodológico foi ficando mais claro à medida que estávamos no terreno. Para tal, foi estabelecido um protocolo entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e a Direção-Geral de Reinserção Social que, após envio da proposta de investigação, autorizou o acesso ao terreno para a recolha de dados.

A pesquisa ocorreu num CE, onde efetuamos uma análise aos documentos da instituição – Guião de Intervenção Tutelar Educativa, Projeto de Intervenção Educativa e Regulamento Interno. Estes documentos deram-nos acesso, por exemplo, às regras de funcionamento, ao referencial legal e teórico da intervenção, às linhas orientadoras da intervenção e aos seus objetivos gerais. Para além disso, ainda no terreno, foram analisados 6 casos de menores através dos seus *dossiers* jurídicos e de internamento,

que nos permitiram cruzar informação com os fatores de risco e de reincidência e verificar se as intervenções são planeadas de acordo com cada caso e os critérios utilizados.

1.2. Observação

Para completar as informações recolhidas, fomos acompanhando o quotidiano da equipa técnica, assim como alguns programas de satisfação de necessidades educativas específicas associadas ao comportamento delinvente – Gerar Percursos Educativos (GPS) e Estratégias de Regulação Emocional e de Controlo da Cólera (ERECC). A frequência destes programas permitiu-nos compreender de forma mais aprofundada a dinâmica das intervenções, assim como estar em contacto com os jovens, entre os quais aqueles cujos processos analisámos. Reconhecemos que o terreno reproduz espontaneamente o estado mais puro dos objetos que pretendemos conhecer e por este motivo não nos cingimos a utilizar o terreno apenas para as entrevistas mas aproveitamos o acesso ao mesmo para refletir sobre as práticas, analisando o fenómeno através delas. Esta permanência revelou-se fundamental numa investigação qualitativa desta envergadura na medida em que “consiste na inserção do observador no grupo observado, o que permite uma análise global e intensiva do objeto de estudo” (Almeida & Pinto, 1982:97).

Para além disto, e ainda que a observação não fosse o nosso foco principal para a recolha de dados, a realidade é que não poderíamos deixar de aproveitar as informações privilegiadas que o acesso ao terreno nos permitiu. O tempo que estivemos no terreno foi de aproximadamente dois meses, sendo que nos deslocávamos à instituição dois dias por semana. Durante este período, para além de muitas conversas informais, observamos o trabalho da equipa técnica e assistimos aos programas que já foram mencionados. Isto permitiu-se assistir a vários episódios que mereciam ser mencionados e, por isso, registamos em notas de terreno aquilo que nos ia parecendo relevante. Ainda que esta não seja uma das principais técnicas para a recolha de dados, poderemos vir a recorrer a estes registos para apoio na discussão de resultados e sempre que se ache oportuno na discussão dos resultados.

1.3. Entrevistas

Neste seguimento, foi também na permanência no terreno que desenvolvemos a ideia sobre o “caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga” (Bourdieu 2003:695). A relação que fomos estabelecendo com os atores no terreno pareceu-nos fundamental para o desenvolvimento das entrevistas. Optamos por realizar seis entrevistas a diferentes técnicos com o suporte de um guião previamente preparado (cf. Apêndice 1). Três delas a elementos da equipa técnica, ou seja, a Técnicos Superiores de Reinserção Social (TSRS) – sendo um deles elemento da equipa de direção - que integram a equipa que planeia e faz a intervenção e as restantes a três Técnicos Profissionais de Reinserção Social (TPRS) por serem estes que mais próximos estão dos menores ao longo do seu dia-a-dia. Antes da realização das entrevistas procuramos elucidar os participantes sobre os objetivos da investigação, garantindo o anonimato dos mesmos. Para tal, foi-lhes apresentando um Termo de Consentimento Informado (cf. Apêndice 2) que foi devidamente assinado por cada elemento.

Consideramos a entrevista “bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretender fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (Gil, 1999:117). Através dela procuramos não só perceber a base e o propósito das intervenções mas também dar voz aos profissionais, percebendo não só as suas motivações como também os seus anseios e limitações. Cientes das dinâmicas rígidas da instituição e da carga de trabalho dos técnicos optamos por planear uma entrevista curta - com apenas 6 perguntas – que focasse os pontos essenciais do que pretendemos conhecer e que não causasse qualquer constrangimento no funcionamento da instituição.

2. ANÁLISE DOS DADOS

Depois de recolhidas, as informações deverão ser codificadas e classificadas em categorias e subcategorias que expressem as ideias que se pretendem interpretar. Esta interpretação “tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas [e deverá ser] feito com ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (Gil, 1999:168). Por este motivo, a análise de conteúdo (cf. Apêndice 3) pareceu-nos a técnica mais apropriada por se tratar de “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das

comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (Berelson, 1952:13 cit. in. Gil, 1999:165).

Posto isto, depois de uma análise cuidada das entrevistas resultaram as seguintes categorias que servirão de suporte na discussão dos resultados desta mesma investigação: Fatores de Risco que propiciam a atividade criminal; Fatores de Proteção que podem reverter a atividade criminal; Casos com maior sucesso; Casos com menos sucesso; Caracterização dos jovens internados; Pessoal Técnico sob diferentes olhares; A chegada ao CE; A intervenção no cumprimento da pena; A oferta educativa e formativa; e a Reinserção Social dos Jovens.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

1. Caracterização dos jovens internados

A execução de uma medida tutelar de internamento implica que um jovem pratique um facto qualificado pela lei como crime e apresente necessidades de educação para o direito. Desde logo, e para que possamos refletir sobre as práticas interventivas, não podemos ignorar os motivos que levam a que um menor seja internado numa instituição total.

“A lei diz que o internamento é aplicado quando se entende que o jovem já sob o ponto de vista social desviou tanto, isto é uma força de expressão, se desviou tanto que a sua permanência na comunidade já não faz inverter este processo.” (ENT4)

Os motivos que levam ao internamento dos jovens são diversificados e parecem subordinados a algumas condicionantes. Confrontando a literatura com os dados empíricos entendemos que, de acordo com Loeber (1988), a maioria dos jovens que se encontram no CE caracteriza-se pelas trajetórias coberta e aberta. A primeira é uma escalada dos atos transgressivos e a segunda uma escalada de atos mas ao nível da agressão, podendo iniciar-se apenas com ameaças e, a partir daí, ascender para intimidações, ataques ou mesmo violações.

“Os crimes comuns, vamos chamar-lhes os crimes mais comuns, o furto e o roubo são por ai fora, é o mais fácil. Eu passo uma coisa qualquer, tiro uma laranja ou duas e faço um assalto. Mas mesmo este tipo de crimes mais comuns têm tido evolução porque ao longo de muitos anos o principal era o furto, praticamente pouco mais havia. Depois começou a ser o furto e o roubo. Juntamento com o furto e o roubo aparece a agressão. Porquê? Presumo eu... porque a aproximação, o social dos jovens começou a ser diferente.” (ENT4)

“Estamos a falar de um jovem que cometia crimes graves contra pessoas.” (ENT3)

Verificámos que a maioria dos jovens internados cresceu com uma história de vida frágil, com episódios que certamente influenciaram os comportamentos desviantes que adotaram. Constatamos, ainda, que jovens que cresceram com episódios marcantes de violência tendem a cometer crimes violentos com recurso à força e à agressão, assim como, um dos jovens a cumprir pena por violação que também tinha sido abusado na infância.

“Um jovem com uma história de vida muito má. Portanto, estamos a falar de uma criança de rua, que viveu como criança de rua, cresceu como criança de rua. Batida pelo pai, abusada sexualmente por um vizinho, abandonado, de alguma forma, pela mãe.”

Durante a análise das entrevistas, percebemos ainda que existe uma série de características, comportamentos e práticas que parecem transversais à maioria dos jovens. De uma forma geral, estes jovens são percecionados pelo pessoal técnico como desobedientes, egocêntricos, impulsivos, agressivos, emocionalmente instáveis e com níveis de carência elevados. Ainda assim, o aspeto mais referido foi a fraca noção do outro, que aparece como uma característica relevante na prática de crimes.

Mais uma vez, egocentrismo muito forte, emoções muito básicas, noção do outro muito fraca, noção de crítica muito fraca, impulsividade que a gente vê que é muito alta.” (ENT3)

“Mais uma vez, os estudos indicam quais são as características de jovens que costumam chegar aos centros educativos? São jovens agressivos, que vêm para o CE porque cometeram comportamentos agressivos. São jovens que têm baixas competências sociais e de relacionamento com os outros. Apresentam, geralmente, fragilidades ao nível do relacionamento com o outro, da noção do outro e da compreensão do outro. São jovens que, normalmente, e até por serem jovens, apresentam comportamentos impulsivos, impulsividade no sentido de não equacionarem as consequências e depois são jovens que tendem a não assumir os crimes que cometem e a gravidade desses crimes. Perante estas características, nós temos programas que são direccionadas para estas fragilidades.” (ENT3)

“O outro é alguém que a gente goza, que a gente pisa, que a gente bate, que a gente não tem que respeitar muito a não ser os nossos amigos. Os restantes não, os restantes não existem para nós porque se existissem nós não fazíamos mal.” (ENT4)

É ainda de salientar que grande parte dos jovens que estão a cumprir pena já se encontravam em situação considerada de perigo, sendo que já estavam há vários anos sinalizados por CPCJ, tendo, inclusivamente alguns deles crescido, institucionalizados. Estamos conscientes de que a intervenção no CE se revela mais fácil do que no sistema de proteção, tendo em conta o próprio regime em que os menores se encontram. Ainda assim, tendo em conta os dados obtidos, destacamos que o acompanhamento na comunidade parece, nos últimos anos, ter perdido alguma importância no combate à delinquência.

“Aqui, mais de 50% dos jovens que temos aqui, não vou dizer 60% mas para lá caminha, são jovens que vêm do sistema de proteção. E o que é que têm em comum? Estão fugidos do sistema de proteção. Ou seja, o que é que eu quero dizer? Quando falamos em fugir não é correr da polícia. Mas estão fora dessa intervenção. Saíram por sua auto iniciativa dessa intervenção. E pronto, depois chegaram aqui. Mais de 50% dos jovens. Se fossemos há um ano ou dois atrás ou há quatro anos atrás ou assim, teríamos quê? 10%. Se fossemos há mais uns anos atrás tínhamos quê? 2%. Hoje não, hoje temos mais de 50%.” (ENT4)

2. Fatores de Risco para a transgressão

A noção de fatores de risco identificada na literatura parece conjugar-se com aquela que os entrevistados possuem, na medida em que é em conjunto que os fatores de risco assumem uma responsabilidade na prática de delitos.

“Quais são os fatores de risco dinâmicos? São os fatores de risco ligados à família, ligados aos pares, ao consumo de drogas e álcool e alguns ligados a atitudes, não é? Orientação da pessoa, as atitudes que a pessoa tem em relação ao crime. Ou se tem uma orientação mais pro-social ou mais antissocial e algumas características internas, psicológicas da pessoa, como serão formas de pensar e alguma impulsividade. Estes são um conjunto de coisas que nós achamos que são fatores de risco dinâmicos.” (ENT3)

Após a análise dos resultados relativos aos fatores de risco, verifica-se que todos aqueles que a literatura apontou como sendo os mais relevantes na propensão para o crime são os mesmos que os entrevistados identificam nos seus discursos. Explicitamos de seguida estes mesmos dados.

O início precoce da atividade criminal aparece como tendo um peso fundamental quer no contacto com o crime quer como, posteriormente, na evolução das carreiras criminais. Ainda que a literatura nos indique que as carreiras criminosas que se iniciam precocemente poderão predizer uma carreira criminal mais longa, com maior estabilidade e com um grau de especialização relevante (Negreiros, 2008), os entrevistados consideram que se, nestes casos, a intervenção se revelar célere, este pode ser um fator a favor do jovem.

“Um miúdo com menos idade quando chega, apesar de ter mais problemas de adaptação, mais rebeldia, mais facilmente consegue interiorizar as regras e aproveitar os programas que são dados no CE do que os mais velhos.” (ENT1)

“Veja, nunca é cedo demais tá a ver a ideia? Nunca é cedo demais. Quanto mais cedo melhor e para isso até devemos ter uma prevenção muito mais forte. Portanto, nunca é cedo demais.” (ENT3)

Aliada a esta questão aparecem os fatores individuais que, como anteriormente referimos, apesar de terem um papel menos relevante que os restantes fatores, devem ser alvo de reflexão visto que se traduzem num dado significativo para a prática de crimes no discurso dos sujeitos. Estes manifestam-se através de características individuais que, segundo um dos entrevistados, se associam a

“patologias e (...) dificuldades de gerir algumas das suas características” (ENT4)

Mais do que défices a nível temperamental e de impulsividade, os dados empíricos mostram-nos que, em alguns casos, tratam-se de perturbações e patologias graves perfeitamente identificadas. Estas características internas, aliadas a outros fatores de risco, como consumo abusivo de drogas, poderão transformar-se numa tendência para a psicose que, normalmente, quando acontece, resulta em crimes descontrolados.

“Depois temos outro, em que os comportamentos são condicionados pelas suas perturbações, pelas suas patologias...” (ENT4)

Verificamos um exemplo disso num dos processos que foi alvo da nossa análise documental. Neste caso em concreto, há uma tendência para o crime contra pessoas. Um dos jovens internados que manifestamente apresenta sinais de atraso mental, ainda que não muito grave, encontra-se a cumprir medida de internamento por três crimes de abuso sexual de crianças, um deles na forma tentada. Aliado a isto aparece ainda um quadro familiar de abandono e de violência que obrigou o jovem a ser institucionalizado aos cinco anos, local onde acabou por praticar os crimes. Estes são, assim,

“grupos que cometem infrações muito específicas, muito próprias, normalmente contra pessoas (...) E, muitas vezes, até cometem infrações sob o ponto de vista de vítima muito mais marcantes (...), são coisas muito mais marcantes contra pessoas que farão condicionar, presumo eu, a vida da vítima durante muito tempo.” (ENT4)

Um quadro familiar desadequado é comum à maioria dos casos que encontramos na instituição. Como já nos referia a literatura, muitos destes comportamentos emergem em seios familiares com altos níveis de violência e com supervisão parental escassa ou inexistente. A família é a primeira responsável pela transmissão de valores, pela construção de afetos e de personalidades, podendo portanto determinar, até certo ponto, o modo como vamos interagir com o mundo. O estabelecimento de uma relação familiar apagada pode ser um preditor de angústias e comportamentos desajustados ou de risco.

“Porque não há, por parte da família, grande interesse em ir à escola, não sabem que têm que impor regras ao jovem e, portanto, a partir daí tudo isto começa a ficar, como costumamos dizer, enfim, sob o humor ou sob as iniciativas do jovem. O jovem toma iniciativas que neste caso se sobrepõem à própria iniciativa da família.” (ENT4)

Mas o que nós notamos é que efetivamente alguns destes jovens começam a ter um ascendente, muito cedo, sobre o seu roteiro de vida. Já sem a presença da família, já sem a orientação da família.” (ENT4)

Em muitos destes casos existe ainda a presença de pais com histórias criminais, que cumprem ou já cumpriram penas de prisão efetiva, normalmente associadas ao tráfico de droga, levando a que muitos destes menores tenham crescido sem a presença de figuras paternas. Por consequência, desenvolveram-se sem a imposição de grandes limites, acabando por se tornarem vítimas da permissividade e irresponsabilidade de seus pais.

“É um jovem que tinha um percurso de vida muito complicado, uma história muito complicada. Portanto, vinha de uma história de família de todos os elementos, praticamente, estarem presos... Portanto, ligados ao tráfico.” (ENT3)

“Famílias que, enfim, nós podemos dizer sob o ponto de vista económico, baixo nível económico, poucos recursos económicos, poucos recursos de educação, poucos recursos escolares. Tudo pouco, tudo muito pouco. E quando há muita coisa, perdeu-se tudo com os comportamentos aditivos. Enfim, desceu-se a escada de forma abrupta e bateu-se no fundo.” (ENT6)

A ausência do suporte familiar leva a que os jovens se sintam mais expostos ao perigo, o que, ao mesmo tempo, faz com que se sintam desprotegidos e desamparados. Normalmente procuram apoio nos pares e há uma certa tendência para se envolverem em atividades que ofereçam fácil aceitação e sentimento de pertença, estando mais facilmente expostos a colegas desviantes (Negreiros, 2008). A vulnerabilidade característica da adolescência leva a que os jovens orientem a sua vida em função dos pares, fazendo com que se sintam integrados numa cultura grupal que normalmente lhes reconhece prestígio e autoridade.

“De quem é que estamos a falar? Estamos a falar de um grupo de rapazes mais velhos que ele, com ligações à criminalidade e ao tráfico e a quem ele se juntava para conseguir, no fundo, sobreviver quando estava escondido na rua.” (ENT3)

“São precisamente os amigos habituais que têm normalmente o mesmo tipo de vida. Não há ocupação, não há forma de passar o tempo estruturada, não há crescimento e, portanto, a gente rapidamente envereda por outro tipo de caminho.” (ENT4)

Para além da adolescência se traduzir num período crítico no que se refere ao estabelecimento de relações interpessoais, é também nesta fase que o indivíduo está mais disposto à procura intensa de coisas novas, geralmente com associação ao grupo de pares. O consumo de estupefacientes ganha maior amplitude nesta fase e, nos menores institucionalizados, ao contrário da maioria dos adolescentes, aparece associado não à experimentação mas ao seu consumo abusivo e descontrolado.

“Estamos a falar de um jovem com uma história de consumos graves, muito graves.”
(ENT3)

“... consumos de drogas muito precoces, sem grande controlo, sem grande sentido.”
(ENT3)

A acrescentar a isto existe ainda a agravante de que, na maioria dos casos, estes jovens vêm de meios sociais desfavorecidos, nos quais o tráfico de drogas desempenha um papel económico importante para o sustento das famílias. Ainda que não seja um fator determinante, o facto de terem crescido em bairros sociais poderá ter facilitado o acesso a este tipo de estupefacientes.

“A gente pega geograficamente, delimita uma zona e eles tem todos as mesmas características. Os deste bairro são todos iguais, são todos iguaizinhos, iguaizinhos. Fazem todos as mesmas infrações, cometem as mesmas infrações, tem todo o mesmo tipo de vida, vem todos da mesma história, conhecem-se todos da rua, conhecem-se todos, é tudo igualzinho. São os casos mais graves, é evidente. São de bairros difíceis. Podemos dizer difíceis porque são bairros normalmente utilizados para o tráfico de droga.” (ENT4)

“Não foi o jovem que destruiu o meio; foi um pouco mais o meio que destruiu o jovem.”
(ENT6)

Os contextos sociais de onde estes jovens vêm são portanto marcados por baixos níveis socioeconómicos, o que parece exercer uma grande influência na prática de delitos. Como a literatura já tinha apontado, muitos dos crimes aparecem com o objetivo de obterem materiais e satisfazerem necessidades que a sua situação económica não lhes permite alcançar (Cusson, 1995:34). A par disto, aparece a pressão grupal que, aliada à sociedade consumista, quase que os obriga a usarem determinada tendência para se poderem afirmar dentro do grupo.

“Esta delinquência grupal pressiona “olha essas sapatilhas, eh pá, isso já não se usa!”. O tipo esborracha logo as sapatilhas na primeira esquina. Já não vai andar mais com aquelas sapatilhas. A gente o que nota é mesmo os tipos que chegam assim com um estilo mais guna que aqui aprimoram o estilo. E porquê? É a continência ao grupo. É a forma de estar perante o grupo e a forma de se afirmar perante o grupo.” (ENT4)

“Quando começam os bairros e quando se começa a acabar com as barracas... eu vou dizer isto, mas não é linear... mas quando se começa a acabar com estes programas de apoio social a nível de habitação começam-se a dar os primeiros furtos e os primeiros roubos. A roupa de marca aos ricos, aos filhos dos ricos. O que é que era? Os chapéus. Que era a coisa mais fácil de gamar. O tipo tinha o chapéu na cabeça, o puto passava e zarpava com o chapéu. (...) Um chapéu de marca custava dinheiro. Portanto, foram as primeiras coisas que começaram a desaparecer. Depois, as segundas coisas que começam a desaparecer, o que é que são? As

sapatilhas. Assaltavam o moleque e tiravam-lhe as sapatilhas. E depois a partir daí começa com os telemóveis.” (ENT4)

Apesar disto, não é só no contexto da sua residência que estes jovens encontram estas ligações aos pares. A delinquência aparece, muitas vezes, como produto da incapacidade de algumas estruturas de socialização e, aparentemente, este fracasso traduz-se num palco de conflitos. Um espaço de socialização importante nesta fase é evidentemente a escola, e parece ser aqui que também muitos dos jovens reforçam alguns comportamentos desviantes.

“E depois, está claro que quando estamos numa escola temos muita gente da mesma idade. É muita gente da mesma idade, basta 4 ou 5 com o mesmo comportamento que reforça. Deixamos de ir às aulas, deixamos isto, andamos na rua, vamos para aqui e para acolá, tudo isso. Pronto, isto é um aspeto.” (ENT4)

Algumas das características mais comuns nestes jovens são o fraco desempenho escolar, grandes níveis de absentismo e a atribuição de pouca importância à escola. Os menores internados no CE chegam com poucas bases académicas e, na sua maioria, a sua escolaridade não está de acordo com a sua idade, dadas as elevadas taxas de retenção nos seus percursos.

“E depois uma coisa em comum que têm todos: um grande absentismo escolar. Quase que podemos falar aqui que já não se vai à escola. Portanto, a escola já não faz parte do crescimento, nem da educação. A escola já é só para ir meter-me com os outros, para assaltar os outros, já não é para ir aprender, já ninguém vai à escola para aprender.” (ENT4)

“Muito raramente temos um jovem em que os anos de escola correspondem à sua idade, aos anos de idade. Portanto, temos sempre idades muito avançadas para o nível escolar que têm. Portanto, muita retenção, muita reprovação, muito abandono, portanto muito insucesso na escola e a escola é básica para toda a gente.” (ENT4)

3. Fatores de Proteção da transgressão

Após iniciarem as carreiras criminais constatamos, nos discursos dos sujeitos da amostra, que existem três fatores relevantes que podem reverter a atividade criminal e, assim, diminuir o risco de reincidência. Foram, portanto, destacados como preditivos de proteção a escola, a família e a namorada. Acredita-se que se estes indicadores forem suficientemente bons sejam capazes de anular outros fatores de risco a que os jovens possam estar expostos.

“Nós podemos dizer que se os fatores de proteção, usando as teorias atuais, forem suficientemente bons sobre os fatores de risco efetivamente podemos ter uma possibilidade de êxito.” (ENT4)

“Os aspetos de proteção são estes, não se pode dizer que há mais A ou B, pode-se dizer que todos eles podem contribuir. Se forem mais, podemos predizer que poderá haver menos risco de reincidência. Se os fatores não forem de proteção, forem ao mesmo nível dos de risco, ou se os de risco forem superiores, o risco será muito grande a não ser que o próprio faça uma grande inversão.” (ENT4)

Ainda que a família e a escola apareçam frequentemente associadas como fatores de risco, estas podem assumir um papel fundamental na inversão do comportamento dos jovens. Ainda que o acompanhamento familiar não tenha sido suficiente para impedir que estes jovens enveredassem pela via criminal, o apoio recebido pela família, quer durante o internamento quer na saída, poderá ser suficiente para ocorrerem mudanças positivas.

“A questão familiar, que essa sim parece ter um peso muito grande, a mãe é uma pessoa que... nós notamos que é uma pessoa que tem algumas fragilidades mas é uma pessoa que tem capacidade de estar com o filho e portanto eles têm uma ligação afetiva forte, são unidos e apesar de haver ali algumas fragilidades nós não achamos que ela seja incompetente, ou que deva ser considerada incompetente. Ela vem cá, até adere à nossa intervenção também, gosta de falar connosco. Ela tem noção de algumas fragilidades que possa ter tido para educar o filho, como ela chama, a educar o filho a ouvir um não e a aceitar um não e a aceitar os limites, não é?” (ENT3)

“À saída eu acho que o fator de proteção número um é a família.” (ENT3)

A par disto, a escola assume dois papéis importantes. Para além de poder constituir um bom suporte para a (re)integração do jovem na sociedade aquando da saída do CE conseguirá, à partida, detetar comportamentos de risco que podem ser evitados ou agravados.

“Isto são jovens que a sua relação com a escola é fundamental porque a relação com a escola, o que é que faz? Dá-nos educação, dá-nos universalidade, abre-nos os horizontes.” (ENT4)

“A escola é um bom preditor de comportamentos de risco, a escola é um bom preditor. A escola dá indicações. A relação que o jovem estabelece com a escola, quer com os colegas quer com os profissionais, são indicações, dá indicações. Um jovem que tem perturbações, desde muito cedo se revela na escola seja na aprendizagem, sejam elas quais forem. Mas depois

no aspeto comportamental também as dá, a relação com os colegas, se é agressivo se não é agressivo, as alterações súbitas de comportamento.” (ENT4)

Apesar de as namoradas não surgirem na literatura como um fator de proteção, estas aparecem como uma figura bastante relevante na inversão do estilo comportamental desajustado. Ainda que tenha ficado perceptível nas entrevistas que realizamos a importância atribuída a esta figura, esta ideia ficou ainda mais clara com a nossa observação no terreno. Mais especificamente, a equipa técnica valorizava claramente esta relação, procurando não só trabalhar com o jovem mas também envolver a companheira no processo de intervenção e de mudança. Este fator de proteção é encarado como um apoio necessário na saída do menor, sendo considerado como o incentivo necessário para o jovem começar a perspetivar um projeto de vida a médio/longo prazo.

“Neste caso, a namorada aparece como uma mudança para outro tipo de objetivos. Se até um certo ponto se faziam um conjunto de comportamentos porque se estava em grupo e porque se queria de alguma forma mostrar ao grupo alguma coisa... aparece a namorada, a namorada vai de alguma forma cortar um pouco as ligações que o jovem tem com os amigos, passa a ter outros objetivos e passa a construir qualquer coisa com a namorada. A namorada pode, no fundo, ser a ponte para a vida adulta, não é? E quando isto acontece é muito bom. Na maior parte dos casos, a namorada é um fator de proteção que nós valorizamos no centro. Portanto, os jovens terem namorada é uma coisa que nós promovemos e nos preocupamos e gostamos que o jovem tenha uma namorada, pense de outra maneira, a fazer aquela tal ponte sem nós nunca falarmos nisso, não é? Fazer a tal ponte para a vida adulta, de vir a construir uma vida, construir uma família. É iniciar um projeto de família, não é?” (ENT3)

4. A intervenção no cumprimento da pena

A intervenção durante o cumprimento da medida é monitorizada por um conjunto de programas que, à partida, estão de acordo com as necessidades do jovem reveladas pela YLS. Sendo o principal objetivo reverter os comportamentos antissociais dos menores, estes frequentam os programas direcionados para as suas principais fragilidades.

“Depois, podem ser encaminhados para vários programas consoante as necessidades que muitas vezes nos dá através da YLS.” (ENT1)

“Por exemplo, se é um jovem que tem muitos ataques de fúria, a mensagem que nos queremos é que ele consiga controlar o seu comportamento, aprenda a controlar o seu comportamento. Por exemplo, um jovem que tem muitos conflitos familiares, ajudá-lo através da

intervenção com a família, minimizar, que eles consigam conversar, que não seja só gritos ou que não seja só discutir.” (ENT1)

Em concordância com literatura que apresentamos, é preconizado dentro da instituição que a intervenção deverá ser pensada e estruturada depois de uma avaliação rigorosa e cuidada de cada caso em específico. Esta avaliação inicial deverá resultar num PEP que servirá de base ao trabalho a realizar com o menor. Para além disto, deverão ser feitas avaliações no decorrer de cada fase, assim como relatórios periódicos que serão enviados para o tribunal, com o objetivo de rever a intervenção que está a ser realizada de modo a perceber se esta deverá ou não ser sujeita a alterações.

“Quais são esses fatores e como é que nos preparamos a intervenção de acordo com os jovens que temos? Também há outro debate em relação a isso. Devemos ter programas generalistas, aplicados a todos os jovens? Ou os jovens devem ser direcionados de acordo com as necessidades que nós avaliamos? Eu concordo com a ideia de que nos devemos direccionar os jovens de acordo com as necessidades que nós avaliamos... ou seja, devemos avaliar primeiro as necessidades e depois então apontar um conjunto de programas para intervenção...” (ENT3)

Apesar disto, a nossa permanência no terreno revelou-nos uma outra visão sobre este assunto que, mais tarde, veio a ser reforçada com uma das entrevistas que realizámos. Admitimos que este trabalho carece de tempo e reflexão e que os técnicos, absorvidos por outras responsabilidades e obrigações, acabam por se dedicar mais a outras componentes da intervenção.

“O sistema não é chapa 4? Não é um copy paste? É, então não é. Nós sabemos que é. A mesma coisa se passa em termos de relatórios. Nós sabemos. Há uma estrutura de um relatório que é feito para os bons, menos bons e maus com determinados itens e depois como é que se fazem os próximos? Com este item que sai dali, com aquele item que sai de acolá mas na verdade os relatórios são muito copy paste. Portanto, é assim tão importante o técnico superior? E ele cria o tal sistema e conduz a máquina a trabalhar daquela maneira para aquele jovem? Não, não sinto isso. Nunca senti isso.” (ENT5)

Contudo, o CE dispõe de uma sequência de atividades planificadas, suportadas por modelos teóricos, que incluem cursos EFA que procuram promover uma formação de dupla certificação – escolar e profissional. O CE alega que este será um recurso que facilitará a integração do jovem na sociedade. No entanto, habitualmente, para se poder frequentar um curso EFA é necessário ter idade igual ou superior a 18 anos ou, a título excecional, é aprovada a frequência a menores de 18 anos desde que estejam inseridos no mercado de trabalho. Como podemos verificar, os jovens que frequentam estes cursos não possuem nenhum destes requisitos.

“... adquirir habilitações, escolaridade para quando voltar podermos ter um jovem que se integra com mais facilidade na escola, que o retorno à escola seja mais fácil e mais simples. E que daqui se parta para outros patamares da sua vida. Este é um dos primeiros pontos.” (ENT4)

“No que toca à parte formativa, seja ela a parte base que nós chamamos assim, a parte teórica e depois a parte prática, não sinto que sejam cursos EFA. Eu chamo-lhes cursos UFA. E UFA porquê? Eu digo “ufa!” quando que me quero desenrascar de alguma coisa. Digo “ufa, desta já escapei” e eu acho que o ensino e a escola foi exatamente o que fez aos nossos jovens. Foi “desta já me ‘desenrasquei’”. Criaram ali uns cursos que não são EFA porque aquilo não é Educação e Formação de Adultos, eles não o são. Mas criaram ali alguma coisa que seja próximo ao curso EFA. (...) Porquê o curso UFA? Porque é o curso do desenrasque. É um curso? É assim, é um curso como tantos outros que há.” (ENT5)

Ainda que o CE lhes dê a possibilidade de adquirir habilitações escolares e/ou competências profissionais, esta parece não decorrer exatamente nos moldes onde se enquadram os cursos EFA. Ainda que isto esteja presente, pelo menos de forma vinculada, numa das entrevistas achamos pertinente expor este facto que também verificamos no terreno. O entrevistado acrescenta ainda que os professores tendem a optar pela via mais fácil, principalmente nas aulas teóricas, o que no seu entendimento não será a melhor opção para preparar o jovem para a vida profissional.

“Nota-se também que não há ali uma fiscalização direta àqueles professores que ali estão e eu que faço a articulação noto muito isso. Ninguém chega a horas à sala de aula. Não há um respeito pelo jovem que está à espera nem por nós. Toda a gente sai antes do tempo, 10/15 minutos antes de acabar a aula.” (ENT5)

Apesar disso entendemos que a falta de formação, também referida pelos entrevistados, constitui um *handicap* não só na prática letiva dos professores mas também na atuação dos técnicos.

“Porque é isso que eu sinto, acho que devíamos por um lado ser mais valorizados profissionalmente mas por outro também havia de ser exigido a nós (...) outra formação. Exigir e que nos dessem a formação.” (ENT5)

A acrescentar a isto, este défice aparece associado não só aos constrangimentos que possa causar ao nível da dificuldade em intervir, mas também como sendo prejudicial para a intervenção que está a ser realizada. Isto é relatado por um dos entrevistados, sendo que o seu discurso é direccionado para a equipa de segurança na procura de alertar para a importância de existir um escrutínio na escolha do pessoal que lá trabalha e, mais uma vez, na falta de formação.

“... à semelhança da (...) empresa de segurança que lá está, não lhes cabe a eles uma relação. A imagem é sempre só uma: disciplinadora. Ponto final. Uma imagem musculada e até

direi que na maioria muito mal formada. Muito mal formada. Porque, agora olhando para o segurança, um segurança pode ir para ali e com que formação? Nenhuma. De onde é que ele vem? Não sabemos. O que é que ele fazia até então? Também não sabemos. (...) E depois não é por acaso que às vezes alguns até falam lá e falam até de mais das proteínas, das muitas drogas que tomam para ganhar músculo. Porque, quer queiramos quer não são pessoas que só ligam muito ao corpo. São muito ligados à parte física, não é? E até induzem em erro o jovem porque é “eu singrei à custa do meu peso, do meu músculo”, e nós o que lá queremos é precisamente destituir essa ideia.” (ENT5)

“Agora que acho que não havendo uma formação e não havendo um escrutínio rigoroso avaliativo das pessoas que vão para lá, corremos o risco (...). E depois é assim: quem é que pagou com isto? (...) O jovem. O jovem e nós porque nós estamos a fazer um trabalho e alguém está-nos a barrar aquele trabalho e está depois a encher os ouvidos ao jovem “oh manda lixar esse gajo, ele não está a dizer nada de especial. Eu também me saí à base da paulada”. Eu já ouvi isto.” (ENT5)

Retomando a lógica de intervenção do CE aparecem os Programas de Satisfação de Necessidades associadas ao Comportamento Delinquente, já referenciados como sendo potenciadores do desenvolvimento de competências pessoais e sociais facilitadores do ajustamento social. Acreditamos que o principal objetivo do internamento passe nitidamente pela intervenção adequada e personalizada destes programas, ainda que isso não se tenha verificado na totalidade. O tempo que passamos na instituição foi suficiente para percebermos que não existe um tempo dedicado a estes programas, sendo que, ainda que existam, para integrá-los os jovens têm de despende o tempo de formação. Este é um aspeto que está de acordo com a perspetiva dos entrevistados e que deverá ser alvo de revisão nas prioridades da intervenção.

“Nós temos ainda, como é que eu hei-de dizer, nós temos a intervenção ainda muito direcionada para a formação profissional, tecnológica e ainda não está verdadeiramente institucionalizado o espaço da intervenção nas outras áreas que nós já sabemos que são fundamentais, aquelas que referi. No fundo, retiramos, por exemplo, das atividades, da formação, digamos assim, para colocá-los... mas devia ter mais... diria que deve haver um peso na estrutura já designado do dia-a-dia para os programas. Acho que é essa mudança que tem que se fazer.” (ENT3)

5. Casos com maior sucesso vs. Casos com menos sucesso

O objetivo primordial deste tipo de instituições é, está claro, a reinserção adequada do jovem na sociedade, sendo que os casos bem-sucedidos parecem ter em

comum a redução/alteração de algumas das condicionantes alteráveis prévias à institucionalização (e.g. consumo de estupefacientes). O que define um caso bem-sucedido parece também prender-se, em grande parte, com conquistas ao nível laboral, como ter um emprego, objetivos a curto/médio prazo, diminuição e consequente cessação da prática de delitos e, em última instância, a estruturação de um projeto de vida a longo prazo.

“Um caso de sucesso, geralmente, é um caso que consegue alterar aqueles fatores de risco que nós consideramos fatores de risco dinâmicos, digamos assim. (...) quando o jovem consegue fazer alterações da maior parte deles nos poderemos considerar um caso de sucesso.” (ENT3)

“Um caso de sucesso é eles saírem daqui e arranjam um trabalho e independentemente das outras coisas. Também não podemos... ninguém poder ver como é a vida dele. Ninguém pode ver aquilo que ele faz em termos de delitos, nomeadamente disso. Mas arranjar um trabalho e estar bem, fisicamente... para mim é o mais importante.” (ENT2)

Estes casos de sucesso, normalmente, estão associados a jovens com um nível de maturidade adequado à sua idade e que têm uma noção do real bastante presente. Por outro lado, tendem a assumir facilmente a prática dos seus atos e têm noção do impacto que isso possa ter causado à vítima, sendo que por este motivo ambicionam mudar o estilo de vida. Para além disto, parecem aderir positivamente à intervenção realizada no Centro, sendo que este é um dos fatores mais importantes para, à saída, se inserirem mais facilmente.

“E aqui, de facto, fez uma mudança muito radical. Portanto, ele acabou o curso aqui, foi estudar para o exterior ainda estando aqui. Depois de terminar a medida, quis ficar a viver aqui perto. Terminou o curso e hoje trabalha e vive aqui perto. Portanto, este é o nosso caso de sucesso número um porque é um jovem que fez uma inversão, digamos assim, este é um jovem que desistiu. Não é um jovem que não reincidiu, é um jovem que desistiu, pronto.” (ENT3)

“Dá-me a entender, pelo menos, que é um jovem que já sabe o que quer, tem mais maturidade que se calhar que a maioria. É também mais velho, é também mais homem em que teve experiências de vida que eu levo a acreditar que efetivamente o possa ter marcado pela positiva e a análise que faço pela forma como ele nos fala, produz uma conversa...” (ENT5)

Em oposição a isto que relatamos existem, de facto, casos que se revelam com menos sucesso. Alguns destes são antecipados antes de qualquer intervenção dado que possuem características difíceis de reverter, sendo que o expoente máximo para que um caso se revele com menos sucesso reflete-se no regresso ao crime e consequente reclusão.

“Casos de insucesso são casos de jovens, cujos fatores de risco são muito difíceis de alterar.” (ENT3)

Efetivamente parecem existir algumas razões que condicionam esta reversão e assumem um papel importante na prática de delitos. De facto, destacamos os casos de saúde mental e de perturbações patológicas como aqueles que, por serem situações não sujeitas a tratamento, mais dificilmente podem inverter os comportamentos delinquentes. No entanto, outras condicionantes importantes apareceram na nossa investigação. Como esperado, a pouca adesão à intervenção e o mau comportamento durante o internamento assumem uma especial relevância nesta temática. Mais ainda, sendo a saída um momento crucial, quando há falta de apoio familiar nesta etapa, espera-se que o jovem se volte a associar ao grupo de pares, havendo a tendência para regressar ao estilo de vida anteriormente adotado.

“Era um caso de saúde mental, sem apoio familiar. Foi enquadrado por nós e à saída foi encaminhado por nós. Teve alternativas, encontramos alternativas mas nós já sabíamos que estas alternativas seriam muito difíceis porque estamos a lidar com jovens que estão a crescer e que nesta idade todos nos queremos voltar a casa, voltar à nossa família. (...) Todos nós queremos ser, enfim, senhores das nossas opções mas às vezes não temos estrutura para tal, é o caso deste jovem. Não teve estrutura para tal, não tinha. Era um caso para lá disso. Tinha perturbações, tinha patologia, tinha alterações que faziam prever que a sua reinserção ia ser muito difícil e que o êxito ia ser muito baixo. Foi o que aconteceu. Acabou por praticar um crime grave. Neste momento, está preso.” (ENT4)

6. A reinserção Social do Jovem

A saída do CE é, talvez, o momento mais sensível para o jovem e o passo mais importante no processo de mudança. Constatamos que esta fase é fundamental no processo de integração e, por este motivo, deverá ser encarada, assim como a intervenção, com especial cuidado. Ainda que possam não haver pistas que, à partida, nos revelem que o caso possa refletir pouco sucesso se a saída não for bem suportada, apenas isto pode ser causador de uma possível reincidência.

“Portanto, se nós sabemos isto, sabemos que à saída é um momento muito sensível e que tinha que haver mais apoio próximo do jovem, ou seja, nós não podemos passar a mesma situação ou uma contenção menor da vida daquele jovem como uma situação de “Olha agora acabou. Toma lá. Xau”. Um jovem que era muito difícil... eu acho que era um investimento que devia ser feito. Todo o investimento que foi feito até ali pode ficar em causa se não houver outro suporte necessário à saída. Ou seja, o momento da saída é um momento chave.” (ENT3)

Este aspeto aparece como uma das principais preocupações do CE, na medida em que este procura preparar o momento da saída do jovem com alguma antecedência. Para tal, o encaminhamento que é feito tem em especial atenção não só o contacto com a sociedade como também a criação de condições integrativas, a nível académico ou laboral, que possam acolher e apoiar o jovem neste momento.

“Sim, costumamos a continuar a apoiá-los. Muitas vezes, por exemplo, eles estão encaminhados para um curso de formação, quando saem ainda não têm começado... somos nós depois que continuamos a fazer a articulação. Eles próprios quando têm algum problema costumam procurar...” (ENT 1)

Ainda assim, este esforço parece não ser suficiente para facilitar este processo. O fechar de portas parece quase certo para estes jovens. Foi-nos exposto na instituição que a maioria das escolas, quando lhes é reportada a situação, alegam que já não têm mais vagas. A situação agrava-se quando se procura encaminhar o jovem para o mercado de trabalho. Normalmente este público não corresponde minimamente às exigências básicas do que é requerido, sendo que a situação de internamento constitui um entrave na contratação.

“Um jovem chega aqui a fazer 18 anos, chega aqui a fazer 18 anos, não sabe ler, não sabe escrever. Num mundo como o de hoje, em que há milhares de gente a estudar, onde é que vai arranjar emprego? A fazer o quê? Quando há milhares de imigrantes que se levantam às 5h da manhã e às 6h e trabalham horas a fio, não têm capacidade para concorrer com outros, vão ficando pelo caminho.” (ENT4)

“Se todos os outros têm estes problemas, estes jovens estão no fundo da tabela. Portanto, todos estes jovens que já têm problemas com a justiça, depois ligados a problemas, a questões que tem a ver com o foro pessoal, ou seja, de estruturação da personalidade, das suas características pessoais, com perturbações, isto torna-se realmente muito difícil. E há casos, efetivamente, que são sob o ponto de vista de reinserção muito difíceis. São pessoas que se calhar toda a vida precisam de ser protegidas, emprego protegido, coisas muito protegidas.” (ENT4)

Ainda que a literatura nos indique que a maioria dos jovens desiste do crime na passagem para a vida adulta (Castro, 2015), os dados recolhidos refletem uma realidade diferente. O estudo da Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais, referido na revisão da literatura, apontou que grande parte dos jovens não volta a ingressar pela via do crime depois do tratamento. Partimos para este estudo com este pressuposto bem presente, no entanto, os relatos que recolhemos mostraram um outro lado da questão. Ainda que estes dados não possam ser suportados quantitativamente e não possamos afirmar que realmente a maioria dos jovens, afinal, reincide, podemos

assegurar que um número significativo regressa à carreira criminal. Esta questão pode estar associada a várias condicionantes já referidas, ainda assim, parece ser intimamente influenciada pela falta de oportunidade que o jovem se depara no momento da saída.

“Lá fora noto muitos deles presos, pulseiras, saem daqui e continuo a fazer as mesmas coisas... parecidas.” (ENT 2)

“Se sair daqui, um mês antes, vai ser um mês antes preso, é indiferente. Porque aqui não há nada que vá mudar. Não há nada porque não há formação que mude porque é suportada sob uma estrutura que não a comporta. Portanto, para a comportar teria que se mudar muito, teria que ter muita resistência, teria que ser muito capaz, muito resiliente, muito capaz de ultrapassar aquelas dificuldades todas.” (ENT4)

Ainda que isto possa ser um dado entendido como adquirido, os técnicos demonstram expectativas diferentes relativamente a este assunto. Uns aparentam assumir uma postura relativamente confiante e otimista relativamente à intervenção e ao seu sucesso, ao passo que outros se apresentam desacreditados do seu trabalho e da possível inserção dos jovens.

“A maioria dos jovens que lá se encontram e estão instituídos acho que não me apresenta a mim razões que não me levem a acreditar que a sua reinserção vai ser possível e que se vai realizar. Eu acredito à partida e é assim que trabalho, é com esse íntimo que toda a gente que ali está vai conseguir singrar ou no mercado de trabalho, ou numa universidade ou num liceu, no que quer que seja. É para isso que estamos ali a trabalhar. Se entrarmos por aquela porta dentro e não acreditarmos nisso acho que não vale a pena estarmos ali, não é?” (ENT5)

“Eu vou-lhe explicar. É assim: de início a gente tem sempre aquela ideia de ajudar, de ajudar, de ajudar... querer dar um conselho, “olha não faças isso, faz aquilo...”, “não faças assim...”, “olha, a vida não é assim...”. E depois chega a um ponto que não, não vale a pena. Não vale a pena. (...) Não, não vale a pena. Eles são assim, os miúdos são assim. Não vale a pena. Eles nasceram assim, criaram-se assim e serão assim. Não vale a pena. Esta intervenção é uma intervenção para fazer até quase parte do currículo daqueles delinquentes que daqui a uns tempos vão presos e “Ah, eu até já tive assim...” “E conhecestes este?” “Ah, conheci...” Pronto, já está integrado e é esta a integração deles na sociedade. Não vale a pena!” (ENT2)

“Porque se valesse a pena eles já tinham invertido, ou seja, o que estamos a falar são indivíduos que o que é que vai acontecer? Vão continuar. Um dia voltam e aparecem aqui na porta para entrar.” (ENT4)

CAPÍTULO V – DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Como já foi referido, estabelecemos como principais objetivos deste trabalho verificar a existência de correspondências entre as estratégias de intervenção definidas na literatura e as estratégias usadas no CE e, ao mesmo tempo, fornecer pistas para resultados mais eficazes. Pretendemos, portanto, nesta secção, refletir sobre os dados recolhidos e chegar a uma conclusão que nos possa elucidar sobre estas questões. Percebemos, desde o início, que, em grande medida, a delinquência é resultante da forma como interagem os vários contextos e, por esse motivo, para uma intervenção ser mais eficaz esta deve abranger não só o jovem como os vários contextos do seu desenvolvimento.

1. Fatores de Risco

Antes de tudo, consideramos que para analisarmos a forma como os jovens são intervencionados importava conhecer as causas subjacentes a este fenómeno, sendo este o primeiro passo para determinar o tipo de intervenção (Farrington, 2008). Tendo em conta que são os fatores de risco que aumentam a possibilidade quer do jovem iniciar uma carreira criminal, quer, mais tarde, de voltar ao crime (Mzarek & Haggert, 1994:127 cit. in Shader, 2004), para se proceder a uma intervenção adequada é necessário que esta esteja direcionada para as causas inerentes a estes comportamentos. Por este motivo, parece-nos que a intervenção não se deve centrar só na inversão do comportamento do jovem mas em todas as causas que deram origem a esse comportamento.

Relativamente aos fatores de risco, considerando a literatura e os dados obtidos com esta investigação, estes parecem estar perfeitamente identificados. Tendo em conta os resultados, a família, a escola e o grupo de pares aparecem como as principais influências no desenvolvimento da delinquência. Apesar de estes serem dados consensuais, e ainda que o CE reconheça a importância destes sistemas, consideramos que não lhes é dada a devida atenção, dado que a intervenção está essencialmente focada nas características individuais do jovem. Estamos conscientes que esta articulação está condicionada por diversos constrangimentos difíceis de ultrapassar; ainda assim, a LTE não reflete esta preocupação, sendo que este deveria ser o primeiro passo para esta alteração. Tal como nos alerta Castro (2009) os projetos educativos dos CE são criados de acordo com as orientações legais o que acaba por limitar as intervenções e condicionar a adequação das medidas às necessidades concretas de

cada jovem. Considera-se, portanto, importante que se criem estratégias e condições para que os CE possam intervir de forma mais sustentada no âmbito destes fatores.

Relativamente à família, os resultados indicam-nos que, ainda que muitas vezes se identifique como um fator de risco, à saída, esta aparece como sendo o fator número um de proteção. Por este motivo, e de acordo com Lipsey (2009), deveriam ser criadas condições para que os CE pudessem dar um maior acompanhamento às famílias, assim como envolvê-las no processo de intervenção durante o internamento, consciencializando-as da importância do apoio familiar no processo de integração.

Como já foi identificado, a maioria dos casos delinquentes é de natureza grupal (Born, 2005) e, sendo que muitas vezes é com o grupo de pares que o jovem começa a transgredir, também este fator aparece como influente no regresso ao crime depois do internamento. O trabalho com a família pode atenuar este fator, dado que o afastamento da família é, normalmente, acompanhado pelo aumento e pela diversificação dos comportamentos desviantes com o grupo de pares (Sampaio, 2010). Ainda que se revele inexequível o trabalho com o grupo de pares, acreditamos que o romper de laços durante o internamento e uma rede de suporte apropriada à saída podem atenuar a posição significativa que até ali ocupou.

2. A intervenção durante o internamento

A oferta de programas de intervenção do CE enquadra-se, na sua generalidade, na panóplia de intervenções mencionadas nos estudos de Lipsey (2009), a que já havíamos feito referência, e que revelaram que as intervenções mais eficazes se pautam pelo aconselhamento e pelo treino de competências. Assim, estão disponíveis no CE intervenções que se orientam pelo aconselhamento no Programa de Tutorias e para o treino de competências através dos Programas Terapêuticos e de Satisfação das Necessidades Educativas Especiais associadas ao Comportamento Delincente. Assim verifica-se, a par da teoria, que estes programas de natureza terapêutica disponíveis no Centro produzem mudanças de comportamento nos jovens, pelo menos durante o processo de internamento (Rosa, 2012), através da melhoria de comportamentos e no relacionamento com os outros.

De certa forma, a nossa permanência no terreno, permitiu-nos perceber esta questão de uma outra forma. De facto, em termos teóricos, os programas de intervenção disponíveis no CE parecem adaptados à maioria das necessidades individuais apresentadas por delinquentes, nomeadamente os que se encontram neste Centro. Ainda assim, é importante que cada jovem seja encaminhado e frequente programas que realmente o possam ajudar na inversão do comportamento. Para isto, é necessário

ter em conta a YLS realizada na chegada no jovem. Alguns estudos, nomeadamente o de Vieira, Skilling & Peterson-Badali (2009) comprovam a eficácia da utilização deste instrumento no encaminhamento do jovem e na consequente diminuição da reincidência.

Percebemos, então, de acordo com a literatura que o instrumento utilizado para detetar as necessidades do jovem está comprovado como sendo um método eficaz. Os Programas de intervenção de origem terapêutica disponíveis no CE, aparecem, igualmente, como sendo os que apresentam resultados mais eficazes. Posto isto, porque é que depois desta aplicação muitos destes jovens reincidem?

A análise aos Programas de Intervenção permitiu-nos concluir que a intervenção está direccionada para aspetos individuais do comportamento do indivíduo, como o controlo da impulsividade e das emoções, a estimulação cognitiva, entre outros. Posto isto, e tendo em conta os fatores de risco que identificamos, considera-se que a intervenção deveria não estar centrada apenas no jovem. Como já foi exposto, estes comportamentos advêm não só de características individuais, mas também de fatores sociais, familiares, entre outros, que se não forem alvo de intervenção não serão alterados, podendo anular as mudanças a nível individual conquistadas no internamento.

Um outro aspeto que consideramos importante são os relatórios periódicos, visto que são estes que, realmente, dão conta do estado do jovem face à intervenção a que está a ser sujeito e é através dos seus resultados que se podem obter pistas para melhorar a intervenção. A avaliação periódica, sendo também uma ferramenta importante para conduzir e avaliar a intervenção a que o jovem está a ser sujeito, aparece, nos nossos dados, como sendo realizada por relatórios pré-formatados, fomentando uma intervenção, também ela, aquém das especificidades de cada menor. Entendemos, assim, que se de alguma forma a intervenção parece não surtir os efeitos esperados, tal não se prende com o planeamento *per se* mas sim com a forma como este tem sido aplicado.

Acreditamos que aliada a esta questão aparece a carência de recursos humanos, principalmente de técnicos superiores que são os responsáveis por planear e redigir os relatórios. Não conseguimos prever que o facto de existirem melhores relatórios pudesse estar relacionado com maiores níveis de sucesso. No entanto, a intervenção poderia ser conduzida de uma melhor forma, o que, à partida, nos leva a acreditar que fosse mais eficaz.

Sendo este um trabalho que exige bastante disponibilidade e reflexão, e sendo que existem apenas três técnicos responsáveis por este trabalho, estes são definitivamente insuficientes para a realização correta dos mesmos, dado que para além

disto têm ainda outras responsabilidades. Entendemos que a única solução para este problema será o investimento em técnicos que se possam dedicar a este trabalho. Constatamos que realmente existe um esforço para que todo o trabalho possa ser concretizado na medida em que todos os técnicos excedem, diariamente, o seu horário normal de trabalho para que possa tudo aparecer feito. O trabalho burocrático é muito exigente no que concerne a prazos e, por esse motivo, verificamos que o trabalho de intervenção e acompanhamento dos menores acaba por ser descurado. Para este problema, um TPRS apresenta uma solução com a qual nos identificamos: seria benéfico que, para além de mais técnicos, pudessem existir funções específicas relativamente a trabalho considerado mais burocrático e ao trabalho de acompanhamento dos menores. Para isso, seria benéfica a criação da figura de técnicos residenciais que, de facto, se pudessem dedicar ao acompanhamento dos jovens e serem mais conscientes das suas necessidades.

Ainda que os técnicos superiores tenham formação especializada para intervir com jovens delinquentes, o mesmo não acontece com os restantes profissionais da instituição. Isto verifica-se ao nível dos TPRS, que são aqueles que mais tempo passam com os menores e, portanto, fazem uma intervenção mais próxima e continuada. É ainda referido por um TPRS a falta de escrutínio que existe na seleção do pessoal da segurança, sendo que estes elementos são ainda referenciados como prejudiciais no contacto com os jovens. Por este motivo, uma maior atenção na contratação dos profissionais que interagem com o jovem durante o internamento, parece vantajoso para minimizar esta questão.

Assim, os efeitos esperados não são obtidos, o que leva a que muitos jovens regressem ao crime depois de cumprirem a medida de internamento. Pretendemos enfatizar que a aplicação da medida de internamento não reflete os resultados esperados, uma vez que a ressocialização do jovem se revela complexa. Ainda assim, podemos atribuir isto ao facto da intervenção não ter sido eficaz?

3. A Reinserção Social do Jovem

Como já foi exposto, o objetivo do internamento é inverter o comportamento do jovem para que, no final, seja possível que este não volte a cometer os mesmos comportamentos, como também se consiga inserir socialmente. Tal como Gomes (2010.153) nos refere, o acolhimento é “uma fase transitória para preparar o futuro” e, como tal, o período de internamento deverá, através da aquisição de determinadas competências, preparar os menores para uma vida autónoma. Para tal, uma das

principais preocupações durante o internamento é o planeamento de um projeto de vida que à saída possa servir de apoio aos jovens.

Para isso, o Centro procura que o jovem estabeleça objetivos que o possam amparar na saída e verificamos que, muitas vezes, estes aparecem relacionados com um projeto de vida amoroso. Ainda que alguns estudos nos indiquem que ter um parceiro romântico fornece aos jovens adultos uma base segura para a exploração de estilos de vida (Lehnart, Neyer, & Eccles, 2010), este, aparentemente, nunca foi um fator associado no combate à delinquência. No entanto, nas nossas entrevistas este é um fator de proteção identificado na saída do jovem. Para além da namorada aparecer como uma figura com quem o jovem pode planear um projeto de vida, acredita-se também que ela possa contribuir para que se cortem os laços com o grupo de pares desviante. Por estes motivos e por se considerar que este fator parece ter traduzir resultados eficazes no planeamento do futuro, o CE tem considerado este com um fator de proteção.

Uma outra preocupação no acompanhamento do jovem na saída é que este possa continuar a sua formação ou se insira no mercado laboral. No entanto, isto parece condicionado pela falta de oportunidades no exterior. Ainda que o jovem adquira formação no Centro, verifica-se que as aptidões adquiridas parecem não ser suficientes para as exigências da sociedade, sendo este um dos principais entraves na reinserção no mundo do trabalho, o que dificulta o estabelecimento de um projeto de vida. Para além disto, algumas entrevistas remeteram-nos para a problemática da exclusão social. O rótulo de «delinquente» parece produzir situações de exclusão que complexificam o processo de reintegração (Torres, 2009). Neste sentido, a discriminação a que estes jovens são expostos tem condicionado o seu processo de integração.

Pelo que já enunciamos, é perceptível que para que um caso se revele de sucesso é necessário que o jovem seja capaz de se inserir socialmente após a saída. Confrontando os nossos dados, percebemos que o processo de integração não está apenas dependente de uma intervenção que reabilite as capacidades dos jovens. O que temos vindo a expor explica que existem condicionantes, como a falta de apoio familiar, o regresso ao grupo de pares, a ausência de objetivos, e a falta de oportunidades que regulam o processo de integração. Prova disto são alguns casos que, ainda que tenham feito uma evolução positiva na inversão do comportamento durante o internamento, na falta de outras componentes importantes nesse processo voltaram ao crime no regresso à comunidade. Isto comprova que estas falhas podem ainda anular os efeitos da intervenção. Ou seja, com isto queremos dizer que a intervenção não pode continuar a estar apenas orientada para os aspetos individuais do menor, mas deverá ter em conta todos estes aspetos que condicionam o futuro do jovem.

Como tal, intervir eficazmente na delinquência inclui atuar em conformidade com os contextos do jovem, dado que este é um aspeto que envolve não só a dimensão individual mas, igualmente, aspetos sociais que não podem ser negligenciados. De forma a minimizar esta dificuldade de intervir no terreno, um dos nossos entrevistados apresenta como sugestão a implementação de equipas próximas do terreno que possam minimizar os constrangimentos sociais com que o jovem se depara. Isto aproximava-nos do modelo de justiça juvenil de Espanha (Beneitez, 2009) e de Inglaterra (Lewis, 2009) que possuem, após o internamento, um regime de liberdade sob vigilância. Acreditamos que esta medida, depois de uma mudança efetiva de comportamento, fosse capaz de reduzir a reincidência através da supervisão dos técnicos e, ao mesmo tempo, auxiliar a ressocialização do jovem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos assistido a “um jogo de eterno «faz de conta»; (...) «faz de conta» que a delinquência é um mal que depende de minorias. Mas pensar assim é uma atitude muito perigosa: esconde, adia, omite o que se não for resolvido na origem continuará a existir para sempre” (Strecht, 2003:31).

Esta passagem espelha a atenção que temos dado a este tema e, desta forma, estudámo-lo para clarificar as intervenções feitas nos CE. A complexidade do fenómeno da delinquência juvenil e as escassas respostas que explicam a problemática motivaram-nos para dissertar sobre este tema. A delinquência juvenil não é um problema do delinquente, é um problema social e, como tal, é de todos. A partir daqui, e após várias pesquisas sobre a problemática, percebemos que os dados científicos acumulados até ao momento nesta área eram insuficientes para a efetiva compreensão dos motivos que levam a que, depois de uma intervenção, o jovem não seja capaz de inverter o comportamento. Cientes disto, pensámos uma investigação que desejavelmente pudesse contribuir para melhorar a intervenção nos Centros Educativos.

Percebemos, ao longo da nossa pesquisa, que a maioria dos estudos nesta área se focava, essencialmente, nos comportamentos e nas causas subjacentes à delinquência. Sendo o nosso objetivo identificar e compreender as razões que levam o jovem a reincidir, entendemos que seria pertinente compreender as dinâmicas interventivas num CE.

Para isso, procuramos verificar correspondências entre os fatores de risco identificados na literatura e aqueles que eram apontados no CE, assim como entre as estratégias definidas na literatura como eficazes e aquelas utilizadas no CE. Depois de alguma pesquisa no terreno percebemos que, pelo menos ao nível do que estava previsto, estes dois pontos se verificavam. Posto isto, sentimos necessidade de explorar o tema de forma a perceber quais seriam então as causas subjacentes ao regresso ao crime depois do internamento.

Demos conta que, relativamente à intervenção, as dinâmicas não funcionavam exatamente como previsto. No entanto, para além disto, verificamos que outras variáveis influenciavam a integração no momento de voltar a comunidade, como a falta de apoio familiar, o regresso ao grupo de pares desviante, a ausência de um projeto de vida e a falta de oportunidades. Acreditamos que esta dificuldade de se integrarem está

associada à reincidência, na medida em que o jovem volta a procurar apoio nas estruturas com que se relacionava anteriormente.

Limitações e pistas para futuras investigações

Primeiramente, estamos conscientes que o tempo de dispúnhamos para o estudo deste tema não foi suficiente para explorar aprofundadamente as respostas que aqui apresentamos. Por outro lado, o carácter exploratório da investigação acarretou algumas limitações no que concerne à revisão da literatura e, consequentemente, à discussão dos resultados. Para além disto, o acesso reduzido ao terreno, que não nos permitia a circulação livre pela instituição, constituiu um entrave à percepção das dinâmicas da mesma.

Futuramente, acreditamos que novas investigações que analisem as diferentes variáveis que identificamos como condicionantes da integração dos jovens sejam favoráveis à exploração do tema e facilitadoras do processo de reinserção dos menores.

Aos profissionais da área, espera-se que este trabalho tenha constituído um contributo importante para repensar a intervenção com menores delinquentes. Para além disto, esperamos que a abordagem concetual de relevo que apresentamos sobre a temática e o contributo dos novos dados tenham contribuído para fortalecer os fenómenos aqui explorados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Ana Maria F. Guimas de. (1996). Metodologias de investigação em ciências da educação: questões epistemológicas. In Albano Estrela & Júlia Ferreira (Orgs.), *Métodos e Técnicas de Investigação Científica em Educação*. (617-630). Universidade de Lisboa: Lisboa

Almeida, João Ferreira de & Pinto, José Madureira. (1982). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença

Bailleau, Francis. (2009). La france, une position de rupture? Les réformes successives de l'ordonnance du 2 février 1945. *Déviance et Société*, 33 (3), 441-468

Bailleau, Francis; Cartuyvels, Yves; Fraene, Dominique de (2009). La criminalisation des mineurs et le jeu des sanctions. *Déviance et Société*, 33 (3), 255-269

Barreto, Mariana Leonesy da Silveira (2006). Depois das grades: um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, (26), 582-593

Barroso, João & Abrunhosa, Rui. (1992). *Psicologia e Intervenção Social de Justiça*. Porto: APPORT

Beinetez, María José Bernuz (2009). Le jeu des sanctions dans la justice des mineurs espagnole. La tension entre criminalisation primaire et secondaire. *Déviance et Société*, 33 (3), 425-439

Boavida, João & Amado, João. (2008). *Ciências da Educação: Epistemologia, Identidade e Perspetivas*. Coimbra: Universidade de Coimbra

Born, Michel. (2005). *Psicologia da delinquência*. Climepsi Editores.

Bourdieu, Pierre. (2003). *A miséria do mundo*. São Paulo, Vozes

Cartuyvels, Yves; Christiaens, Jenneke; Fraene, Dominique de; Dumortier, Els. La justice des mineurs en belgique au prisme des sanctions. *Déviance et Société*, 33 (3), 271-293

Carvalho, Maria João Leote. (2003). *Entre as Malhas do desvio. Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências*. Oeiras: Celta Editora

Castro, Josefina (2009). Le tournant punitif. Y a-t-il des points de résistance? La réponse de l'expérience portugaise. *Déviance et Société*, 33 (3), 295-313

Castro, Josefina (2015). *Delinquência Juvenil, Justiça e Prevenção. In Intervenção Tutelar Educativa*. Centro de Estudos Judiciários: Lisboa

Charlot, Bernard. (2006). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, 11(31), 7-18

Christiansen, Kerrin & Knussmann, Rainer. (1987). Androgen levels and components of aggressive behavior in men. *Hormones and behavior*, 21, 170-180.

Claes, Michel; Lacourse, Eric; Ercolani, Anna-Paula; Pierro, Antonio; Leone, Luigi; & Presaghi, Fabio. (2005) Parenting, Peer Orientation, Drug use, and Antisocial Behavior in Late Adolescence: A Cross-National Study. *Journal of Youth and Adolescence*, 34 (5) 401-411.

Cottle, Cindy; Lee, Ria; Heilbrun, Kirk. (2001) Prediction of Criminal Recidivism in Juveniles: A Meta-Analysis. *Criminal Justice and Behavior*, (28), 367-394

Cusson, Maurice. 1995. *Délinquants pourquoi?*. Criminologue, école de criminologie. Université de Montréal

Farrington, David (2008). Prevenção da delinquência e do comportamento antisocial. In Matos, Armanda; Vieira, Cristina; Nogueira, Sónia; Boavida, João & Alcorado, Luís (Eds.). *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação*. 337-358. Coimbra: Almedina

Fernandes, Tatiana. (2009). *Os Índios da Meia Praia: Caracterização dos Lares de Infância e Juventude do Distrito do Porto*. Dissertação de Mestrado em Temas de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Ferreira, Carla (2013). *O Encontro da Mediação na construção dos projetos de vida: Intervir com crianças e jovens institucionalizadas*. Relatório de Mestrado em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Ferreira, Pedro Moura (1997). *Delinquência juvenil, família e escola*. *Análise Social*, 32 (143), 913-924

Gil, António Carlos. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Brasil: Editora Atlas

Golson, Barry; Lavalette, Michael; Mckechie, Jim. (2002). *Children, Welfare and the State*. London: SAGE Publications Ltd

Gomes, Conceição; Duarte, Madalena & Almeida, Jorge. (2003). *Crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português*. Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação. Atelier: Direito, Crimes e Dependências

Gomes, Isabel. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores

Gonçalves, Rui Abrunhosa. (1999). *Psicopatia e processos adaptativos à prisão*. Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Braga

Grawitz, Madeleine. (1986). *Méthodes des sciences sociales*. (7ª Ed.). Paris: Précis Dalloz

Hastings, Ross. (2009). La criminalisation de la jeunesse: les tendances au canada. *Déviance et Société*, 33 (3), 351-365

Lehnart, Judith; Neyer, J. Franz, & Eccles, Jacquelynne. (2010). Long-term effects of social investment: The case of partnering in young adulthood. *Journal of Personality*, 78, 639 – 670

Lewis, Sam (2009). La criminalisation des jeunes et les tendances compensatrices: la justice des mineurs en angleterre et au pays de galles. *Déviance et Société*, 33 (3), 335-349

Lipsey, Mark W; Howell, James C. (2012). A Broader View of Evidence-Based Programs Reveals More Options for State Juvenile Justice Systems. *American Society of Criminology. Criminology & Public Policy* (11) 3 515-523

Lipsey, Mark. (2009) The Primary Factors that Characterize Effective Interventions with Juvenile Offenders: A Meta-Analytic Overview. *Victims and Offenders*, 4. 124-147

Loeber, Rolf (1988). Natural histories of conduct problems, delinquency and associated substance use: Evidence for developmental progressions. In B.B. Lahey e A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in Clinical Child Psychology* (2). New York: Plenum Press

Loeber, Rolf, & Farrington, David (1998). Never too early, never too late: Risk factors and successful interventions for serious violent juvenile offenders. *Studies on Crime and Crime Prevention*, 7, 7-30

Moffit, Terrie Edith (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent anti-social behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701

Moffit, Terrie; Caspi, Avshalom; Dickson, Nigel; Silva, Phil; Stanton, Warren (1996). Childhood-onset versus adolescent-onset antisocial conduct problems in males: Natural history from ages 3 to 18 years. *Development and Psychopat*, 8, 399-424

Mulder, Eva; Brand Eddy; Bullens, Ruus; Marle, Hjalmar van. (2010). Risk Factors for Overall Recidivism and Severity of Recidivism in Serious Juvenile Offenders. *International Journal of Offender Criminology Therapy and Comparative*. 55(1) 118 –135

Negreiros, Jorge (2001). *Delinquências Juvenis. Trajetórias, intervenções e prevenção*. Lisboa: Editorial Notícias.

Negreiros, Jorge (2008). Trajetórias de desenvolvimento da atividade anti-social. *In Delinquências juvenis: trajetórias, intervenção e prevenção*. Porto: Livpsic

Neves, Tiago (2008). *Entre o Educativo e o Penitenciário: Etnografia de um Centro de Internamento de menores delinquentes*. Porto: CIIIE/Edições Afrontamento

Neves, Tiago. (2006). *Entre Educativo e Penitenciário, etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto, Portugal

Pardal, Luís & Correia, Eugenia. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores

Patterson, Gerald (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, 44, 329-335.

Patterson, Gerald; Yoerger, Karen (1997). A developmental model for late-on-set delinquency. In Dienstbier ,R. & Osgood, D. W. (Eds.), *The Nebraska Symposium on Motivation: Motivation and Delinquency*, (44) 119-177. Lincoln: University of Nebraska Press.

Piquero, Alex; Farrington, David; Blumstein, Alfred. (2007). *Key issues in Criminal Career Research. New analyses of the Cambridge Study in Delinquent Development*. Cambridge University Press.

Rosa, Margarida Sofia Batista Antunes, (2012). *A eficácia do programa psicoeducacional gerar percursos sociais em adolescentes institucionalizados em Centro Educativo: resultados da aplicação em grupos experimentais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade de Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: Coimbra, Portugal

Sampaio, Maria Bárbara Gonçalves. (2010). *O outro lado da vida. Delinquência juvenil e justiça*. Tese de Mestrado em Ciências do Serviço Social.. Universidade Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto, Portugal

Santos, Boaventura Sousa (coord); Gomes, Conceição (coord); Trincão, Catarina; Almeida, Jorge; Duarte, Madalena & Fernando, Paula (2004), *Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa – Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, CES, Universidade Coimbra

Serra, Maria Alexandra do Céu Ferreira. (2006). *O Risco de Transgredir: Estudo Prospectivo Longitudinal Acelerado Numa Perspetiva Desenvolvimental*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia não publicada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal

Shader, Michael. (2004). *Risk factors for delinquency: An Overview*. United States: U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention

Snyder, Howard (1988). *Court Careers of Juvenile Offenders*. Washington, DC: US Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

Straus, Martha (1994). *Violência na vida dos adolescentes*. São Paulo: Best Seller

Strecht, Pedro (2003). *À Margem do Amor. Notas sobre delinquência juvenil*. Lisboa: Assírio & Alvim

Tarolla, Susan. M.; Wagner, Eric F.; Rabinowitz, Jonathan & Tubman, Jonathan. (2002). Understanding and treating juvenile offenders: A review of current knowledge and future directions. *Aggression and Violent Behavior* 7, 125-143

Torres, Raquel Teixeira. (2009). Que Educação para Direito? Da lei Tutelar Educativa à Intervenção Educativa com delinquentes juvenis. Dissertação de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto, Portugal

Vieira, Tracey; Skilling, Tracey; Peterson-Badali, Michele. (2009). Matching court-ordered services with treatment needs. Predicting treatment success with young offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 36, 385-401

Villa, Marcela Jiménez. & Rodríguez, Orietta Zamora. (2000). *Modelo socio-educativo para la atención de las personas menores privadas de libertad del centro penal juvenil San José (actual centro de formación juvenil zurquí)*. Proyecto de graduación para optar por el grado de licenciatura en trabajo social. Facultad de ciencias sociales, Escuela de trabajo social, Universidad de Costa Rica

Winnicott, Donald Woods. (1999). *Conversando com os pais*. São Paulo: Martins Fontes.

Wormith, J. Stephen; Althouse, Richard; Simpson, Mark; Reitzel, Lorraine R; Fagan, Thomas J. & Morgan, Robert, D. (2007). The Rehabilitation and Reintegration of Offenders: The Current Landscape and Some Future Directions for Correctional Psychology. *Criminal Justice and Behavior*, 34, 879-892

Relatórios e Legislação:

- Centro Educativo (2009). Guião de Intervenção Tutelar Educativa.
- Centro Educativo (2009). Regulamento Interno
- Centro Educativo (2011). Projeto de Intervenção Educativa
- Decreto-lei 323-D/2000.
- Decreto-lei nº 44287, de 20 de Abril de 1962.

- Decreto-lei nº 44288, de 20 de Abril de 1962.
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.
- Lei Tutelar Educativa.
- Ministério da Administração Interna (2014) Relatório Anual de Segurança Interna
- Regras Mínimas Das Nações Unidas Para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (Regras De Beijing).

Apêndice I – Guião das Entrevistas

Guião das entrevistas

1 - Indique um caso de sucesso de um menor que ainda esteja a cumprir medida de internamento e de um menor que já tenha saído da instituição no máximo nos últimos três anos;

1.1. O que o leva a caracterizar estes casos desta forma?

2 - Indique um caso de insucesso de um menor que ainda esteja a cumprir medida de internamento e de um menor que já tenha saído da instituição no máximo nos últimos três anos;

2.1. O que o leva a caracterizar estes casos desta forma?

3 - Na sua opinião quais os principais fatores que levam a que existam casos com maiores sucessos do que outros?

4 - De uma forma geral, que intervenção é realizada dentro do Centro Educativo?

5 - Dessa intervenção o que considera mais útil e importante de salientar?

6 - O que poderia ser melhorado? Quais principais limitações?

Apêndice II – Termo de Consentimento Informado

Termo de Consentimento Informado

Eu, abaixo assinado/a, declaro que tomei conhecimento dos objectivos e procedimentos deste estudo, intitulado provisoriamente de “Delinquência Juvenil: fatores de risco para delinquir e para reincidir. As dinâmicas interventivas como meio de reeducação.”, no qual se pretende perceber as dinâmicas interventivas num Centro Educativo. Declaro que compreendi as explicações que me foram fornecidas acerca da investigação. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e obtive resposta satisfatória para elas, tendo-me sido dado tempo para reflectir sobre a minha participação. Foi-me também comunicado que poderei desistir de colaborar a qualquer momento, sem que isso acarrete nenhuma consequência para mim.

As informações obtidas através desta entrevista serão utilizadas unicamente para fins científicos, no quadro do estudo em curso. A informação obtida através desta entrevista será sempre referida no estudo sem indicação direta do/a seu autor/a e nenhum elemento que possa conduzir à quebra do seu anonimato será revelado no estudo nem a terceiros.

Assim sendo, declaro que aceito livremente participar neste estudo.

Muito obrigada pela sua colaboração!

_____, ____/____/____

Assinatura _____

Apêndice III- Análise de Conteúdo

| Categorias | Subcategorias | |
|---|---------------------------------|--|
| Fatores de Risco que propiciam a atividade criminal | - Definição de fatores de risco | <p>“Quais são os fatores de risco dinâmicos? São os fatores de risco ligados à família, ligados aos pares, ao consumo de drogas e álcool e alguns ligados a atitudes, não é? Orientação da pessoa, as atitudes que a pessoa tem em relação ao crime. Ou se tem uma orientação mais próssocial ou mais antissocial e algumas características internas, psicológicas da pessoa, como serão formas de pensar e alguma impulsividade. Estes são um conjunto de coisas que nós achamos que são fatores de risco dinâmicos.” (ENT3)</p> <p>“Podemos falar nos fatores de proteção, certo? Como sendo aqueles que ajudam a ter sucesso e fatores de risco como aqueles têm um maior peso à saída, não é? De facto essa pergunta é pertinente porque, de facto, os fatores de risco e os de proteção vão variando de acordo com a trajetória. Não são sempre os mesmos, não é? E não têm sempre o mesmo peso.” (ENT3)</p> |
| | - Escola | <p>“E depois, tá claro, que quando estamos numa escola temos muita gente da mesma idade. É muita gente da mesma idade, basta 4 ou 5 com o mesmo comportamento que reforça. Deixamos de ir às aulas, deixamos isto, andamos na rua, vamos para aqui e para acolá, tudo isso. Pronto, isto é um aspeto.” (ENT4)</p> <p>“Portanto, estes por vezes, o que nós notamos é que nesta transição os problemas podem começar nos primeiros três anos de ciclos de escola. Portanto, na escola de sala pequena com muito poucos professores podem começar, são mais facilmente sinalizados aí. Quando passa para a sala grande, com muita gente, muitos jovens vindos de muito lado, já não é só dali já é de outro lado, com muitos hábitos, uns mais velhos outros mais novos. Quando se começa a misturar isto tudo...” (ENT4)</p> <p>“Quero lá saber da escola para alguma coisa. Era palco de guerras dos sítios de onde vinham.” (ENT4)</p> <p>“E depois uma coisa em comum que têm todos, um grande absentismo escolar. Quase que podemos falar aqui que já não se vai à escola. Portanto, a escola já não faz parte do crescimento, nem de educação. A escola já é só para ir meter-me com os outros, para assaltar os outros, já não é para ir aprender, já ninguém vai à escola para aprender.” (ENT4)</p> <p>“Porque há uma coisa fundamental que estes jovens todos têm, estes mais comuns. O percurso escolar já há muito que desviou, já há muito que desviou. Quer dizer, o percurso escolar já há muito que não é um</p> |

| | | |
|--|-----------|--|
| | | percurso normal. Não é ter boas ou más notas, isso também pode ser outra coisa, o percurso já não é normal.” (ENT4) |
| | - Família | <p>“A mãe não consegue transmitir limites ao nível das regras e ele começa a dar problemas na escola.” (ENT3)</p> <p>“Os mais normais, os mais frequentes normalmente a estrutura familiar é a dos livros. Os casos em que os crimes são mais específicos, não são tão normais podemos dar com famílias estruturadas e bem estruturadas, com capacidade para educar. Todos eles têm capacidade para educar, uns de uma maneira, outros de outra. (...) Não se cresce sozinho, cresce-se com um suporte e não havendo esse suporte é muito mais difícil a gente fazer essas alterações e sustentar essas alterações de comportamento, neste caso.” (ENT4)</p> <p>“A família tem que colaborar, têm que se interessar e tem que, efetivamente, fazer com que o jovem vá à escola e o jovem tem que assumir. Mas aqui, na maior parte das situações, nos notamos nas famílias onde as regras de educar são entendidas e são aplicadas de forma muito permissiva, ou seja, ou se liga muito ou não se liga nada, ou se dá muita importância ou não se dá importância nenhuma e há sempre um sentido de desculpabilizar, na maioria dos casos, em alguns casos não será assim porque isto terá a ver com as infrações.” (ENT4)</p> <p>“Porque não há, por parte da família, grande interesse em ir à escola, não sabem que tem que impor regras ao jovem e, portanto, a partir daí tudo isto começa a ficar, como costumamos dizer, enfim, sob o humor ou sob as iniciativas do jovem. O jovem toma iniciativas que neste caso se sobrepõe há própria iniciativa da família.” (ENT4)</p> <p>“Estes jovens crescem sem dar minimamente importância a estas coisas porque a família, possivelmente em alguns casos, dá pouca importância a estas coisas, não é? Dá pouca importância. Ir à escola falar com o professor não vale a pena e não sei quê também não vale a pena. Quer dizer, nada vale a pena e os jovens também ficam, nada vale a pena.” (ENT4)</p> <p>“Aquilo que os jovens não têm, os pais também já não têm e, muitas vezes, já os avós também não tinham e, portanto, isto é uma sucessão. E são estas pequenas coisas que são... nós podemos até analisar alguns jovens que temos aqui, até com idades avançadas, alguns com 18 anos, com baixa escolaridade, e que nos nalguns casos já conhecemos os avós. Não conhecemos eles mas conhecemos a família desde os avós e nós já nos avós era precisamente a mesma coisa, as características eram precisamente a mesma coisa” (ENT4)</p> |

| | | |
|--|------------|---|
| | | <p>“Nós ainda hoje, nós dias que ainda hoje correm ficamos atónicos com algumas coisas que se passam. Jovens que, por exemplo, não sabem o que é um termómetro. Nem sabem pôr. Com 15 ou 16 anos não sabem pôr um termómetro. Um jovem bem acompanhado pela família não desconhece o que é um termómetro, sabe o que é um termómetro. O que é que isto quer dizer? Isto quer dizer muitas outras coisas. (...) Portanto, isto é ausência de cuidados, de formação, de educação, até de cultura.”</p> <p>“Mas o que nós notamos é que efetivamente alguns destes jovens começam a ter um ascendente, muito cedo, sobre o seu roteiro de vida. Já sem a presença da família, já sem a orientação da família.” (ENT4)</p> <p>“Estes jovens não têm nada disso. Não têm quem os levante a horas e se tiveram, tiveram pouco tempo essa coisa. Não têm quem os assista de forma continuada e consistente.” (ENT4)</p> |
| | - Contexto | <p>“Sim, o maior problema, a maior dificuldade tem muito a ver com o meio, com as características do meio. Nós podemos tentar inculcar muitas coisas mas não conseguimos tirar o meio, não é? Porque é lá que eles residem e nota-se, muitas vezes, que quando eles mudam de meio que de facto não voltam a reincidir, não é? Temos muitos casos. E quando eles voltam há aquela pressão do bairro, “agora já és betinho”, “agora já não queres isto”, que acaba por levar a que reincidam.” (ENT 1)</p> <p>“Fatores de risco graves que existiam neste jovem (...) todo um meio não socializante, não colaborante, que não ajudava nada” (ENT3)</p> <p>“A delinquência juvenil tal como nós conhecemos tem raízes muito fortes nas políticas sociais, não é? A gente sabe quando é que começou... A delinquência começa quando se cria os bairros, não é? A delinquência juvenil tal como a gente conhece, os miúdos que atacam pessoas têm muito a ver com... a explicação para a delinquência, não existe uma coisa que explique a delinquência como a gente sabe. É um acumular, não é? Mais do que a pobreza, até considero a desigualdade social. Os países com mais desigualdades sociais podem tender a criar mais delinquência. O Brasil, África do Sul, têm uma desigualdade enorme. Os países onde há uma classe média forte, há menos delinquência. Em termos sociais ajuda a ver bem, a perceber. Se houver desigualdades sociais... Agora em Portugal... O que é que a gente nota em Portugal? Noto que já houve uma delinquência mais marcada pela exclusão social e que hoje não é tanto assim. Nós vemos aí jovens aqui do Porto, por exemplo, que já não é tao... Mesmo os de Lisboa já não são tão marcados pela exclusão social. Já se nota mesmo o crime pela acumulação de fatores de risco, como um acumular de fatores de risco. Ou seja, se tivessem sido ajudados a um determinado momento da vida a coisa não tinha chegado aqui. Não há uma inevitabilidade para chegar aqui. Às vezes quando a gente pega na ideia de exclusão social,</p> |

| | | |
|--|------------------|---|
| | | <p>é quase como inevitável. A inevitabilidade de chegar ali, ao crime. E hoje vejo mais... já vi isso, não é? Já vi meios em que disse: “Foda-se, nascas ali, estás feito!”, não é? São os primos, todos vêm para aqui.” (ENT3)</p> <p>“E aqui tudo isso contribui para o isolamento social pronto, não quer dizer que não tenha amigos, é no sentido da não integração de não fazer parte do dominante e nem perceber muito bem o que é o dominante. O dominante não se entende. Apesar de terem acesso à televisão, terem acesso a muita informação mas a informação não quer dizer que se transforme em cultura. Pode ser um conhecimento sobre uma coisa qualquer mas não quer dizer que seja cultura e aqui estes jovens estão muito condicionados nesses aspetos. Não conseguem sair fora do bairro, fora daquela rotina normalíssima, é uma coisa absolutamente de outro mundo, não se consegue ultrapassar. Portanto, a gente se não consegue sair do sítio também não vai muito longe.” (ENT4)</p> <p>“A gente pega geograficamente, delimita uma zona e eles tem todos as mesmas características. Os deste bairro são todos iguais, são todos iguaizinhos, iguaizinhos. Fazem todos as mesmas infrações, cometem as mesmas infrações, tem todo o mesmo tipo de vida, vem todos da mesma história, conhecem-se todos da rua, conhecem-se todos, é tudo igualzinho. São os casos mais graves, é evidente. São de bairros difíceis. Podemos dizer difíceis porque são bairros normalmente utilizados para o tráfico de droga.” (ENT4)</p> <p>“Não foi o jovem que destruiu o meio foi um pouco mais o meio que destruiu o jovem.” (ENT6)</p> |
| | - Grupo de Pares | <p>“De quem é que estamos a falar? Estamos a falar de um grupo de rapazes mais velhos que ele, com ligações à criminalidade e ao tráfico e a quem ele se juntava para conseguir, no fundo, sobreviver quando estava escondido na rua.” (ENT3)</p> <p>“Os jovens nestas idades são vulneráveis, todos os jovens são vulneráveis à influência dos pares. Os pares são importantes... isto não é uma vulnerabilidade, isto é uma vulnerabilidade e uma coisa boa a mesmo tempo. Portanto, a influência dos pares é benéfica ou pode não ser muito benéfica” (ENT3)</p> <p>“Fatores de risco: os pares. Ou seja, só não consegui alterar o meu projeto de vida e continuo a colocar de alguma forma o meu comportamento ainda em associação aos pares, ainda com referência aos pares, ou seja, quando eu não consigo me ver como um adulto autónomo, continuo a ver-me como um membro de um grupo, um membro do bairro, quando a minha identidade não se descolou desta vivência de bairro, desta vivência em grupo, característica da adolescência. Quando nós vemos aqui alguma imaturidade e dificuldade em descolar desta identidade e agarro-me à identidade de pertencer a um grupo ou de pertencer a um bairro. Continuo a imaginar a sociedade perigosa e eu tenho que estar dentro do grupo e é dentro do grupo que eu</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>me sinto bem e tudo o resto que não é o meu grupo são inimigos, ou não estão de acordo com a minha cultura. Digamos que isto é uma certa subcultura, não é? Manter-se nesta identidade, digamos assim. Dificuldade em sair para um projeto de vida, ver um projeto de vida como sendo algo muito longe, muito inalcançável. Isto é que pode ser o fator de risco número 1.” (ENT3)</p> <p>“São precisamente os amigos habituais que têm normalmente o mesmo tipo de vida. Não há ocupação, não há forma de passar o tempo estruturada, não há crescimento e, portanto, a gente rapidamente envereda por outro tipo de caminho.” (ENT4)</p> <p>“Depois unem-se, não digo contra de forma intencional, unem-se todos com os mesmos interesses “vamos todos assaltar aqueles”. Isto no fundo é uma união, como todas as outras, os amigos também se fazem assim. Estes são os amigos do alheio, como se costuma dizer. Juntam-se todos e vão prejudicar os outros, não é? Estão a prejudicar os outros, não têm essa noção nem se preocupam com essa noção. É, aliás, naturalmente nesta cultura, sinónimo de prestígio, não é? As asneiras e prejudicar os outros, é sinonimo de prestígio. É sinónimos, enfim, é uma coisa importante que se faz, precisamente porque não se tem a noção do outro. Tem-se a dimensão apenas do grupo, de eu e eu e eu e dos meus amigos.” (ENT4)</p> <p>“Incomodavam toda a gente pelo caminho, faziam assaltos pelo caminho, andavam à pancada uns com os outros.” (ENT4)</p> <p>“Esta delinquência grupal pressiona “olha essas sapatilhas, eh pá isso já não se usa”. O tipo esborracha logo as sapatilhas na primeira esquina. Já não vai andar mais com aquelas sapatilhas. A gente o que nota é mesmo os tipos que chegam assim com um estilo mais guna que aqui aprimoram o estilo. E porque? É a continência ao grupo. É a forma de estar perante o grupo e a forma de se afirmar perante o grupo.” (ENT4)</p> |
| | <p>Patologias/características internas</p> | <p>“Portanto, este rapaz, desde pequeno é um rapaz com muitas dificuldades para lidar com as frustrações.” (ENT3)</p> <p>“Havia características pessoais também muito graves. Ou seja, atraso mental, consumos de drogas muito precoces, sem grande controlo, sem grande sentido e em termos de saúde mental já a existência de uma tendência que se vai formando para a psicose.” (ENT3)</p> <p>“E é, mais uma vez, é um caso destes... deficiência mental, não muito grave mas deficiência mental. Estamos a falar de um analfabeto” (ENT3)</p> <p>“Mais uma vez, egocentrismo muito forte, emoções muito básicas, noção do outro muito fraca, noção de crítica muito fraca, impulsividade que a gente vê que é muito alta.” (ENT3)</p> |

| | | |
|--|-------------------------------|--|
| | | <p>“Há situações de crime que tem a ver com patologias e tem a ver com dificuldades de gerir algumas das suas características e depois tem outras que tem a ver com a forma de educar, a sua inserção na sociedade.” (ENT4)</p> <p>“Depois temos outro, em que os comportamentos são condicionados pelas suas perturbações, pelas suas patologias, algumas delas perfeitamente identificadas.” (ENT4)</p> <p>“Estes jovens são jovens, alguns deles, com défices de crescimento são bastante grandes para que ele adquira uma autonomia sob o ponto de vista de comportamento, sob o ponto de vida em sociedade, de relação com os outros muito rápida, não se consegue.” (ENT4)</p> <p>“Mas estes jovens não podem ter os horizontes abertos porque os handicapes, os défices, por vezes, são de tal maneira significativos que não têm essa visão. Tem apenas a visão do sítio para onde olham, do imediato e mesmo às vezes para o sítio onde olham não sabem interpretá-lo. É qualquer coisa, o que interpretam é o que está dentro. “Ei tou nervoso. Pumba. Estrago tudo”.” (ENT4)</p> <p>“Tudo isto aqui é a agravar, é 100 vezes mais. Todas estas características são 100 vezes mais. Completamente ‘destrambulhadas’, jogar à bola, aquilo já nem é jogar à bola. Aquilo já é, já nem sabem jogar à bola, já não há tempo para jogar à bola é atravessarem-se, acabam o jogo à pancada se for preciso. A agressividade vem toda ao de cima.” (ENT4)</p> |
| | - Consumos de Estupefacientes | “Estamos a falar de um jovem com uma história de consumos graves, muito graves.” (ENT3) |
| | - Problemas Socioeconómicos | “Famílias que, enfim, nós podemos dizer sob o ponto de vista económico, baixo nível económico, poucos recursos económicos, poucos recursos de educação, poucos recursos escolares. Tudo pouco, tudo muito pouco. E quando há muita coisa, perdeu-se tudo com os comportamentos aditivos. Enfim, desceu-se a escada de forma abrupta e bateu-se no fundo.” (ENT6) |
| | - Precocidade das infrações | “A minha opinião tem vários. Em primeiro lugar é a idade com que eles chegam ao centro educativo. Quanto mais cedo eles chegarem mais fácil é de trabalhar com eles e geralmente esses miúdos não têm tantos crimes como aqueles que chegam mais tarde nem estão tao envolvidos em gangs, em grupos. Um miúdo com menos idade quando chega, apesar de ter mais problemas de adaptação, mais rebeldia, mais facilmente consegue interiorizar as regras e aproveitar os programas que são dados no centro educativo do que os mais velhos. Principalmente aqueles que chegam já com crimes de penal. Muitas vezes, imaginam que ao sair daqui mais |

| | | |
|---|------------------------------------|---|
| | | <p>cedo ou mais tarde vão para a cadeia e acabam por não se envolver no processo de mudança como os outros.” (ENT1)</p> <p>“Veja, nunca é cedo demais tá a ver a ideia? Nunca é cedo demais. Quanto mais cedo melhor e para isso até devemos ter uma prevenção muito mais forte. Portanto, nunca é cedo demais.” (ENT3)</p> <p>“O sentido em que nunca é cedo demais não é pôr aqui alguém que não é de facto alguém que corra um risco elevado. A asneira é pôr aqui no centro educativo alguém de risco baixo, isso é uma asneira total. Ou seja, as pessoas de risco baixo nunca devem vir para o centro educativo, só pode vir para o centro educativo quem for de risco alto e quem for de risco alto quanto mais cedo melhor. “ (ENT3)</p> <p>“Não podemos cair também na lógica de que “ah, já tem 16 anos, ou já tem 17 e agora para quê?”, não é? Nunca é tarde demais. Aos 17, aos 18, aos 20, aos 25 temos que tentar que aquela pessoa encontre o caminho de desistência.” (ENT3)</p> <p>“A precocidade destas infrações ou destes comportamentos que podem predizer infrações.” (ENT4)</p> <p>“Depende do crime. A idade virá sempre a depender do tipo de crime que tem e da família que tem.” (ENT6)</p> |
| Fatores de Proteção que podem reverter a atividade criminal | - Definição de fatores de Proteção | <p>“Portanto, o encaminhamento, a família, a namorada... internamente a motivação, dar valor ao estudar, ao trabalhar e ter hábitos de trabalho.” (ENT3)</p> <p>“Nós podemos dizer que se os fatores de proteção, usando as teorias atuais, forem suficientemente bons sobre os fatores de risco efetivamente podemos ter uma possibilidade de êxito.” (ENT4)</p> <p>“Os aspetos de proteção são estes, não se pode dizer que há mais A ou B, pode-se dizer que todos eles podem contribuir. Se forem mais, podemos predizer que poderá haver menos risco de reincidência. Se os fatores não forem de proteção, forem ao mesmo nível dos de risco, ou se os de risco forem superiores, o risco será muito grande a não ser que o próprio faça uma grande inversão.” (ENT4)</p> |
| | - Escola | <p>“Agora, aqui há um aspeto determinante que é a relação que tem com a escola. É um aspeto determinante, não é? Uma sociedade com a nossa hoje, que é preciso muita formação e não é preciso estar na escola por estar na escola.” (ENT4)</p> <p>“Portanto, aqui toda a estrutura é importante mas um dos fatores determinantes vai ser sempre, todos eles são como é evidente, mas vai ser sempre a adesão à escola que o jovem vai ter. Porque a adesão não pode ser só a escola a fazer o que o jovem quer, porque isso é uma ilusão, não é assim que se vive. É a conciliação entre a escola e aquilo que a escola quer e pretende e as características do jovem que podem ser</p> |

| | | |
|--|------------|---|
| | | <p>determinantes. O jovem pode ter uma família boa mas se de repente, se por qualquer motivo deixa de ir à escola cá estamos outra vez com um problema.” (ENT4)</p> <p>“Isto são jovens que a sua relação com a escola é fundamental porque a relação com a escola o que é que faz? Dá-nos educação, dá-nos universalidade, abre-nos os horizontes.” (ENT4)</p> <p>“A escola é um bom preditor de comportamentos de risco, a escola é um bom preditor. A escola dá indicações. A relação que o jovem estabelece com a escola, quer com os colegas quer com os profissionais, são indicações, dá indicações. Um jovem que tem perturbações, desde muito cedo se revela na escola seja na aprendizagem, sejam elas quais forem. Mas depois no aspeto comportamental também as dá, a relação com os colegas, se é agressivo se não é agressivo, as alterações súbitas de comportamento.” (ENT4)</p> <p>“O acompanhamento na escola pressupõe até o acompanhamento nos recreios, para ver se os jovens se relacionam bem, para evitar bullings, para evitar situações extremas. Se o projeto social é que o jovem saia da família para ir a escola, a escola tem que lhe garantir que não vai para a escola para ser prejudicado, para ser objeto de bullying, para ser objeto disto para ser objeto daquilo.” (ENT4)</p> |
| | - Família | <p>“A questão familiar, que essa sim parece ter um peso muito grande, a mãe é uma pessoa que... nós notamos que é uma pessoa que tem algumas fragilidades mas é uma pessoa que tem capacidade de estar com o filho e portanto eles têm uma ligação afetiva forte, são unidos e apesar de haver ali algumas fragilidades nós não achamos que ela seja incompetente, ou que deva ser considerada incompetente. Ela vem cá, até adere a nossa intervenção também, gosta de falar connosco. Ela tem noção de algumas fragilidades que possa ter tido para educar o filho, como ela chama, a educar o filho a ouvir um não e a aceitar um não e a aceitar os limites, não é?” (ENT3)</p> <p>“À saída eu acho que o fator de proteção número 1 é a família.” (ENT3)</p> <p>“Não, é a liberdade que os pais dão mas os pais querem ver os filhos bem. É por isso que os pais quando os filhos têm dificuldades apoiam-nos quase até ao fim da vida. Portanto, faz parte da natureza, faz parte da relação, faz parte dos afetos e da vinculação.” (ENT6)”</p> |
| | - Namorada | <p>“Neste caso, a namorada aparece como uma mudança para outro tipo de objetivos. Se até um certo ponto se faziam um conjunto de comportamentos porque se estava em grupo e porque se queria de alguma forma mostrar ao grupo alguma coisa... aparece a namorada, a namorada vai de alguma forma cortar um pouco as ligações que o jovem tem com os amigos, passa a ter outros objetivos e passa a construir qualquer coisa com</p> |

| | | |
|-------------------------|--------------------------------|--|
| | | <p>a namorada. A namorada pode, no fundo, ser a ponte para a vida adulta, não é? E quando isto acontece é muito bom. Na maior parte dos casos, a namorada é um fator de proteção que nós valorizamos no centro. Portanto, os jovens terem namorada é uma coisa que nos promovemos e nos preocupamos e gostamos que o jovem tenha uma namorada, pense de outra maneira, a fazer aquela tal ponte sem nós nunca falarmos nisso, não é? Fazer a tal ponte para a vida adulta, de vir a construir uma vida, construir uma família. É iniciar um projeto de família, não é?” (ENT3)</p> |
| Casos com maior sucesso | - Definição de Caso de Sucesso | <p>“É assim, isto tudo depende muito também do jovem, da família, do meio para onde eles vão, de terem uma segunda alternativa para poderem ir, não é? Porque também há jovens que ou vão para casa dos progenitores ou vão não é? Não têm alternativas... Portanto, nestes dois casos de sucesso também tem sido trabalhado muito o segundo caminho, sair de casa dos progenitores, haver aquele familiar que os aceita, não é? Mas nem sempre temos essa alternativa.” (ENT 1)</p> <p>“Um caso de sucesso é eles saírem daqui e arranjam um trabalho e independentemente das outras coisas. Também não podemos... ninguém poder ver que é a vida dele. Ninguém pode ver aquilo que ele faz em termos de delitos, nomeadamente disso. Mas arranjar um trabalho e estar bem, fisicamente... para mim é o mais importante.” (ENT 2)</p> <p>“Um caso de sucesso, geralmente, é um caso que consegue alterar aqueles fatores de risco que nós consideramos fatores de risco dinâmicos, digamos assim. (...) quando o jovem consegue fazer alterações da maior parte deles nos poderemos considerar um caso de sucesso.” (ENT 3)</p> <p>“Portanto, para mim um caso de sucesso é aquele que rapidamente se adapta ao contexto, neste caso ao Centro Educativo. E quando digo ao contexto digo a nós em particular porque nós somos o contexto.” (ENT5)</p> |
| | - Características dos jovens | <p>“É um jovem que estava institucionalizado num Centro Juvenil (...). Estava sem regras, fazia aquilo que queria, juntou-se a um grupo de pares mais velho e andava a fazer furtos. Foi no fundo apanhado um bocadinho cedo não é? Entrou aqui com 14 anos e tem conseguido aderir muito bem às regras.” (ENT1)</p> <p>“Na escola completou connosco o 6º ano, está neste momento num B3 e não vai terminar por causa da cessação da medida. Tem boas notas, está sempre disponível para fazer qualquer atividade, qualquer tarefa que se lhe peça. Portanto, para mim, neste momento, consideraria o meu caso de sucesso.” (ENT1)</p> <p>“Era um miúdo fruto de uma relação muito instável. Ele é de Lisboa, andou do pai para a mãe, da mãe para o pai, sem regras, sem frequência de escola continuada. Chegou-nos aqui com o 6º ano também por terminar,</p> |

| | | |
|--|----------------------|---|
| | | <p>vinha com bastantes furtos. Já vinha com alguns crimes de penal porque ele veio para aqui já com 16 anos.” (ENT1)</p> <p>“Pronto, quando chega aqui ao centro já não está habituado a viver a vida em sociedade. Vive escondido, sem respeitar grandes limites, não É? Uma autonomia assim um bocado perigosa para ele e para as outras pessoas. Portanto, tentativas de, portanto... O que é que ele fazia quando cá chegava? Quando cá chegou ele tremia por todos os lados, não olhava para as pessoas, ameaçava toda a gente, dizia que não ia ficar cá que isto era um erro, que não tinha feito nada de especial para estar aqui, que ia fugir, que se não fugisse matava-se... este era o discurso dela quando cá chegou.” (ENT3)</p> <p>“Um caso efetivamente que veio com um nível de infrações que nós podemos dizer dos mais elevados e que fez todo o seu percurso aqui, toda a sua formação e habilitação e que foi por nos depois encaminhados através, com a ajuda e com o apoio, da Segurança Social”. (ENT4)</p> <p>“Portanto, era como eu costumava dizer uma boa alma. Sempre com uma maturidade acima da média, ouvia-nos com muita atenção. Curiosamente, de vez em quando criava alguns anti corpos que era um jovem muito crítico e era daqueles jovens que ajuizava muitos pormenores acerca da nossa atividade profissional e quando falhávamos era o primeiro a criticar. E mudava de ‘ensemblante’ e ficava muito zangado e trancava a cara, fazia uma postura até às vezes agressiva.” (ENT5)</p> <p>“Dá-me a entender, pelo menos, que é um jovem que já sabe o que quer, tem mais maturidade que se calhar que a maioria. É também mais velho, é também mais homem em que teve experiencias de vida que eu levo a acreditar que efetivamente o possa ter marcado pela positiva e a análise que faço pela forma como ele nos fala, produz uma conversa...” (ENT5)</p> <p>“Muito crítico, muito lúcido daquilo que nós lá fazíamos, muito lúcido acerca das nossas motivações e desmotivações.” (ENT5)</p> |
| | - Motivos do sucesso | <p>“Está, neste momento, na fase 3, foi a casa 2 vezes, não há, nem que se tenha aproximado do grupo de pares, nem que tenha cometido mais nenhum delito. Tenciona a afastar-se daqui da zona apesar da mãe, neste momento, estar a morar cá. Ele tenciona ir morar com uma tia para se afastar do grupo de pares daqui do Porto.” (ENT1)</p> <p>“Entretanto, conseguiu completar aqui o 6º ano. Foi muito fácil, quando eles já frequentaram o 6º ano é mais fácil. Completou o B3, conseguiu fazer estágio dentro do curso de eletromecânica de eletrodomésticos e quis seguir a escola. Esta neste momento no 3º ano, ou seja, a terminar o 12º ano num curso de cozinha em Vila</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>Franca. Tem tido excelentes notas, ficou a residir com a avó também para não ir para a instabilidade da progenitora porque é muito instável. Portanto, posso considerar esse um dos meus jovens de sucesso.” (ENT1)</p> <p>“É assim que tenha conhecimento de um que já tenha saído... normalmente eles vem cá fazer visitas e teve sucesso. Ficou aqui bastante tempo e depois entretanto saiu e fez um curso profissional e continuou no lugar onde fez o estágio e agora ate costuma vir cá fazer umas visitas e está bem. Quanto a cá dentro é difícil saber o êxito porque eu não sei... cá dentro eles estão num contexto que lá fora.” (ENT 2)</p> <p>“Depois... foi um rapaz que apesar desta resistência toda inicial, passado um ano, digamos assim... passado um ano de estar aqui é um jovem que adere à intervenção, um jovem que aproveita todos os programas e todos os... é um bom aluno. Portanto, a escola não é de facto um fator de risco para este rapaz. Apesar de ele lá fora faltar, opor-se, ter um perfil difícil como aluno, um aluno difícil de lidar, ele mostra interesse por aprender, não é? É o melhor aluno aqui do centro, definitivamente. Aprende tudo muito fácil de ouvir. Tanto é que é aquele aluno que ouve e fixa, não precisa de escrever, não precisa de fazer resumos, não precisa de nada. É um alno que ouve e o que ouve fica, tem boa memória, digamos. Isto em termos de escola penso que melhorou muito, em termos de fator de risco que era a escola melhorou muito. Em termos de fator de risco que são os colegas, por aquilo que nós percebemos das saídas que ele já fez, ele já não se junto a esse colegas.” (ENT3)</p> <p>“Apesar de tudo a vinda ao Centro Educativo voltou a colocá-lo na sociedade, digamos assim. Ou seja, ele agora não tem como projeto de vida voltar a estar escondido e a estar escondido da polícia porque ele neste momento de alguma forma arrumou com os processos. E, portanto, pode andar na rua perfeitamente sem medo de ser levado pela policia por aqui e por acolá. A situação com a institucionalização já está fora de questão. Ele daqui a nada atinge a maior idade, já não vai para um centro de acolhimento.” (ENT3)</p> <p>“Como adere aos programas também aderiu de alguma forma a todo o acompanhamento das tutorias e isso... e até mesmo ao programa de contingências e foi um rapaz que de uma alta impulsividade, grande ansiedade, hoje é um jovem com uma ansiedade normal e com um grau de impulsividade também normal. É um jovem que consegue controlar-se aqui dentro, acatar, evoluiu, subiu de fase, foi lá fora, regressou. Não há registos de na família haver conflitos. Penso que a relação com a mãe e com a namorada tornou-se mais... acho que tem outro sentido, não é? E acho que ele próprio tem um projeto de vida diferente daquele que trazia anteriormente.” (ENT3)</p> |
|--|--|--|

| | | |
|-------------------------|----------------------------------|---|
| | | <p>“E aqui, de facto, fez uma mudança muito radical. Portanto, ele acabou o curso aqui, foi estudar para o exterior ainda estando aqui. Depois de terminar a medida, quis ficar a viver aqui perto. Terminou o curso e hoje trabalha e vive aqui perto. Portanto, este é o nosso caso de sucesso número 1 porque é um jovem que fez uma inversão, digamos assim, este é um jovem que desistiu. Não é um jovem que não reincidiu, é um jovem que desistiu, pronto.” (ENT3)</p> <p>“Continuou a estudar já na comunidade e pronto, hoje até ao momento está tudo bem. Trabalha e, portanto, está tudo muito bem e tem pela frente um futuro, para já, risonho.” (ENT4)</p> <p>“Nós podemos dizer que nos primeiros tempos as evoluções são lentas mas que depois muitos evoluem. Agora, se isso em termos de futuro pode ser um bom preditor de êxito ou não, nós não sabemos. Agora, todos fazem uma evolução. Depois, o resto só mais ao fim é que podemos dizer. Depois de ter saído, ou um pouco antes, se efetivamente a situação poderá ter mais êxito ou menos êxito. Mas à priori, admitimos que todos eles têm alguma evolução. Fazem uma evolução, tá claro que as evoluções no comportamento não são de um dia para o outro mas todos nos admitimos que fazem evolução.” (ENT4)</p> <p>“Há ali qualquer coisa neles, por inata que seja na sua natureza, apesar de serem jovens que têm tido atitudes delinquentes que o que os levou a... não é assim tanto a maldade que têm, que não a têm, foram razões adversas da vida que lhe apareceram ou um amigo que os orientou mal ou porventura a família que atravessou uma fase terrível económica e eles fizeram aquilo para sobreviver.” (ENT5)</p> <p>“Se efetivamente um conjunto de fatores, perante um perfil normal, for bem suportado é natural que o êxito tem muito a ver.” (ENT6)</p> |
| Casos com menos sucesso | - Definição de Caso de Insucesso | “Casos de insucesso são casos de jovens que, cujos fatores de risco são muito difíceis de alterar” (ENT3) |
| | - Características dos jovens | <p>“Portanto, o jovem entrou aqui para perícia, durante o tempo de perícia esteve muito instável, teve muitas participações, tinha um comportamento muito mau.” (ENT1)</p> <p>“Era um jovem também de Lisboa. Nós tivemos uma fase muito de jovens de Lisboa. Esse tudo bem foi um jovem que aqui dentro tentou fazer um percurso, não teve um percurso mau. Nós sabíamos que ele interiorizava as regras superficialmente, não as adquiria mesmo. Por mais que se tentasse pôr em programas, nos sabíamos que aquilo era muito superficial. Quando saiu foi inscrito num curso de cozinha, que era o que ele queria para dar continuidade a um curso aqui na escola profissional, porque ele sempre disse que o sonho dele era cozinha e aqui na escola profissional fez o primeiro ano, já estava no segundo. Conseguiu-se que</p> |

| | | |
|--|------------------------|--|
| | | <p>lhe dessem equivalência aos módulos, tudo numa escola na zona de Sintra para não gastar dinheiro em transportes.” (ENT1)</p> <p>“Era um caso de saúde mental, sem apoio familiar. Foi enquadrado por nos e à saída foi encaminhado por nós. Teve alternativas, encontramos alternativas mas nós já sabíamos que estas alternativas seriam muito difíceis porque estamos a lidar com jovens que estão a crescer e que nesta idade todos nos queremos voltar a casa, voltar à nossa família. (...) Todos nos queremos ser, enfim, senhores das nossas opções mas às vezes não temos estrutura para tal, é o caso deste jovem. Não teve estrutura para tal, não tinha. Era um caso para lá disso. Tinha perturbações, tinha patologia, tinha alterações que faziam prever que a sua reinserção ia ser muito difícil e que o êxito ia ser muito baixo. Foi o que aconteceu. Acabou por praticar um crime grave. Neste momento, está preso.” (ENT4)</p> <p>“... ele era assim um bocadinho rebelde com a mãe que ia lá sempre todos os fins-de-semana, feriados, fosse o que fosse.” (ENT6)</p> |
| | - Motivos do insucesso | <p>“Entretanto não foi marcado o julgamento dentro daquele prazo legal, ele saiu, foi julgado lá fora e regressou novamente. Quando regressou disse: “não, eu quero ser diferente, quero respeitar as regras”. De facto, aparentemente, ele cumpria, respeitava, atingia notas para isso e no Natal foi a casa pela primeira vez. Foi a casa, cumpriu todas as obrigações direitinhas, telefonemas, ordem de regresso, tudo. Depois voltou, também teve um período de estabilidade. Na Páscoa voltou a casa, cumpriu todas as regras menos o não regresso. Não conseguimos perceber, não é? Porque é que alguém está a fazer um percurso tao bom, não é? Aparentemente... e de um momento para o outro... Depois viemos a perceber porque ele está a ser indiciado e veio já a policia aqui notificá-lo, ele terá cometido um crime durante a saída. Portanto, o próprio bairro, tudo acabou por levar a reincidir ainda estando aqui dentro. Ele vai ser do centro educativo e irá ser julgado já como adulto porque ele neste momento já tem os 18 anos. E, portanto, é um caso de insucesso.” (ENT 1)</p> <p>“A família era pobre, ele morava com uma avó o pai tava preso, a mãe não queria muitas ligações com ele. Era uma avó com muita idade que tomava conta dele de bebe e tem muitos problemas de saúde. Para ele não gastar dinheiro em transportes, arranjou se alojamento na própria escola, conseguiu-se umas condições minimamente estáveis e ele andou na escola 6 meses e ao fim de 6 meses voltou a reincidir. Esteve preso, está agora a sair do EPL, cumpriu 2 anos e está agora a sair do EPL.” (ENT 1)</p> <p>“Há muitos... há muitas visões dessas. A minha é só uma. Eu também acho que vai da própria vontade deles. Porque eu conheço muitos miúdos que gostam de ser, querem ser delinquentes. Gostam de ser delinquentes,</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>gostam de ser tratados como delinquentes e vão ser delinquentes lá fora. Há outros já que não, não tem essas tendências. Até fizeram alguma coisa e até possivelmente estão arrependidos mas aqui tomam outro partido, não é? Porque há delinquente que querem ser delinquente. Agora lá fora têm outros fatores, não é? A gente só que consegue controlar aqui, pela estrutura em si que está porque depois é difícil. Eles lá fora não têm estrutura nenhuma e caem desamparados no mesmo sítio que os trouxe cá para dentro. Esse é o básico, é o que toda a gente fala. É ir para o mesmo sítio onde estava mas a realidade é que se eles também não quiserem, não é? Mas não têm hipótese.” (ENT 2)</p> <p>“Portanto, capacidade crítica muito baixa, com necessidades muito básicas e que, apesar de ter estado aqui bem connosco, de ter feito um percurso onde as emoções não podiam, eram muito difíceis de ser dado porque, de facto, nada ajudava. O que nós conseguimos fazer foi, de alguma forma, dar alguma qualidade de vida àquele jovem, estando aqui. Porque no fundo, ele acabava por estar habituado a estar aqui, de alguma forma quase a gostar de estar aqui. E não conseguimos inverter parte desses fatores de risco. Este é um caso de insucesso de alguém que já saiu. Portanto, este jovem saiu, cometeu um crime muito grave e está preso. À saída também as coisas... apesar de tudo, do nosso esforço, não conseguimos conter esta situação” (ENT3)</p> <p>“Sim, temos. Um que já saiu que acabou por sair e cometeu um crime muito grave. Alias, era previsível.” (ENT4)</p> <p>“E é um caso de insucesso porquê? Porque ele depois furta um carro com um outro colega e a fugir da polícia ele bate não sei se um poste se uma árvore, é projetado da viatura e vai bater, não quero estar a mentir, com a cabeça nesse poste ou nessa árvore, acho que era uma árvore. Destruíu completamente o crânio. O outro jovem que costumo dizer é como os gatos, tem 7 vidas. N de cicatrizes que já tem, N de ferros pelo corpo a colar ossos mas que é certo é que mais uma vez conseguiu sobreviver, teve às portas da morte, conseguiu sobreviver mas também já está na cadeia. Nunca parou de fazer mais do mesmo.” (ENT5)</p> <p>“Não consegue, por exemplo, ainda hoje, ao fim de estar cá quase há dois anos, não consegue conter os comportamentos contra colegas e está sempre em conflitos. Portanto, muita dificuldade, impulsividade muito alta. Este é um jovem que sai em Janeiro de 2017 e cujo prognóstico é muito mau.” (ENT6)</p> <p>“Está aqui dentro e apesar de ser um jovem que não nos dá muitos problemas é um caso de insucesso porque é muito difícil inverter, não é? O prognóstico que nós temos é muito, como é que hei-de dizer... é um</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|---|
| | | prognóstico difícil, acho que é um jovem que representa de alguma forma um perigo, não é? Portanto, ele saindo para o exterior acho que não há... no exterior, neste momento, não há grandes formas de ter.” (ENT6) |
| Caracterização dos jovens internados | - Percursos/Histórias de vida | <p>“Estes problemas são sinalizados pela CPCJ e a CPCJ decide que a mãe não tem capacidade de conter este absentismo, começa a ser cada vez mais acelerado e a gravidade dos comportamentos na escola e acha que o jovem deve ser institucionalizado. Pronto, isto correu muito mal. O jovem foge da escola, foge da instituição, portanto, ele é institucionalizado. Portanto, ele é apanhado na rua colocado dentro de um carro da polícia na rua, com a mãe e o miúdo a fazer um grande escândalo, não é? Como é normal... A polícia leva-o a uma instituição, ele foge da instituição e a partir do momento que foge da instituição está fugido da sociedade. Já não pode ir à escola porque é fugido, não pode voltar a casa porque a polícia o vai apanhar. Então começa a viver marginal, na marginalidade. Pronto, e aumenta todos os fatores de risco, não é? Porque começam a entrar os pares, os consumos, a marginalidade, o crime, a exclusão. Pronto, e agrava o perfil o rapaz. O rapaz passado mais uns tempos é outra vez apanhado pela polícia, volta a ir para um centro de acolhimento, volta a fugir e vai agravando, agravando até chegar ao Centro Educativo.” (ENT3)</p> <p>“É um jovem que tinha um percurso de vida muito complicado, uma história muito complicada. Portanto, vinha de uma história de família de todos os elementos, praticamente, estarem presos... Portanto, ligados ao tráfico. Ele estava metido num gang, nitidamente.” (ENT3)</p> <p>“Este é um jovem que é filho de pais separados, a mãe entretanto... Portanto, ele fica a viver com a mãe, o pai vai para o estrangeiro. A mãe entretanto casa-se, junta-se com um senhor, o senhor falece passado alguns anos” (ENT3)</p> <p>“Um jovem com uma história de vida muito má. Portanto, estamos a falar de uma criança de rua, que viveu como criança de rua, cresceu como criança de rua. Batida pelo pai, abusada sexualmente por um vizinho, abandonado, de alguma forma, pela mãe. Portanto, estamos a falar de um jovem que não cresceu cá, não cresceu aqui. Quando veio para aqui não se conseguiu adaptar, a mãe tentou estruturar a vida dela. Veio para Portugal, trouxe os filhos mas os filhos não se adaptaram a esta vida aqui, à escola e já estavam habituados a viver uma vida de rua muito difícil. Acabaram por ser institucionalizados, cometerem crimes, veio para o Centro Educativo.” (ENT3)</p> <p>“Aqui, mais de 50% dos jovens que temos aqui, não vou dizer 60% mas para lá caminha, são jovens que vêm do sistema de proteção. E o que é que têm em comum? Estão fugidos do sistema de proteção. Ou seja, o que é que eu quero dizer? Quando falamos em fugir não é correr da polícia. Mas estão fora dessa intervenção.</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | | Saíram por sua autoiniciativa dessa intervenção. E pronto, depois chegaram aqui. Mais de 50% dos jovens. Se fossemos há um ano ou dois atrás ou há quatro anos atrás ou assim, teríamos quê? 10%. Se fossemos há mais uns anos atrás tínhamos quê? 2%. Hoje não, hoje temos mais de 50%.” (ENT4) |
| | - Hábitos | <p>“Deixa-se de ter horários, e a gente deixa de ter horários e quando a gente deixa de ter horários começamos a fazer coisas que o tempo nos vai permitindo fazer, sejam elas quais forem.” (ENT4)</p> <p>“A gente acorda a uma hora ou acorda a outra, portanto, os horários não são as vezes muito bem cumpridos. Sob o ponto de vista de regras de educação e sob o ponto de vista de transmissão, tá claro que isto é básico.” (ENT4)</p> <p>“É o impulso que funciona, sobrepõe-se a tudo o resto. É o impulso que não deixa levantar porque a vida, a nossa organização social pauta-se pelas horas e pelo relógio. (...) Os horários são todos ao inverso e portanto, fazem horários, têm horários de vida completamente diferentes dos outros jovens. Estamos a falar de organização de vida. Enfim, é uma força de expressão mas, enfim, é uma forma de se organizarem pronto. Levantam-se tarde, juntam-se tarde e depois é evidente que no dia seguinte não podem ir à escola. Portanto, tudo isto são pequenas coisas, muito pequenas, que vão falhando e que falham e que se tornam depois muito importantes.” (ENT4)</p> <p>“Também não é normal um jovem com 12 ou 13 anos ir para a cama às 5h da manhã e depois no dia a seguir não ir para a escola e levantar-se às 5h da tarde e fazer este ciclo. Isto depois é um ciclo vicioso e eles depois também percebem porque é que nós temos um horário rígido. É para criar rotinas. De hoje para amanhã eles quando saírem não vão para a cama se calhar às 20h mas se calhar já vão pensar duas vezes e não vão as 5h da manhã porque percebem que se calhar para se levantar as 7h ou as 8h para ir para a escola ou para ir trabalhar é preciso dormir 7h ou 8h.” (ENT5)</p> |
| | - Motivos de Internamento/tipo de crime | <p>“Veio para qui por crimes muito graves, relacionados com tráfico e com coleta de dívidas.” (ENT3)</p> <p>“Estamos a falar de um jovem que cometia crimes graves contra pessoas.” (ENT3)</p> <p>“Os crimes mais atípicos, aí já poderemos ter diferenças. Quer a nível da estrutura familiar, quer a nível das características do jovem. Existência de patologias ou não, existência de características da família, qualquer coisa da família que descambou, a família tem recursos e tal e tal. Aqui estas famílias nestes casos mais atípicos, são famílias mais diferenciadas do que as outras.” (ENT4)</p> |

| | | |
|--|---|---|
| | | <p>“A lei diz que o internamento é aplicado quando se entende que o jovem já sob o ponto de vista social desviou tanto, isto é uma força de expressão, se desviou tanto que a sua permanência na comunidade já não faz inverter este processo.” (ENT4)</p> <p>“Essas associações de infrações que existem, às vezes não é só uma, são todas idênticas. E depois tem grupos que cometem infrações muito específicas, muito próprias, normalmente contra pessoas que não tem nada a ver com este primeiro grupo. Muitas vezes nem vivem da forma como estes vivem, nem se organizam com a sua família da forma que estes se organizam mas efetivamente também cometem infrações. E, muitas vezes, ate cometem infrações sob o ponto de vista de vítima muito mais marcantes do que este grupo que muitas vezes é só património e as outras não, são coisas muito mais marcantes contra pessoas que farão condicionar, presumo eu a vida da vítima durante muito tempo.” (ENT4)</p> <p>“Os crimes comuns, vamos chamar-lhes os crimes mais comuns, o furto e o roubo são por ai fora, é o mais fácil. Eu passo uma coisa qualquer tiro uma laranja ou duas e faço um assalto. Mas mesmo este tipo de crimes mais comuns têm tido evolução porque ao longo de muitos anos o principal era o furto, praticamente pouco mais havia. Depois começou a ser o furto e o roubo. Juntamento com o furto e o roubo aparece a agressão. Porquê? Presumo eu... porque a aproximação, o social dos jovens começou a ser diferente.” (ENT4)</p> <p>“Quando começam os bairros e quando se começa a acabar com as barracas... eu vou dizer isto mas não é linear... mas quando se começa a acabar com estes programas de apoio social a nível de habitação começam-se a dar os primeiros furtos e os primeiros roubos. A roupa de marca aos ricos, aos filhos dos ricos. O que é que era? Os chapéus. Que era a coisa mais fácil de gamar. O tipo tinha o chapéu na cabeça, o puto passava e zarpava com o chapéu. (...) Um chapéu de marca custava dinheiro. Portanto, foram as primeiras coisas que começaram a desaparecer. Depois as segundas coisas que começam a desaparecer o que é que são? As sapatilhas. Assaltavam o moleque e tiravam-lhe as sapatilhas. E depois a partir daí começa com os telemóveis.” (ENT4)</p> |
| | - Características representativas na maioria dos jovens | <p>“Não só pelo estatuto mas, por exemplo, pela resistência que eles dão perante as coisas. O não ter medo. E depois existe certos fatores que são típicos de delinquentes: o não xibar, o não fazer isto, o não ser aquilo, o não contribuir, o não limpar... Eu só faço o que me mandam, não faço mais nada. Existem várias...” (ENT 2)</p> <p>“Mais uma vez, os estudos indicam quais são as características de jovens que costumam chegar aos centros educativos? São jovens agressivos, que vêm para o centro educativo porque cometeram comportamentos</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>agressivos. São jovens que têm baixas competências sociais e de relacionamento com os outros. Apresentam, geralmente, fragilidades ao nível do relacionamento com o outro, da noção do outro e da compreensão do outro. São jovens que normalmente, e até por serem jovens, apresentam comportamentos impulsivos, impulsividade no sentido de não equacionarem as consequências e depois são jovens que tendem a não assumir os crimes que cometem e a gravidade desses crimes. Perante estas características, nós temos programas que são direcionadas para estas fragilidades.” (ENT3)</p> <p>“Portanto, aqui vai ter sempre dependente dos perfis e eu volto a dizer, os perfis definem mais ou menos o tipo de infração que é cometida e a maior ou menor probabilidade de êxito tem a ver precisamente com isso.” (ENT4)</p> <p>“Pouca autonomia, pensa-se que os outros se as coisas não funcionam... se a gente não se adequa ao funcionamento dos outros, que os outros se adequam ao nosso funcionamento e que as coisas se adequam ao nosso funcionamento. Quer dizer, não se pondera muito bem a vida, a vida não tem planeamento.” (ENT4)</p> <p>“Uma das coisas que a mim mais me espanta aqui mesmo nos jovens a gente pede para fazer em qualquer planeamento da sua vida, “olha é assim que se faz” e aqui é uma coisa impressionante que não conseguem. Não conseguem. (...)Estes não sabem fazer nada disso. Estes é tudo tempo livre. O tempo é qualquer coisa. O tempo dá para tudo, dá para os impulsos todos” (ENT4)</p> <p>“Muito raramente temos um jovem que os anos de escola correspondem à sua idade, aos anos de idade. Portanto, temos sempre idades muito avançadas para o nível escolar que têm. Portanto, muita retenção, muita reprovação, muito abandono, portanto muito insucesso na escola e a escola é básica para toda a gente.” (ENT4)</p> <p>“O outro é alguém que a gente goza, que a gente pisa, que a gente bate, que a gente não tem que respeitar muito a não ser os nossos amigos. Os restantes não, os restantes não existem para nós porque se existissem nós não fazíamos mal.” (ENT4)</p> <p>“Estes jovens também não têm outro lado da questão. Não tem também uma visão da sociedade ampla. Tem uma visão do bairro, da porta da frente e da rua onde brincam e do sítio onde vão fazer asneiras com os colegas porque não têm mais visão nenhuma.” (ENT4)</p> <p>“Agora isto são tudo equilíbrios muito débeis. Qualquer coisinha se não for bem trabalhada não persiste e aqui estes jovens têm essa característica, não persistir. Desistem, não vão atrás. Rapidamente perdem tudo.” (ENT4)</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|---------------------------|--|
| | | <p>“Hoje o que é que nós vemos em grande parte destes miúdos que vêm das mesmas zonas? Vemos que usam roupa quase toda de marca, vestem uma roupa de determinado tipo. Não vou dizer se é cara se não é, não vou dizer isso. Hoje a roupa tem muitos preços mas, enfim, as lojas são sempre as mesmas. Não vou dizer se são caras ou são baratas. São lojas normalíssimas de roupa jovens. Bershka, enfim coisas jovens.” (ENT4)</p> <p>“Mas vestem roupa e calçam sapatos com, enfim, com algumas qualidades e com algumas características. Apesar de ter muitos preços. Portanto, não vestem qualquer coisa. Já não estamos no tempo em que se chegava e que a roupa que eles tinham era toda para o lixo porque não se aproveitava nada. Os sapatos não tinham sola. Os sapatos não eram o número deles. A roupa era toda, enfim, toda menos da moda. Portanto, era o que havia. O que dava as Cáritas e o que se dava qualquer coisa. Hoje não. Hoje toda a gente que entra aqui, à exceção de um caso ou outro, mais de maior pobreza, não vêm assim. Trazem roupa de marca e aqui, um aspeto importante da vida de internamento reforçam esse aspeto. Precisamente porque é que eu acho? Porque é que eu acho... precisamente porque quando a gente olha o que é que a gente acha? Acha que reforçam precisamente esse aspeto porque esta cultura grupal da delinquência.” (ENT4)</p> <p>“Por exemplo, estes jovens muitas vezes não conhecem o seu país, não sabem o que é a sua fronteira, não têm cidadania. Desconhecem-na completamente.” (ENT6)</p> <p>“Eles são juízes e carrascos mas são muito observadores porque no fundo foi à custa disto que eles foram sobrevivendo. Eles analisam muito pessoas...” (ENT6)</p> |
| | - Relação entre colegas | <p>“Tudo isto aqui é a agravar, é 100 vezes mais. Todas estas características são 100 vezes mais. Completamente ‘destrambulhadas’, jogar à bola, aquilo já nem é jogar à bola. Aquilo já é, já nem sabem jogar à bola, já não há tempo para jogar à bola é atravessarem-se, acabam o jogo à pancada se for preciso. A agressividade vem toda ao de cima.” (ENT4)</p> <p>“Quer queiramos quer não são manifestamente inicialmente agressivos uns com os outros e toda a gente quer ali mostrar se calhar até às vezes o que não é. São muito territoriais, querem muito mostrar que cada um manda no seu espaço.” (ENT5)</p> |
| | - Relação com os técnicos | <p>“É assim... eu tenho uma opinião e todos os meus colegas e têm uma opinião diferente porque os miúdos são para as pessoas, o que as pessoas são para os miúdos, não é? E tudo parte daí. Quer dizer, não posso muito mais explicar porque cada pessoa tem uma tendência, os miúdos tem uma tendência para a pessoa. Uma pessoa é assim, eles são assim... e outra pessoa é assim e será assim. E depois depende muito da</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>maneira de estar da vida das pessoas para haver, possivelmente, o respeito. Por exemplo, eu não vou estar a dizer é assim: uma mulher tem um relacionamento diferente com eles do que com um homem. Logo à partida se é homem ou se é mulher, influencia logo bastante. Depois se é homem: se tem porte físico se não tem, se é novo se não é, se já tem muitos anos, se não tem, a maneira que fala... tudo isto influencia neles.” (ENT 2)</p> |
| Pessoal Técnico sob diferentes olhares | - O papel da direção sob olhar dos técnicos | <p>“É uma relação tão assimétrica, a justiça é muito complicado. É muito pirimidal e o diretor está na pontinha o iceberg. E quando desce cá em baixo não é para coisa boa. Nunca é para elogiar. Vem porque vai dar cabo de uma situação qualquer e já está a pôr toda a gente atemorizada. Eu não preciso de falar porque está lá e assiste e vê. A posição que é às vezes chega a ser pesada e ostensiva. É muito complicado.” (ENT5)</p> <p>“E ainda o que temos é custeado do bolso do próprio diretor. Temos que dar graças. É o pai daquela instituição de facto porque põe muito dinheiro do seu bolso para se fazer alguma coisa. Mas por outro lado eu acho que ele como diretor não precisava sequer de por nada do bolso dele. Tinham era que participar as necessidades. Tinham era que expor esta vergonha que é a falta de coisas que são quase como os bens essenciais que é preciso ter em casa. Mas alguns preferem pagar do bolso do que falar pelo medo. Mas medo de quê? Isso é que eu não entendo. Medo de quê?” (ENT5)</p> |
| | - A figura dos professores sob o olhar da direção e dos técnicos | <p>“Os professores que tem interesse por nós e que riem para nós e que tem simpatia a gente nunca mais os esquece, são significativos. Os outros a gente “oh pá, aquele passou por mim uma vez, ia lá para a sala, nem cumprimentava, tava sempre a fazer um frete”. A gente nunca mais se lembra deles. O trabalho com crianças é isto, sejam eles quais forem, chamem-lhe o que quiserem. É isto, é investir onde se pode, percebendo bem que os handicapes é aqui, nós temos que admitir. Os handicapes são muito grandes. Na mesma sala há individuo que sabe ler muito bem e outro que não sabe ler, tudo na mesma sala. Como é que se consegue conciliar isto? É muito difícil.” (ENT4)</p> <p>“Nota-se também que não há ali uma fiscalização direta àqueles professores que ali estão e eu que faço a articulação noto muito isso. Ninguém chega a horas à sala de aula. Não há um respeito pelo jovem que está à espera nem por nós. Toda a gente sai antes do tempo, 10/15 minutos antes de acabar a aula. As aulas são constituídas por um contingente de 5, 6, 7 alunos no máximo cada turma.” (ENT5)</p> <p>“...a maioria dos professores também inclinam pela rua mais fácil que é “oh pá, o que é que querem fazer? Não estão para aqui virados? Vamos parar agora um bocadinho”. (ENT5)</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>“De facto em relação à escola acho que muito havia de mudar. Não digo que não haja ali um professor ou outro que fuja à regra e que consiga dar a matéria. Há mas a maioria acaba por escolher a via mais fácil.” (ENT5)</p> <p>“... como profissional noto que falta ali qualquer coisa, falta ali uma mecânica qualquer que seja mais justa e mais pró ativa da forma de ensinar, da dedicação dos professores que acho que lhes falta a todos um bocadinho.” (ENT5)</p> <p>“Os professores que lá estão na sala não podem ser uns infelizes, não podem ser uns tipos que andam para ali encostados e que ninguém lhes liga nenhuma, tem que ser apoiados.” (ENT6)</p> |
| | - O papel dos TPRS na sua própria perspetiva | <p>“Eu no meu caso eu faço talvez uma intervenção um bocado liberal, penso eu. Não uma intervenção tão linear mas faço uma intervenção sempre.. nunca deixo de fazer mas faço-o de uma maneira mais informal, digamos assim, para que as coisas não sejam assim muito pesadas. Se tiver que ser, é lógico que sim. Neste sítio, se tiver que ser a gente intervém dessa maneira. Se não, normalmente por pequenas coisas costumo ser um bocado mais informal, mais de adverter do que punir. E essa é a minha maneira de ver porque também lá esta... desde o início da conversa, tenho outra maneira de eles olhar para mim. Fisicamente é difícil eles entrarem, querem entrar num confronto, é difícil certas coisas e então é mais fácil para mim trabalhar dessa maneira. Agora, quem não tem sequer se calhar essas aptidões arranja outros métodos para conseguir chegar. Ou sendo mais rígido, sendo menos informal, sendo mais ameaçador. O que me leva a mim é que eu não necessito dessa maneira de trabalhar mas sei quem trabalha e respeito a pessoa, cada um é como é para a gente chegar aos nossos meios.” (ENT 2)</p> <p>“... nós não somos guardas prisionais, não me sinto de todo carcereiro. Sinto-me um educador e é por esse motivo que vim estudar para aqui para as Ciências da Educação. Porque é isso que eu sinto, acho que devíamos por um lado ser mais valorizados profissionalmente mas por outro também havia de ser exigido a nós TPRS outra formação. Exigir e que nos dessem a formação.” (ENT5)</p> <p>“... infelizmente o número de técnicos profissionais não é assim tão grande. Nos últimos anos tem saído muita gente e não têm sido substituídos porque depois também querem alguma coisa melhor. Querem melhorar a condição de vida. Porque de facto é um trabalho muito cansativo, muito complicado mas depois em termos de remuneração é de facto muito baixinho, é mesmo muito baixinho.” (ENT5)</p> <p>“Não é puxar a brasa à minha sardinha mas eu acho que no que toca à nossa intervenção de TPRS dificilmente podemos fazer mais do que o que fazemos. Porque quer queiramos quer não, nós temos que</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | | <p>conduzir o nosso trabalho de acordo com as normas e regras. Portanto, nós limitamo-nos a fazer o nosso conteúdo funcional.” (ENT5)</p> <p>“Nós preocupamo-nos com a saúde do jovem, com o seu bem estar, se arruma bem o quarto ou se não arruma. Quem é que lhe dá e cria as rotinas ao jovem? Somos nós. Desde o levantar ao deitar. Grosso modo nós somos os substitutos dos pais e das mães.” (ENT5)</p> <p>“E qual é a obrigação de um TPRS como educador ali? A obrigação é realizar todo o tipo de trabalho que seja necessário fazer na altura. Até se calhar pegar no jovem ao colo e pô-lo sentado na casa de banho se necessário for. Tem que se ter estomago para tudo. O que é que se há-se fazer? Ou ajudar a dar banho se for preciso. A gente tem que fazer tudo. É uma polivalência total e absoluta. Quem não for capaz tem que permitir dar o lugar a outro mas não dão. Já se sabe que não dão. “Isso já não faz parte do meu conteúdo funcional”, ouve-se de vez em quando essas coisas.” (ENT5)</p> |
| | -O trabalho do TSRS sob ponto de vista dos TPRS | <p>“Está bem que o técnico superior analisa o caso, analisa o processo e nesta equipa multidisciplinar ele é que vai conduzir o trabalho de TPRS desta ou daquela forma para que seja levado a cabo um projeto. Não é verdade o que eu acabei de dizer. Isto não é verdade. Qual projeto? Isto não é verdade. Se os projetos forem todos diferentes então porque é que trabalhamos com todos por igual? Então porque é que eles só podem escolher eletricidade, eletromecânica, pintura e construção civil? Então mas se a vocação for outra? Não, tem que ser aquilo. E todos não se levantam à mesma hora e deitam-se à mesma hora de acordo com as fases? O sistema não é chapa 4? Não é um copy paste? É, então não é. Nós sabemos que é. A mesma coisa se passa em termos de relatórios. Nós sabemos. Há uma estrutura de um relatório que é feito para os bons, menos bons e maus com determinados itens e depois como é que se fazem os próximos? Com este item que sai dali, com aquele item que sai de acolá mas na verdade os relatórios são muito copy paste. Portanto, é assim tão importante o técnico superior? E ele cria o tal sistema e conduz a máquina a trabalhar daquela maneira para aquele jovem? Não, não sinto isso. Nunca senti isso.” (ENT5)</p> <p>“Então se o técnico não está na unidade como é que ele coordena o que o TPRS vai fazer? Vai lá fazer uma refeição. Já é bom, não faziam nenhuma. É há pouco tempo, isto existe há pouco tempo. Vai lá ouvir o jovem ao gabinete, sim mas há uma hora para ir não é todos os dias quando o jovem necessita. Isso não acontece. De facto o técnico superior ali ele não é de todo um técnico residencial. Agora também posso dizer assim precisavam de haver mais técnicos. Uns que se calhar ficassem um bocadinho mais atrás para fazer a parte mais burocrática. De acordo, ok. Mas então porque é que não se fala nisso? Por causa disto mesmo que é:</p> |

| | | |
|-------------------------------|---|---|
| | | há pessoas dentro desta área que tem ordenados ridiculamente muito altos. E quem mais ganha mais sente que tem a perder falando.” (ENT5) |
| | - A postura da equipa de Segurança na perspetiva dos TPRS | <p>“... à semelhança da empresa de segurança que lá está, não lhes cabe a eles uma relação. A imagem é sempre só uma: disciplinadora. Ponto final. Uma imagem musculada e até direi que na maioria muito mal formada. Muito mal formada. Porque, agora olhando para o segurança, um segurança pode ir para ali e com que formação? Nenhuma. De onde é que ele vem? Não sabemos. O que é que ele fazia até então? Também não sabemos. (...) E depois não é por acaso que às vezes alguns até falam lá e falam até de mais das proteínas, das muitas drogas que tomam para ganhar músculo. Porque quer queiramos quer não são pessoas que só ligam muito ao corpo. São muito ligados à parte física, não é? E até induzem em erro o jovem porque é “eu singrei à custa do meu peso, do meu músculo” e nós o que lá queremos é precisamente destituir essa ideia.” (ENT5)</p> <p>“... o físico trabalharem eles toda a vida. Nunca trabalharam foi esta coisinha que está em cima do pescoço e muito do que lá temos da segurança é muito isso. Eles também não, nunca trabalharam. E estar ali muito próximo deles é mau. É mau. A natureza do trabalho deles não é aquela.” (ENT5)</p> <p>“Podemos dizer por exemplo que quase uma centena de seguranças por lá passou e foi convidado a sair. Portanto, ilustra bem aquilo que eu estou a dizer. Porque chegam lá com mais tatuagens que aqueles jovens, mais musculados que aqueles jovens e às vezes com pensamentos bem mais infantis e bem mais deslocados que aqueles jovens.” (ENT5)</p> <p>“Não digo que na equipa de seguranças que não haja lá uma serie deles com qualidades ótimas porque há, porque vou ter saudades deles. Agora que acho que não havendo uma formação e não havendo um escrutínio rigoroso avaliativo das pessoas que vão para lá corremos o risco como temos corrido de uma série de gente que depois temos de correr dali para fora porque de facto não são as pessoas mais capazes em termos de personalidade para estar ali. E depois é assim quem é que pagou com isto? O não ter havido uma avaliação do segurança X, Z para estar ali. O jovem. O jovem e nós porque nós estamos a fazer um trabalho e alguém está-nos a barrar aquele trabalho e está depois a encher os ouvidos ao jovem “oh manda lixar esse gajo, ele não está a dizer nada de especial. Eu também me safei à base da paulada”. Eu já ouvi isto.” (ENT5)</p> |
| A chegada ao Centro Educativo | - A adaptação | “Posso enumerar tantas outras mas esta para mim é fundamental que é o jovem entrar ali, olhar para aquele arame farpado, aquelas camas, ser revistado e imediatamente logo a seguir é-lhe dado um kit de uma roupa, roupa essa que na maioria das vezes eles odeiam não é? Porque é uma roupa muito simples ou já usada, |

| | | |
|--|-------------------------------------|--|
| | | devidamente desinfetada mas usada, é-lhe dado um número, um saco X, o quarto X e de repente, então para aqueles que nunca andaram naquilo... opá, vais ter aqui um Plano Pessoal Educativo, estás na fase 0, vais ter 30 dias para fazer não sei o quê. É uma bomba atômica na vida do jovem.” (ENT5) |
| | - Direcionamento para a intervenção | <p>“ [A YLS] é uma entrevista que é realizada aqui no centro e em que nos da, no fundo, mais ou menos, uma grelha das necessidades em que é preciso trabalhar com os jovens. São encaminhados muitas vezes, também, por exemplo, para a pedopsiquiatria, quando as características deles nos indicam que há necessidade e depois tem o programa de controlo de regulação emocional, temos o gabinete de apoio psicológico, temos vários programas que fazem com que a gente tente-lhes dar competências para eles aprenderem a dizer “não” e aprenderem a resistir.” (ENT 1).</p> <p>“ São encaminhados por nós e quando nos achamos que aquele programa é necessário eles são obrigados a ir. O GPS25 é obrigatório por todos os centros do país. São dados a todos os jovens. Os outros, cada centro tem os vários programas mas desde que nós achamos que ele necessite, o jovem é obrigado a ir porque está justificado no PEP dele. Quando nos fazemos o Projeto Educativo Pessoal já temos feito a YLS portanto já temos mais ou menos o perfil do jovem. E no perfil do jovem se vai que ele precisa de controlo da cólera ele terá que frequentar o programa de controlo da cólera. Portanto, ele não tem opção. Digamos, pode estar lá mais contrariado ou menos contrariado mas são tudo programas de treino de competências em que eles são obrigados a frequentar.” (ENT 1)</p> <p>“O jovem vai sendo entrevistado, de acordo com o material estruturado, material técnico estruturado para o efeito e depois vai-se a partir daqui começar a delinear um percurso. Enfim, como se chama, um projeto para aquele jovem. E depois esse jovem, neste caso no nosso centro, é sujeito a programas, alguns programas que a lei determina, que o serviço considera globais, considera gerais, considera que todos os centros têm que aplicar. Porque a lei determina.” (ENT 4)</p> <p>“Este jovem chega e temos esta primeira abordagem. (...) Abordar no sentido de perceber o jovem, o que temos pela frente, as problemáticas que temos pela frente. Enfim, conhecer o que se passa, o que é que em relação àquele jovem, enfim, os aspetos importantes, os fatores mais importantes para depois começar a fazer algum trabalho.” (ENT6)</p> |
| | Preocupações e objetivos | “Por exemplo, se é um jovem que tem muitos ataques de fúria, a mensagem que nos queremos é que ele consiga controlar o seu comportamento, aprenda o controlar o seu comportamento. Por exemplo, um jovem |

| | | |
|---|--|---|
| <p>A intervenção no cumprimento da pena</p> | | <p>que tem muitos conflitos familiares, ajudá-lo através da intervenção com a família, minimizar, que eles consigam conversar, que não seja só gritos ou que não seja só discutir.” (ENT 1)</p> <p>“Nós fazemos sempre uma articulação com a família. Mas quando há casos muito graves e que nos vejamos que é preciso mediação, nós fazemos. Não é obrigatório mas faz-se.” (ENT1)</p> <p>“Porque a evolução acabam por ser sempre. Há sempre evolução, sempre, sempre. Porque eles também vêm numa fase um bocado terminal da delinquência. É muito difícil eles conseguirem, digamos... manter esse lado negativo durante muito tempo, não é? Vem muito em baixo, qualquer coisa que seja é significativa.” (ENT 2)</p> <p>“Então a construção de um projeto de vida é o que nos dá mais garantias de sucesso.” (ENT3)</p> <p>“Ou seja, ele ser encaminhado para um sitio onde tem uma ocupação, um trabalho, ou um curso que gosta e com o qual percebe que poderá ganhar coisas é um dos fatores de proteção mais fortes. A seguir ter uma família que co-construiu com ele este projeto e que vai ser aliado no jovem neste projeto. A seguir, motivação interna para continuar a estudar e ter entendido que vale a pena construir um projeto de vida alternativo aquele que trazia antes e ter capacidade de criticar o projeto que trazia antes, um projeto ligado à delinquência que lhe trazia ganhos, que lhe trouxe, numa determinada altura, ganhos que ele precisou mas que havendo uma alteração na vida dele, ele deixa de necessitar de fazer essas coisas, não é? E pode ter aquilo que precisa de um forma que não o leve a ter problemas com a justiça. É desta forma que temos vindo a trabalhar com os jovens os projetos de vida. Tendo sempre em conta aquilo que são as necessidades do jovem.” (ENT3)</p> <p>“Porquê intervir? Quando eu digo intervir, não é só intervir até judicialmente, deve-se intervir porque a gente sabe que são jovens que estão em sofrimento. Todas estas histórias/trajetórias de jovens que vem aqui parar ao centro, nós percebemos que são um com junto de fatores de risco que se acumulam. Portanto, se nós sabemos que é isso, se isso é um dado consensual, não é? Foi feita uma meta-análise e sabe-se que em milhares de pessoas foi isso que aconteceu, porque determinados fatores de risco se acumularam. E nós sabemos que os fatores de risco têm uma tendência para se agravar, não para melhorar sozinhos, não é? Eles não melhoram sozinhos, só com intervenção é que eles melhoram.” (ENT3)</p> <p>“O debate sobre a intervenção cai muitas vezes em dois pólos: uns que defendem a prevenção e outros como defendem o internamento como uma possibilidade e uma necessidade. Quando há jovens que acumulam fatores de risco... Nós trabalhamos num local onde nos chegam jovens que acumulam fatores de risco. A</p> |
|---|--|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>intervenção passa por diminuir os fatores de risco e aumentar os fatores de proteção. A nossa intervenção tem várias áreas. Como teria que ser, não é? Portanto, temos a parte do comportamento, temos a parte da escola, temos a parte da saúde, temos a parte de programas de intervenção que apontam especificamente para determinados fatores que aumentam a delinquência. Quais são? Quais são esses fatores e como é que nos preparamos a intervenção de acordo com os jovens que temos? Também há outro debate em relação a isso. Devemos ter programas generalistas, aplicados a todos os jovens? Ou os jovens devem ser direcionados de acordo com as necessidades que nos avaliamos? Eu concordo com a ideia de que nos devemos direcionar os jovens de acordo com as necessidades que nós avaliamos... ou seja, devemos avaliar primeiro as necessidades e depois então apontar um conjunto de programas para intervenção. Portanto, nós temos então estudos que nos indicam que tipo de intervenção... Portanto, nós temos o jovem aqui e a lei diz que nós intervimos no jovem. Nós não intervimos socialmente, nós intervimos no jovem. Portanto, nós estamos mais direcionados para aspetos pessoais, comportamentais, psicológicos, digamos assim... de intervenção.” (ENT3)</p> <p>“Começamos logo por primeiro da intervenção é o retorno à escola. É a primeira coisa que se faz, retornar à escola.” (ENT4)</p> <p>“É este, no fundo, o projeto que se pretende. Por um lado retomar a escola, por outro lado fazer formação, por outro lado adquirir formação e escolaridade.” (ENT4)</p> <p>“O que é que nós somos para estes jovens? Sabemos aqueles que transmitiremos alguns valores, não quer dizer que os outros não transmitam não estamos a pôr em causa o trabalho dos outros, somos aqueles adultos que mais horas vamos estar com ele no último ano ou nos últimos dois anos da vida dele antes de sair. Vamos estar aqui com ele quotidianamente. Vão falar connosco quotidianamente. Portanto, se nós ao longo destes dois anos transmitirmos só boas imagens e tratarmos com os jovens todos os assuntos de forma positiva e abordarmos todos os assuntos de forma positiva o jovem sai com uma visão positiva sobre muitas coisas.” (ENT4)</p> <p>“É importante perceber que é preciso dar isto tudo ao jovem e de forma ligada e às vezes isso é que pode não se conseguir. Mas de forma ligada, fazer perceber que nisto há um sentido e esse sentido muitas vezes começa pelo nosso comportamento e pela nossa modelagem em relação às coisas. A forma de falar, a forma como se diz as coisas, a forma como se aborda os assuntos, a forma como se faz... todas estas coisas são importantes num sítio como esse.” (ENT6)</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|-----------------------------------|--|
| | <p>- Constrangimentos de Ação</p> | <p>“Num sítio como estes os profissionais, agora voltando ao internamento, os profissionais tem que ter sempre uma noção e às vezes a formação e a especialização não é suficiente para isso tem que ser sempre uma formação que estamos no fim da linha.” (ENT4)</p> <p>“Claro quem está por trás mais junto dos gabinetes que não esteja ali no terreno no dia-a-dia critica essa nossa ação «Pá, o senhor não tem nada que fazer uma coisa dessas. Isso não faz parte do seu conteúdo. Tem que se guiar pelo conteúdo. Estes são os parâmetros da lei, estas são as normas, estas são as regras. Não pode funcionar de outra maneira. Não fale disto. Não fale daquilo”. As vezes podemos até ser acusados de “falam de mais».” (ENT5)</p> <p>“Permita-me o desabafo: até somos levados ou até somos criticados quando queremos ultrapassar isso mesmo e somos mal interpretados. Portanto, estamos muito limitados. Eu faço sempre essa guerra e fiz sempre essa guerra que é quando faço mais alguma coisa “mas isso já não é consigo” mas eu continuo a fazer. Eu sou assim.” (ENT5)</p> <p>“Às vezes na reunião após o almoço, e eu que gosto imenso de falar com eles e de ouvi-los e discutir, não posso. Porque já está o horário a pedir que temos que descer. E é isso que me revolta e é isso que critico o ensino ali. Mas que porra! Eu vou ter que parar uma coisa importantíssima que estamos ali a discutir e noto que tenho os miúdos todos ali a ouvir e com uma atenção tremenda que não acontece todos os dias mas vou ter que descer, vou ter que parar. Para descer para fazermos o quê? E depois descemos e esperamos às vezes 10 ou 15 minutos para que chegue o Senhor Professor porque raramente aquilo ali começa à hora certa.” (ENT5)</p> |
| | <p>Limitações e Sugestões</p> | <p>“Mais técnicos, essencialmente. Onde poderíamos melhorar era haver mais técnicos para mais facilmente se poder dar, estar mais individualmente com os jovens. Porque quando se está, por exemplo, semanalmente com um jovem há outras coisas que vão ficando para trás e se houvesse mais recursos humanos isso não acontecia.” (ENT 1)</p> <p>“Ok, ao nível dos centros educativos aquilo que mais me angustia foram aqueles casos de insucesso que lhe falei e que tem a ver com o centro educativo e tem a ver com o sistema. Tem as duas coisas aqui. É necessário haver uma alteração para casos que, para aqueles casos em que nós, realisticamente, percebemos que não houve uma mudança de fatores de risco e que aquele jovem continua a estar ele próprio e a colocar em perigo os outros. Em termos do centro educativo acho que precisávamos de mais recursos para conseguir</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>chegar à intervenção de todos. A mais jovens, ainda a mais jovens. Colocar a intervenção ainda mais disponível para mais jovens, haver mais pessoas a fazer programas.” (ENT3)</p> <p>“Nós temos ainda, como é que eu hei-de dizer, nós temos a intervenção ainda muito direcionada para a formação profissional, tecnológica e ainda não está verdadeiramente institucionalizado o espaço da intervenção nas outras áreas que nós já sabemos que são fundamentais, aquelas que referi. No fundo, retiramos, por exemplo, das atividades, da formação, digamos assim, para colocá-los... mas devia ter mais... diria que deve haver um peso na estrutura já designado do dia-a-dia para os programas. Acho que é essa mudança que tem que se fazer. Tem que se criar um género de ateliers com um espaço físico, são uns ateliers onde se trabalha determinadas competências e os jovens dessas... parte já faz mas eu acho que deveria ser mesmo como nós temos a estrutura do dia-a-dia do jovem, institucionaliza-la, haver aquele espaço em que se sabe que são ateliers. Que é obrigatório, que podia ser obrigatório. Não é pela sua obrigatoriedade mas a gente sabe que é aquilo que funciona.” (ENT3)</p> <p>“Devia haver um mecanismo, a lei tentou agora, nesta alteração da lei, que tentou arranjar um mecanismo. Ou seja, tentou criar um mecanismo que se chama supervisão intensiva, ou seja, a medida acaba mais cedo e haver uma supervisão intensiva à saída. Só que ainda não estão criados os meios, está escrito no papel ainda... está escrito no papel, há uma intenção, já toda a gente... já toda a gente não, já algumas pessoas perceberam que há esta lacuna só que ainda não existe os meios efetivos para que isto aconteça. Na lei já está, não é? Já há uma ideia neste sentido. Agora, é preciso criar, operacionalizar esta ideia que ainda não está... ainda é difícil de concretizar esta ideia porque é assim... quem é que vai acompanhar este jovem? É alguém que conhece o jovem? É alguém que vai motivar o jovem? Quem é que é a pessoa? Onde é que está essa equipa que vai acompanhar o jovem? Porque até essa equipa... tem que conhecer essa equipa enquanto está aqui...” (ENT3)</p> <p>“O que eu gostaria que fosse possível a acontecer e julgo que naquela casa não será é ser técnico superior mas residencial. Mas residencial na verdadeira ascensão da palavra. É estar ali em contacto direto com o jovem sempre que possível. Mas este sempre que possível não é desculpar por trás da secretaria ou dos muitos relatórios que têm que fazer para quase nunca aparecer. Não, pelo contrário. Era estar ali permanentemente.” (ENT5)</p> <p>“Acho que de facto quem está no terreno que devia ser um bocadinho mais valorizado, devia nomeadamente ter um apoio psicológico. Porque quer queiramos quer não nós também temos problemas no nosso dia-a-dia</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>peçoais e se não andarmos com eles bem resolvidos isso vai-se manifestar. Acho que havia de haver uma preocupação.” (ENT5)</p> <p>“Não somos perdidos nem achados, as formações elas são muitíssimo poucas, quando as há também não há muita oportunidade de as ir realizar porque somos muito poucos e sairmos significa ter que chamar gente ao serviço.” (ENT5)</p> <p>“... era importante que também fôssemos auscultados, fôssemos ouvidos por alguém que também nos pudesse ajudar, não sei se um psicólogo ou ligado a essa atividade que nos pudesse ouvir de vez em quando. E se tivéssemos lá um gabinete com alguém lá que fosse direcionado a nós eu acredito que não ia faltar gente a bater à porta com essa necessidade, não tenho dúvidas. Nem digo que tivesse que ser um psicólogo, até podia ser ligado às ciências sociais e humanas, alguém que conhecesse um bocadinho o nosso trabalho, alguém que nos ouvisse um bocadinho, que estudasse um bocadinho a matéria, que não estivesse até ligado diretamente aquilo, pois com certeza que não deveria estar. Mas que nos ouvisse, acho que temos todos nós uma grande necessidade às vezes de falar, de conversar, de contemplar algumas ideias e não as levar tanto para casa. Não levar o trabalho para casa, também é fundamental. Cria-se muitas dificuldades lá em casa, muitas, muitas, muitas.” (ENT5)</p> <p>“Ai tantas sugestões... Uma delas por acaso julgo que vai ser implementada que é criar equipas próximas de terreno. E já agora há tanto jovem que eu conheço aqui nesta Universidade com capacidade para fazer trabalhos espetaculares, fantásticos, maravilhosos e à volta deste tema que então que se aproveite esta juventude e que não se pegue, contra mim falo, nas pessoas que já estão a trabalhar há vinte ou mais anos nos Centros Educativos. Não, também não estou de acordo. Que se pegue nesta juventude, sem vícios e que ainda não tenha criado uma visão estereotipada das coisas. Que vá sem vícios e que vá munido apenas da sua paixão pelo tema, que se trabalhe de corpo e alma mas que lhe deem essa possibilidade. Fala-se em criar 25 ou 27 equipas de terreno, muito próximas do terreno. Espero eu que se consiga então fazer isso. Porque é isso que falta, é isso que falta.” (ENT5)</p> <p>“Eu acho que era preciso ouvir mais quem está no terreno. Era preciso ouvir mais o que é que lá passamos, o que é que lá sentimos, que necessidades temos.” (ENT5)</p> <p>“Se me disser, mas não há nada que o frustre? Não gostava de mudar nada? Gostava de mudar tudo. Gostava de mudar os professores que ali dão aulas, gostava de mudar a equipa de segurança que ali trabalha. Gostava que fosse exigida à equipa de segurança que antes de ir para lá que passassem pelo escrutínio de uma</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--------------------------------|-----------------|--|
| | | <p>avaliação mais ponderada possível porque para além de seguranças tinha que se avaliar um bocado como pessoas. Ou então dar-lhes uma formação capaz de uma ideia diferente e concetual daquilo que é feito ali no dia-a-dia e aquilo que eles podem ou não podem dizer. Os professores a mesma coisa. Uma coisa é dar aulas no liceu, outra coisa é dar aulas ali. É muito diferente. Também precisavam de uma formação especializada. Como nós também precisávamos de reciclar esta ou aquela formação que demos sei lá há quanto tempo.” (ENT5)</p> <p>“Então mas eu não trabalho com papeis trabalho com pessoas e isto mexe com as nossas emoções, mexe com os nossos sentimentos. Atribuímos uma carga emocional terrível, isto não é fácil. Por isso é que há pouco eu dizia tenhamos alguém capaz de nos ouvir, de nos ajudar num gabinete próprio que nós possamos ir lá e que seja o nosso porto de abrigo de vez em quando. Que tenhamos mais formação mas permitam-nos que a gente converse um bocadinho.” (ENT5)</p> <p>“Eu penso que também não é 3 anos de medida tutelar educativa que vai melhorar. Acho que isso também é nefasto para o miúdo. Acho que não havia de haver regime fechado. Aquilo não é uma cadeia. O regime fechado, o Srs. Drs. Juízes que me perdoem e as pessoas que percebem muito disto que me perdoem, é altamente destrutivo e descaracterizador para aqueles miúdos. Não faz sentido nenhum. Se acham que o jovem deve estar no regime fechado então ponham-no nas cadeias. Se é um regime fechado, é fechado no sentido absoluto. Acho que nenhum miúdo por pior coisa que tenha feito. O regime fechado devia de acabar. O único regime que devíamos de ter era semiaberto, fechado não. Que nefasto que é termos um jovem ali 1 ano ou 2 ou 3 sem nunca poder ir a casa e sabê-lo logo à partida que não vai. É terrível para a família, para ele.” (ENT5)</p> |
| A oferta educativa e formativa | Escola/Formação | <p>“Depois há a parte formativa. Portanto, a parte que tem a ver com a construção também com um projeto a nível formativo laboral. Portanto tem a formação e as aulas teóricas.” (ENT3)</p> <p>“Formação sob o ponto de vista, mas adquirir habilitações, escolaridade para quando voltar podermos ter um jovem que se integra com mais facilidade na escola, que o retorno à escola seja mais fácil e mais simples. E que daqui se parta para outros patamares da sua vida. Este é um dos primeiros pontos.” (ENT4)</p> <p>“... Um dos estudos recentes feitos sobre a intervenção nos centros educativos um dos aspetos que os jovens referiam era a avaliação da escola. Onde é que gostavam mais da escola? Se era quando estavam fora, se era quando estavam no centro educativo. Independentemente das condicionantes de estar dentro do centro</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>ou fora do centro, diziam todos que gostavam muito mais da escola no centro educativo. E porque é que se calhar gostam mais da escola...? Há vários fatores. Mas um deles poderá ser o quê? Poderá ser o facto de ser uma coisa que eu não posso escapar, poderá ser também o facto de serem salas mais pequenas, poderá ser também o facto da influência dos pares ser mais reduzida, ou seja, não ser tão ampla como na escola normal e pode ser também do facto do professor estar mais adaptado e o ensino ser diferente, ser mais individualizado.” (ENT4)</p> <p>“Não vou dizer que isto às vezes se possa passar aqui porque uma das técnicas usadas para aumentar a disciplina e para aumentar o existo na aprendizagem é reforçar a sala de aulas com outros professores. Porque enquanto um professor dá a matéria os outros ajudam a desbloquear aqueles alunos com mais dificuldades. Se me ajudarem a desbloquear e a mostrar interesse por mim eu vou ter muito mais interesse e sinto-me melhor em estar sossegado do que estar numa sala de aula com o professor a escrever no quadro e a falar de uma coisa que eu não sei o que é minimamente...” (ENT4)</p> <p>“No que toca à parte formativa, seja ela a parte base que nós chamamos assim, a parte teórica e depois a parte prática, não sinto que sejam cursos EFA. Eu chamo-lhes cursos UFA. E UFA porquê? Eu digo “ufa!” quando que me quero desenrascar de alguma coisa. Digo “ufa, desta já escapei” e eu acho que o ensino e a escola foi exatamente o que fez aos nossos jovens. Foi “desta já me ‘desenrasquei’”. Criaram ali uns cursos que não são EFA porque aquilo não é Educação e Formação de Adultos, eles não o são. Mas criaram ali alguma coisa que seja próximo ao curso EFA. Não lhe posso dizer a si “o que nós temos aqui são os cursos EFA”. Não pode ser porque se eles não são adultos não são num curso de Educação e de Formação de Adultos. “Ah mas é alguma coisa que se parece com aquilo” então é um curso UFA. Eu chamo-lhe assim, é um curso UFA. Porquê o curso UFA? Porque é o curso do desenrasque. É um curso? É assim, é um curso como tantos outros que há. Agora há uma disparidade deles, nomeadamente esses cursos das novas oportunidades, entre outros., em que se dá importância mais à parte prática que à parte teórica e mobiliza-se conhecimento para aquilo e mesmo a teoria está muito vinculada à prática para rapidamente se inserir no mercado de trabalho? Pronto se for isso, acho que nós estamos a fazer um bom trabalho. Se for com uma intenção de criar ali uma equivalência para depois eles irem para um liceu, estão preparados? Não. Nenhum deles. É muito simples.” (ENT5)</p> <p>“Mas as aulas de facto para-se muitas vezes. Não é difícil, basta estar ali um bocadinho no corredor e olhar lá para dentro e verifica-se que é um bocadinho mais do mesmo. Alguns até se sentem um bocadinho</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|---|--|
| | | <p>diminuídos quando vem o S. João ou vem o Natal e fazem uns recortes, uns posters que se faz na primária e assim umas coisas e sentem-se um bocadinho insultados “mas afinal de contas o que é que estamos aqui a fazer? Mas eu já não sou um miúdo. Agora estar aqui a fazer coraçõezinhos”. Outros dizem “pronto eu já não sou um miúdos mas apesar de tudo prefiro estar a fazer isto que estar agora a fazer contas”. Então calam-se e fazem. E quanto mais dias for daquilo e depois aquele coração nunca mais acaba. Já se saber, eles estão ali por esse motivo que é porque não gostam de ir às aulas.” (ENT5)</p> <p>“O ensino que ali demos não é suficiente para nenhum deles depois em matéria de capacidade de adaptação a um liceu não é.” (ENT5)</p> <p>“É um bocado isto que é, a pergunta é: então que curso é este? É o EFA? É mas agora reajustamo-lo a esta realidade. Mas o que é que está por trás a este reajustar daquela realidade é o facilitismo. É o laxismo.” (ENT5)</p> <p>“... até aprendem o que lá é dado porque manifestamente é mais fácil. Lá está, é reajustado àquela realidade. Mas se reajustarmos àquela realidade, quando eles saírem a realidade é outra. Então e depois como é que é? Pronto, é a única interrogação e é o único defeito também que coloco ao nosso trabalho no geral, é esse. Não digo que são os professores, é o sistema que está assim. Está assim implementado.” (ENT5)</p> |
| | Programas de Satisfação de necessidades | <p>“Bem... nos temos várias formas de intervenção, não é? Temos as tutorias que são quinzenais. Apesar de que quando o jovem tem mais necessidade de conversar ou tem algum problema até é todos os dias, estamos em atendimento permanente. Depois temos o gps25 não é? Que é um programa de treino de competências que é obrigatório. Depois, podem ser encaminhados para vários programas consoante as necessidades que muitas vezes nos dá através da YLS.” (ENT 1)</p> <p>“Tudo quanto nós fazemos no fundo é porque achamos que é útil, não é? Mas a parte das tutorias, daquela intervenção individual com o jovem, ou no gabinete de psicologia, aquela intervenção, para mim é das mais...” (ENT 1)</p> <p>“Temos então programas de competências pessoais e sociais, como o GPS 25 ou como o treino de competências para a resolução de problemas sociais. Depois temos então direcionado para a agressividade e para a impulsividade, estratégias de regulação emocional e de controlo da cólera e temos para as distorções cognitivas ou técnicas de neutralização temos os dilemas morais. Portanto... para o comportamento, para a autorregulação, para o autocontrolo... temos também um programa de contingências que ajuda o jovem a</p> |

| | | |
|--------------------------------|--------------------------------------|---|
| | | <p>controlar-se, a orientar-se para objetivos. Temos ainda programas de aconselhamento, de monitorização, de aconselhamento, de acompanhamento que ajudam a refletir, não é? De alguma forma, refletir, a motivar para a mudança, fazem a ponte com a família e é onde se constrói o projeto de vida. Depois há intervenção psicológica que é realizada no gabinete de psicologia e que é direcionada à impulsividade e que, no fundo, tem a ver também com o projeto de vida, a construção de um projeto e ajuda, de alguma forma, a descolar. Portanto, ajuda, de alguma forma, a criar uma identidade, mais construtiva, mais aberta, haver outras soluções e a afastar-se de uma identidade ligada à impulsividade, à agressividade. Pronto, é isso que se faz assim de um modo geral.” (ENT3)</p> <p>“Depois, o treino de competências visa, fundamentalmente, o quê? Enfim, saber estar com os outros, olhar para os outros. Porque os adolescentes, também está nos compêndios, adolescentes delinquentes juvenis não têm o outro, não existe.” (ENT4)</p> |
| A Reinserção Social dos Jovens | - Expectativas dos técnicos | <p>“Eu vou-lhe explicar. É assim: de início a gente tem sempre aquela ideia de ajudar, de ajudar, de ajudar... querer dar um conselho, “olha não faça isso, faz aquilo...”, “não faça assim...”, “olha, a vida não é assim...”. E depois chega a um ponto que não, não vale a pena. Não vale a pena. (...) Não, não vale a pena. Eles são assim, os miúdos são assim. Não vale a pena. Eles nasceram assim, criaram-se assim e serão assim. Não vale a pena. Esta intervenção é uma intervenção para fazer até quase parte do currículo daqueles delinquentes que daqui a uns tempos vão presos e “Ah, eu até já tive assim...” “E conheceste este?” “Ah, conheci...” Pronto, já está integrado e é esta a integração deles na sociedade. Não vale a pena!” (ENT 2)</p> <p>“Porque se valesse a pena eles já tinham invertido, ou seja, o que estamos a falar são indivíduos que o que é que vai acontecer? Vão continuar. Um dia voltam e aparecem aqui na porta para entrar.” (ENT4)</p> <p>“A maioria dos jovens que lá se encontram e estão instituídos acho que não me apresenta a mim razões que não me levem a acreditar que a sua reinserção que vai ser possível e que se vai realizar. Eu acredito à partida e é assim que trabalho, é com esse intuito que toda a gente que ali está vai conseguir singrar ou no mercado de trabalho, ou numa universidade ou num liceu, no que quer que seja. É para isso que estamos ali a trabalhar. Se entrarmos por aquela porta dentro e não acreditarmos nisso acho que não vale a pena estarmos ali, não é?” ENT5)</p> |
| | - Falta de oportunidades no exterior | <p>“E é tudo difícil... não há prioridade, não é? Não há prioridade para estes jovens, que devia haver. Com um jovem, digamos assim, uma pessoa com um nível de vida estruturado se não arranjar emprego não vai cometer crimes, quer dizer. Não arranja emprego, fica desanimado mas isso não cria um problema de justiça,</p> |

| | | |
|--|-----------|--|
| | | <p>não é? Um jovem destes se não arranjar emprego, arranja um problema de justiça a seguir. Vai roubar. Ele é prioritário. Por muito que nos custe a perceber isto, ele é prioritário. Ele deve arranjar primeiro que as outras pessoas que não têm problemas com a justiça, parece-me lógico. Se é uma pessoa em risco ele é prioritário. Nós temos dificuldade em ver isso, não é? A primeira coisa que se diz é que não há vaga. “Ai a vaga já foi preenchida”. Se for para um emprego a vaga já foi preenchida, se for para uma escola não há vaga. Nós não pensamos para a frente, nós não pensamos nas consequências. Somos impulsivos, não pensamos nas consequências do futuro. Se for para a cadeia o Estado gasta um dinheirão e o mal social que causa. A perturbação social que causa, mas isso não é equacionado.” (ENT3)</p> <p>“Se todos os outros têm estes problemas, estes jovens estão no fundo da tabela. Portanto, todos estes jovens que já têm problemas com a justiça, depois ligados a problemas, a questões que tem a ver com o foro pessoal, ou seja, de estruturação da personalidade, das suas características pessoais, com perturbações, isto torna-se realmente muito difícil. E há casos, efetivamente, que são sob o ponto de vista de reinserção muito difíceis. São pessoas que se calhar toda a vida precisam de ser protegidas, emprego protegido, coisas muito protegidas.” (ENT4)</p> <p>“Um jovem chega aqui a fazer 18 anos, chega aqui a fazer 18 anos, não sabe ler, não sabe escrever. Num mundo como o de hoje em que milhares de gente a estudar, onde é que vai arranjar emprego? A fazer o quê? Quando há milhares de imigrantes que se levantam às 5h da manhã e às 6h e trabalham horas a fio, não têm capacidade para concorrer com outros, vão ficando pelo caminho.” (ENT4)</p> <p>“A resposta social, por vezes, é muito difícil, não é fácil. Os jovens, por vezes, também não são fáceis as estruturas, por vezes, têm muita gente.” (ENT6)</p> |
| | - A saída | <p>“Para já o contexto e o encaminhamento. O contexto social, ou seja, para onde e que o jovem vai quando sai? Qual é o contexto para que ele vai? É o mesmo? O mesmo não é porque ele muda, a mudança... não se consegue parar o tempo, é isso que eu quero dizer. A mudança está sempre a acontecer, não é? O contexto para onde ele vai mudou? A perceção do jovem sobre o contexto mudou? Ele vai ser encaminhado para uma coisa que ele de facto quer, ou vai ser encaminhado para uma coisa que está disponível? Não é verdadeiramente um projeto do jovem.” (ENT3)</p> <p>“Aqueles pessoas que estão numa situação de vida tao difícil, tao difícil cujo prognóstico seja assim tao difícil de perceber, não é? Deviam estar a vigiá-los sempre... Vigiados no sentido de protegidos, está a perceber? Ou seja, terem uma medida que pode ser para toda a vida, não é? Não é essa a ideia, não é? Não é essa a</p> |

| | | |
|--|--------------------------|--|
| | | <p>ideia. Mas uma medida que pode ser para toda a vida, caso aquela pessoa nunca encontre um apoio, um suporte estruturado. Alguém tem que lhe dar esse apoio e esse suporte, tem que ser ajudada. Não se pode pôr na sociedade à experiência para ver o que é que vai acontecer, quando já todos nós sabemos o que é que vai acontecer.” (ENT3)</p> <p>“Portanto, se nós sabemos isto sabemos que à saída é um momento muito sensível e que tinha que haver mais apoio próximo do jovem, ou seja, nós não podemos passar a mesma situação ou uma contenção menor da vida daquele jovem como uma situação de «Olha agora acabou. Toma lá. Xau». Um jovem que era muito difícil... eu acho que era um investimento que devia ser feito. Todo o investimento que foi feito até ali pode ficar em causa se não houver outro suporte necessário à saída. Ou seja, o momento da saída é um momento chave. E da forma como está desenhada a lei, ou seja, há aqui uma espécie de dilema não é? De dilema entre “Ah mas a pessoa agora é livre e como é livre não se posso ir para lá interferir e tal na vida da pessoa”. É correta essa visão? Se calhar é, de facto é, também é. Mas fica depois a outra parte em que nós sabemos que aquela pessoa continua em risco e que não é uma questão de liberdade ou uma questão de proteção. Quer dizer, não é uma questão de restrição dos direitos da pessoa mas é antes uma proteção para que aquela pessoa tenha possibilidade, de facto, de construir um projeto de vida.” (ENT3)</p> <p>“Depois a reinserção e o êxito da reinserção, só em fases mais avançadas é que podemos fazer mais comentários.” (ENT4)</p> |
| | - O acompanhamento do CE | <p>“Sim, costumamos a continuar a apoiá-los. Muitas vezes, por exemplo, eles estão encaminhados para um curso de formação, quando saem ainda não têm começado... somos nós depois que continuamos a fazer a articulação. Eles próprios quando têm algum problema costumam procurar...” (ENT 1)</p> <p>“O encaminhamento é o tal problema. Ele acha que não tem que prestar contas mas todos temos que prestar contas. Portanto, nós prestamos todos contas... prestamos contas aos pais, prestamos contas à escola, prestamos contas aos sítios onde fazemos, prestamos sempre contas e essa prestação de contas é que nos faz estar bem com as coisas ou estar mal. Os jovens aqui quando saem, portanto, o processo de encaminhamento é sempre feito.” (ENT4)</p> <p>“O que é que nós iremos ter aqui quando fazemos o encaminhamento? Quando fazemos o encaminhamento preparamos tudo e nalguns casos podemos ter êxito, nalguns casos podemos ter mais dificuldades porque a resposta não existe como o alfaiate. “Ah eu queria um fato por medida”. Não existe esse tipo de resposta. Há</p> |

| | | |
|--|------------------|---|
| | | respostas que depois podem ser neste tempo, outras podem ser mais tarde mas há respostas. E depois essas respostas podem ser mais rápidas ou menos rápidas mas há efetivamente respostas.” (ENT4) |
| | - A Reincidência | <p>“Porque muitas vezes é a pressão do bairro. Nós ainda não temos muito bem a noção dos contornos em que ocorreu o crime em que ele se meteu. Mas tudo nos indica que aquilo foi não pensado por ele. Terá sido uma jogada, algum golpe de sorte de alguém que sabia e que o envolverem e ele não conseguiu resistir. Portanto, não conseguiu resistir à pressão do bairro e de voltar a reincidir.” (ENT 1)</p> <p>“Lá fora noto muitos deles presos, pulseiras, saem daqui e continuo a fazer as mesmas coisas... parecidas.” (ENT 2)</p> <p>“É um caso do ponto de vista da reinserção difícil, idade muito avançada, muito tempo com percursos desviantes muito estruturados e que, portanto, as alterações não são fáceis, são muito difíceis. Nos contextos atuais há alterações que são muito difíceis. Sem uma rede de suporte muito forte não são possíveis.” (ENT4)</p> <p>“Tem a ver com o próprio, tem a ver com as condições de evolução do próprio e das aprendizagens e aquisições que faz. Tem a ver depois com toda a sua estrutura e com quem se vai relacionar, neste caso, quando cessar a medida. Com o nosso encaminhamento e depois não só, com o nosso trabalho, com o trabalho do próprio jovem e depois com o trabalho da família e com o trabalho a desenvolver.” (ENT4)</p> <p>“A reincidência será sempre, eu não sei se a reincidência baixa existe em alguma parte do mundo. Só onde há a pena de morte, onde matam toda a gente, aí admito que a taxa de reincidência seja pequena. As taxas de reincidência não são muito fáceis porque isto tem a ver com fatores de crescimento, de cultura, de educação, económicos, sociais. Tem a ver com tanta coisa que o que nós percebemos é que na reincidência as pessoas que reincidem tem quer ter características. Possivelmente as características são todas semelhantes. Não vou dizer que as pessoas são iguais mas vou dizer que as histórias, os pontos que se alicerçam nas histórias se calhar têm muita coisa em comum.” (ENT4)</p> <p>“Se sair daqui um mês antes, vai ser um mês antes preso, é indiferente. Porque aqui não há nada que vá mudar. Não há nada porque não há formação que mude porque é suportada sob uma estrutura que não a comporta. Portanto, para a comportar teria que se mudar muito, teria que ter muita resistência, teria que ser muito capaz, muito resiliente, muito capaz de ultrapassar aquelas dificuldades todas.” (ENT4)</p> <p>“Os casos menos graves reincidem menos que os mais graves. Isto é um dado adquirido. Podemos achar que é um dado adquirido, é uma verdade. É natural que eu tendo coisas menos graves esteja socialmente mais inserido e tenha menos tendência para repetir.” (ENT4)</p> |

